

ESTUDOS ALEMÃES

Série coordenada por
EDUARDO PORTELLA, EMMANUEL CARNEIRO LEÃO,
MUNIZ SODRÉ, GUSTAVO BAYER.

CIP-Brasil, Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H119p Habermas, Jürgen, 1929 -
Passado como futuro / Jürgen Habermas; [tradutor, Flávio
Beno Siebeneichler; entrevistador, Michael Haller]. – Rio de
Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993
(Coleção Biblioteca Tempo Universitário; n° 94; Série
Estudos alemães)

Tradução do original alemão: Vergangenheit als Zukunft
ISBN 85-282-0046-9
112 p.

1. Habermas, Jürgen, 1929 - - Entrevistas. 2. Política
internacional. 3. Filosofia alemã. I. Haller, Michael. II. Título.
III. Série.

92-1054

CDD – 193
CDU – 1(43)

JÜRGEN HABERMAS

PASSADO COMO FUTURO

TEMPO BRASILEIRO

Rio de Janeiro – RJ – 1993

Traduzido do original alemão:

Vergangenheit als Zukunft.

Copyright:

@ 1990, Editora Pendo Zurique

Entrevistador:

Michael Haller

Tradutor:

Flávio Beno Siebeneichler

Capa:

Antônio Dias e montagem de Elisabeth Lafayette

Todos os direitos reservados às

EDIÇÕES TEMPO BRASILEIRO

Rua Gago Coutinho, 61 – Tel.: 205-5949

Caixa Postal 16099 – CEP 22221-070

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

SUMÁRIO

NOTA DO TRADUTOR	7
INTRODUÇÃO	9
PREFÁCIO	15
A ENTREVISTA	17
1. PODEMOS CONSIDERAR A GUERRA DO GOLFO COMO O ELEMENTO CATALISADOR DE UMA NOVA MENTALIDADE NA ALEMANHA?	19
2. OS DÉFICITS NORMATIVOS DA UNIFICAÇÃO.	41
3. PASSADO COMO FUTURO	59
4. A SEGUNDA CHANCE DA EUROPA	75
5. SOBRE O ALCANCE E AS LIMITAÇÕES DAS TEORIAS.	95

NOTA DO TRADUTOR

O sistema de numeração dos tópicos da entrevista e das questões desenvolvidas em cada um deles foi introduzido nesta tradução com o intuito de facilitar a leitura e, principalmente, a localização e a retomada dos temas abordados.

INTRODUÇÃO

O presente livro em forma de entrevista, que tenta lançar luzes do esclarecimento habermasiano sobre temas atuais do cenário político europeu e mundial, pode trazer uma contribuição importante para a discussão de problemas que afligem a sociedade brasileira, tais como, por exemplo: a questão da sociedade civil, a idéia de nação, o problema do socialismo, a utilidade das teorias, os modelos culturais que devem orientar o desenvolvimento econômico, etc.

Além disso, ele constitui uma ocasião ímpar para se entender os pontos principais da arquitetura da teoria do agir comunicativo, de Habermas. E isso, por duas razões principais, a saber: a entrevista apresenta uma condensação desta teoria (ver principalmente item 5), como também uma aplicação dela a problemas centrais da política mundial contemporânea.

O caráter sismográfico da entrevista

A estrutura de uma entrevista, de um artigo de jornal ou de revista, a recensão de um livro atual, constituem formas de argumentação, cujas regras são menos restritivas que as do *métier* acadêmico, o que acarreta como consequência um menor grau de rigor e de concisão.

Mesmo assim, a opinião filosófica transcrita numa entrevista traz vantagens: tem acesso mais fácil à consciência pública, permite tomadas de posição mais francas e associações de idéias mais livres e interessantes, colocando em relevo a tensão existente entre posições diferentes, entre níveis distintos de abordagem da realidade.

Eu ousaria afirmar que a dinâmica do pensamento habermasiano pode ser melhor captada na complexidade de seu conjunto se estudarmos os fragmentos de seu pensamento dispersos nos ensaios, excursos, introduções, posfácios, conferências e, principalmente, nas inúmeras entrevistas.

A dilatada entrevista que o leitor tem em mãos situa-se na atualidade premente do instante histórico: nela Habermas não se comporta como um lógico, um metafísico, um cientista político, um sociólogo, um moralista, ou como um filósofo de cátedra.

Sua posição é a do intelectual cujo trabalho precípuo consiste em tomar conceitos do âmbito da filosofia, das ciências políticas e históricas e colocá-los “em contato com os fatos contingentes, com as experiências biográficas efêmeras, com as voltas do espírito do tempo” (Politik, Kunst, Religion, 1977. p. 6), que se refletem nas mudanças de tendência, nas revoluções, nas modas do pensamento, nas catástrofes, nas guerras. E esse tipo de pensamento adquire um valor sismográfico surpreendente, uma vez que capta os sintomas, os elementos indicadores de mudanças estruturais, como um sismógrafo capaz de registrar os mínimos tremores e as menores crispações e movimentos do interior da terra.

O passado como futuro

“Passado como futuro” foi o lema da campanha política de Ludwig Erhard na década de 50 na Alemanha Ocidental. Assinala a tendência que busca no passado os modelos que servem como medida para a interpretação do futuro.

Habermas retoma esse lema na presente entrevista para visualizar uma tensão dialética entre duas atitudes que sobressaem no atual panorama da discussão dos problemas colocados pela queda do socialismo real: deve-se prosseguir na linha dos ideais tradicionais, tentando construir um passado futuro, o futuro que o passado tinha projetado, ou, ao invés disso, apreender simplesmente o futuro em categorias do passado, um futuro passado?

Quanto a esse ponto, Habermas é cético, contrariando muitos dos seus colegas alemães. Ele constata que a revolução recuperadora, que varreu a Europa nos últimos anos, não conseguiu lançar luzes novas sobre os velhos problemas alemães: “poucas vezes o júbilo de uma revolução emudeceu tão rapidamente” (Die nachholende Revolution, p. 7).

A questão da falência do socialismo

A avaliação correta das modificações ocorridas na Europa Central e Oriental passa pela questão da falência do socialismo de Estado.

Esta questão é alvo de interpretações nem sempre concordantes, as quais podem ser divididas nos seguintes modelos principais:

a) A interpretação stalinista:

Existe um grupo de defensores stalinistas do *status quo* anterior, os quais repudiam o caráter revolucionário das transformações ocorridas, que eles interpretam como sendo contra-revolucionárias.

b) A interpretação leninista:

O socialismo leninista apóia-se numa história de luta de classes com um final pré-determinado. Por isso, os seus representantes, que não puderam deixar de observar os fatos de novembro de 1989, consideram-nos como uma “revolução conservadora”, isto é, como uma reforma purificadora no âmbito de um processo revolucionário a longo prazo (Jürgen Kuszynski), portanto, como uma simples autocorreção do socialismo de Estado.

c) A interpretação do comunismo reformista:

Esta corrente inspira-se na idéia de um socialismo democrático que seria um terceiro caminho entre os dois tipos existentes de sociedade: o socialismo de Estado e a sociedade capitalista.

Os comunistas reformistas pretendem ir mais longe do que os comunistas leninistas, os quais desejam apenas corrigir os erros stalinistas. Apoiando-se em diferentes correntes teóricas do marxismo ocidental, eles tomam como ponto de partida a idéia de que a autocompreensão stalinista da revolução bolchevista falseia o socialismo, promovendo a estatização, ao invés de facilitar a socialização democrática dos meios de produção.

A teoria do terceiro caminho aparece em diferentes variantes, como, por exemplo, a de Dubcek, segundo a qual o caminho da democratização radical leva a uma ordem social nova e superior à das democracias de massa e do bem-estar social.

Marion G. Dönhoff acredita na possibilidade de se unir o socialismo e a economia de mercado. Com “um pouco de fantasia e de pragmatismo” é possível descobrir que ambos se complementam, ou melhor, se corrigem. O resultado poderia ser um comunismo reformista de índole falibilista, que renunciou a todas as certezas de uma filosofia da história que impõe à história uma marcha forçada.

d) A interpretação pós-moderna do socialismo de Estado

Na perspectiva de uma crítica pós-moderna da razão, inspirada em Nietzsche e Heidegger, o fim do socialismo de Estado significa uma revolução que encerra a era das revoluções: ela supera na raiz o terror nascido da razão. Através dela a razão não desperta, uma vez que se descobre que ela própria é o pesadelo (Habermas: *Die nachholende Revolution*, p. 183-186).

e) A interpretação anticomunista

Nesta perspectiva as transformações revolucionárias ocorridas no Leste significam o final da “guerra civil mundial” declarada em 1917 pelos bolchevistas. Portanto, uma revolução contra a sua própria origem.

f) A interpretação liberal

Ela registra inicialmente que a falência do socialismo de Estado desencadeia a dissolução das derradeiras formas da dominação totalitária na Europa. Chega ao fim uma era iniciada com o fascismo. A partir daí começam a imperar as idéias de uma ordem liberal: Estado de direito democrático, economia de mercado, pluralismo social.

g) A interpretação macroscópica da democracia radical

Habermas posiciona-se criticamente em relação aos seis modelos de interpretação do socialismo acima apresentados. Vale a pena considerar os principais argumentos apresentados.

Para saber que o modelo de interpretação stalinista não funciona mais basta considerar o caso do desmoronamento da República Democrática Alemã. Essa queda torna evidente que os que estavam embaixo não queriam mais esse regime e que os que estavam em cima não podiam mais impô-lo. Foi a raiva das massas que as lançou contra os aparelhos de segurança do Estado.

No tocante à interpretação leninista, Habermas é taxativo: ela não serve para explicar o tipo de movimentos e conflitos sociais

provocados pelas condições estruturais dos sistemas de sociedade e de dominação do socialismo de Estado.

Com relação à interpretação do comunismo reformista, Habermas argumenta que o tema do potencial democrático e da reformabilidade de um socialismo de Estado, revolucionado por dentro, não pode mais ser colocada de modo realista hoje em dia. A questão do terceiro caminho que a ex-República Democrática Alemã poderia ter seguido tem que ficar sem resposta, mesmo que esteja apoiada em premissas corretas. Pois a única possibilidade de testá-lo “com um pouco de fantasia e de pragmatismo” já não existe mais, uma vez que a massa da população decidiu-se contra.

À interpretação pós-moderna do socialismo de Estado Habermas contrapõe os fatos que não cabem nesse modelo: a presença das massas reunidas nas praças e nas ruas desarmou um regime armado até os dentes. E essa ação de massas realizou-se no espaço não clássico de uma arena mundial de espectadores, produzida pela mídia eletrônica. E a força legitimadora das exigências revolucionárias veio da razão e do direito, da soberania do povo e dos direitos humanos.

Esses fatos desmentem a tese segundo a qual a pós-história está paralisada. Desmente também o panorama pós-moderno de uma burocracia universal destituída de qualquer tipo de legitimação.

O desmoronamento do socialismo burocrático revela, ao contrário, um alargamento da modernidade: o espírito do Ocidente alcança o Oriente, não somente através da civilização técnica, mas também através da tradição democrática.

Os fatos também contestam as afirmações ideológicas da interpretação anticomunista.

Resta, finalmente, a interpretação liberal. Ela não é falsa, no entender de Habermas. Porém, incompleta, pois não consegue ver a trave nos seus próprios olhos, ou seja, as formas de dominação totalitária, constatáveis em todas as atuais democracias de massa ocidentais.

Em contraste com essas seis perspectivas insuficientes de interpretação da falência do socialismo “realmente existente”, Habermas desenvolve uma perspectiva própria, a da democracia radical, inspirada na teoria do agir comunicativo.

Parece que a radical democracia está à altura dos desafios do século XXI, pois implica numa formação racional da opinião e da vontade a partir de interesses universalizáveis.

Ela constitui uma espécie de arena ou fórum universal no qual encontram lugar não somente os liberais, mas também a esquerda socialista, que pode ser tida como o fermento para comunicações políticas que impedem que a moldura institucional do Estado de direito democrático se estanque. Para esse fórum é convidada também a esquerda não comunista, que pode contribuir no trabalho de transformação das idéias socialistas em autocrítica radicalmente transformadora de uma sociedade capitalista.

Habermas tem como certo que após a bancarrota do socialismo de Estado a autocrítica radical e reformista é o buraco da agulha pelo qual tudo deve passar.

Flávio Beno Siebeneichler

PREFÁCIO

O desmoronamento do socialismo de Estado no Leste europeu; os iraquianos no Kuwait e os americanos no Golfo; em Bonn, uma política dirigida unicamente aos interesses próprios e penúria social daqueles que desejariam viver nas condições dos alemães ocidentais: tudo isso leva-nos a afirmar, com Jürgen Habermas, que a nova intransparência continua ganhando terreno. E com ela cresce a necessidade de esclarecimento.

Este livro foi escrito justamente com a intenção de fornecer novos impulsos para esse esclarecimento: pretende colocar problemas candentes relacionados com eventos marcantes da atualidade política no enfoque esclarecedor da análise habermasiana.

A entrevista foi acertada com Jürgen Habermas no verão de 1990. Combinamos que ela seria feita por via postal. Nós a iniciamos na época do Ano Novo de 1990/91, detendo-nos inicialmente num leque de perguntas sobre os alemães na Europa. Prosseguimos em fevereiro com considerações sobre a crise no Oriente Médio. Chegamos ao final em março, quando nos detivemos em questões complementares sobre o pensamento político de Jürgen Habermas.

É verdade que o método de entrevista em forma de perguntas por escrito não permite a eclosão de um diálogo verdadeiro, nem mesmo objeções espontâneas. No entanto, este tipo de entrevista compensa o leitor, proporcionando uma construção mais clara e uma forma mais incisiva.

O nosso texto nasceu, pois, de uma longa entrevista feita por escrito. As perguntas feitas por mim e as respostas dadas por Jürgen Habermas foram agrupadas numa ordem ditada pela atualidade dos problemas, tomando como ponto de partida a questão candente da Guerra do Golfo. Vem a seguir a problemática referente aos alemães e seus intelectuais. Num terceiro momento focaliza-se a Europa. Na

parte final entram em cena questões referentes à validade das teorias de Jürgen Habermas numa época torturada pelos medos despertados pelo futuro.

Numa era semeada de eventos arrasadores, que constringem sem trégua a um reexame dos próprios juízos, poderia parecer que uma entrevista versando sobre questões atuais estaria condenada de antemão à obsolescência rápida, como sucede com qualquer material de consumo. No entanto, as abordagens de Jürgen Habermas, delineadas no decorrer do nosso trabalho, superam em muito o quadro dos acontecimentos cotidianos, proporcionando idéias para o debate que está se iniciando sobre as conseqüências dos fatos que sacodem as duas Europas e sobre o seu futuro. Nós agradecemos a Jürgen Habermas pelos esforços despendidos para que a entrevista chegasse a bom termo nos primeiros meses de 1991, apesar das rápidas mudanças havidas no cenário mundial.

Michael Haller

Hamburgo/Zurique, abril de 1991.

A ENTREVISTA

Dois acontecimentos dramáticos afligem e preocupam os homens no início da presente década.

O primeiro evento, mais próximo a nós, é o da queda vertiginosa do socialismo real no Leste da Europa, que levou, de um lado, a União Soviética à beira da guerra civil e que nos deu de presente, a nós alemães, a União das duas Alemanhas. Isso trouxe conseqüências de longo alcance, não somente para nós, como também para toda a estrutura dos Estados europeus.

O segundo evento tornou-se manifesto através da anexação do Kuwait por parte do Iraque, em agosto de 1990; este ato teve como reação o ultimato do Conselho de Segurança da ONU e culminou, no dia 16 de janeiro de 1991, no ataque dos Aliados ao Iraque, liderados por Washington. Isso resultou uma guerra de seis semanas, que terá conseqüências imprevisíveis, não somente para as pessoas no Oriente Médio, mas também para as relações entre as nações industrializadas e os Estados do Terceiro Mundo.

M. Haller

1. PODEMOS CONSIDERAR A GUERRA DO GOLFO COMO O ELEMENTO CATALISADOR DE UMA NOVA MENTALIDADE NA ALEMANHA?

Resumo:

- 1.1. A Guerra do Golfo: um ato racional ou recaída na barbárie?
- 1.2. Aspectos políticos da Guerra do Golfo.
- 1.3. O papel da ONU.
- 1.4. Argumentos a favor da guerra: a pretensa legitimação da guerra pela ONU.
- 1.5. Argumentos contra a intervenção militar no Iraque.
- 1.6. Seqüelas da intervenção.
- 1.7. Sobre a personalidade de Saddam Hussein.
- 1.8. Sobre a parcela de culpa do eurocentrismo.
- 1.9. Sobre a possibilidade de uma “política interna mundial”.
- 1.10. Sobre o papel dos alemães.
- 1.11. A possível contribuição dos alemães para uma política radical da paz mundial.

1.1.

HALLER: *Nesta entrevista feita por escrito eu gostaria de colocar logo no início os acontecimentos que se desenrolaram no Golfo Pérsico. Eles desencadearam discussões violentas em todas as regiões do planeta. Muitas pessoas viram nessa guerra uma recaída na barbárie, tida até há pouco como impossível. Ou teria sido ela a ultima ratio, que se antecipou, a fim de evitar males piores?*

HABERMAS: Essa foi a questão que mexeu com os sentimentos durante os meses de janeiro e fevereiro de 1991. Ela confundiu os ânimos e teve o efeito de uma dinamite nas cabeças das pessoas. A própria intensidade desses debates acalorados constitui um fenômeno à parte que merece maiores esclarecimentos. Por que será que a guerra do Golfo chegou a desencadear essa onda de afetos e essa massa de argumentos? Tal pergunta não deve causar estranheza, uma vez que após 1945 foram desencadeadas centenas de guerras, algumas até com maior número de vítimas. No entanto, a maioria delas nem sequer foi percebida no Primeiro Mundo. Certamente, no caso atual estavam também em jogo as reservas de petróleo do Oriente Médio, das quais depende a produção industrial dos países ocidentais, do Japão e de outros mais. Todavia, esse fato não consegue explicar suficientemente as turbulências acontecidas a nível público. Poderíamos também dizer que a guerra de uma superpotência sempre acarreta uma certa significação global. No entanto, se fora apenas isso, as reações despertadas pela guerra da Coreia e do Vietnã deveriam ter tido o mesmo alcance. A intervenção no Vietnã desencadeou realmente um conflito que se desenrolou perante os olhos de uma opinião pública em sentido estrito. Desta feita, porém, não se tratou de uma guerra de libertação nacional no contexto da descolonização. No Iraque houve a confluência de dois elementos que modificaram o *modo de percepção* dos acontecimentos bélicos: a racionalidade demonstrativa das estratégias e a presença sem precedentes da *mídia*.

Dado que o fracasso traumático havido no Vietnã não deveria ser repetido, nem rompida a “frente patriótica”, era preciso que o Estado Maior, frio e calculador, tivesse tudo sob o seu controle – e todos deveriam poder observar isso. A guerra, que desde a antiguidade foi vivenciada como uma irrupção do destino e como a fonte pura e simples da contingência, transformou-se numa realidade “produzida”, na mostra de uma ação militar “limpa”, desenvolvida sem riscos, eficaz do ponto de vista técnico, rápida, precisa, exercitada de modo a evitar o derramamento de sangue da parte dos Aliados. As próprias reportagens estavam sob controle, faziam parte da estratégia militar a qual, por assim dizer, coincidia com a sua simulação na imagem da televisão. Foi dito muitas vezes que a realidade do sofrimento, não focalizada, conferiu ao todo um caráter inteiramente artificial. A guerra “construída” mais pareceu um jogo de vídeo, o dobar de um programa eletrônico, que não oferece nenhuma resistência. E contra todas as expectativas, a

realidade que apareceu depois não se mostrou sob o véu diáfano da censura. Até hoje as vítimas aparecem em contornos fantasmagóricos; é preciso especular sobre o seu número: terão sido cem mil? duzentos mil? ou mais? Sobre as atrocidades no caminho de fuga do Kuwait para Basra, durante as horas em que o armistício era protelado, eu li uma única reportagem. Esse pequeno fragmento de autenticidade, saído da pena de um repórter inglês, teve o efeito semelhante a uma reminiscência da Guerra dos Trinta Anos.

É verdade que a censura produziu igualmente efeitos não previstos. Nós, espectadores, tínhamos consciência de que uma parte da realidade, isto é, a modalidade bélica do evento, não nos seria mostrada. Isso, porém, pode ter estimulado nossa capacidade de imaginação. Quantas vezes, ao ouvir as reportagens sobre os ataques dos foguetes Skud a Tel-Aviv, sobre duas mil ações militares contra Bagdad num único dia, recordei os ataques aéreos nos dias da Segunda Guerra Mundial, as nossas cidades destruídas! O buraco negro na tela da televisão colocou nossa fantasia em movimento. Além disso, ele dirigiu os olhares dos espectadores frustrados em direção à própria mídia. A exposição proibida desse filme negativo elevou a tensão, trouxe à luz do dia o poder da mídia e tornou possível sentir a presença contínua de um *médium* onipresente, que está desperto vinte e quatro horas por dia. Em resumo, tanto o aspecto “construído” dos acontecimentos, como também a simultaneidade global existente entre acontecimento, informação e recepção de informação, determinaram nossa percepção dos acontecimentos. Em filmagens com retardador foram-nos mostrados os tanques trituradores de uma máquina de guerra *high-tech* – asséptica, purificada de qualquer elemento que pudesse sugerir alguma forma de destino, distanciada dos horizontes da vivência concreta e do sofrimento, salpicada aqui e ali com alguns chumaços de algodão de *human-touch*. Isso tudo não constituiu apenas uma realidade alienada: tinha-se a impressão de que o novo modo de percepção havia criado uma realidade diferente. A desproporção entre as forças militares contribuiu, por seu turno, para que a guerra, que é a essência do contingente, pudesse ser tomada como algo factível.

Essa mensagem poderia ter conseqüências perigosas a longo prazo, pois frustra os medos, que não deixavam de ter um fundamento – o temor de que o próximo foguete Skud conduzisse uma bomba química, de que Saddam Hussein poderia concretizar sua ameaça de atacar com armas biológicas ou iniciar um terrorismo biológico, ou ainda o receio de que seriam empregadas armas

atômicas. O fantasma das armas ABC era a sombra que se podia vislumbrar por trás dos poços de petróleo incendiados. A dimensão ecológica da guerra era nova. Para sermos mais precisos, a nova qualidade do fenômeno resultou da diferença entre aquela sistematicidade encenada de modo eficiente e a palpável impossibilidade de se controlar os enormes riscos decorrentes da alta tecnologia. Aquilo que ameaçava explodir todas as dimensões do mundo da vida parecia estar sendo recolhido apaziguadamente nos horizontes do mundo da vida. A recaída na barbárie, da qual o senhor fala, talvez seja uma descrição um tanto antiquada para aquilo que nós assistimos através das lentes da CNN. Quanto mais estilizada e fragmentada a percepção de um evento abstraído em tal grau, tanto mais os sentimentos morais e a fantasia puderam ser ocupados por *interpretações*, que se estendem às dimensões políticas da guerra.

1.2.

HALLER: *Ao que o senhor se refere quando fala em “dimensões políticas” da Guerra do Golfo?*

HABERMAS: Nossas percepções foram cunhadas antecipadamente, isto é, interpretadas através de determinadas categorias e através de análises mais ou menos claras. Todos discutiam e cada um tinha um pouco de razão. A vivacidade e a unilateralidade de muitas tomadas de posição também pode ser explicada pelo fato de que nem todas as discussões conseguiram captar de modo suficientemente claro as quatro dimensões desta guerra.

A primeira dimensão já foi referida por mim: a dimensão de uma política do poder, que salta aos olhos. Naturalmente as nações industrializadas temiam pelo controle do abastecimento de petróleo bruto, uma fonte de energia vital. Em segundo lugar, a lembrança do passado colonial do Oriente Médio elevou o conflito ao nível de uma disputa entre a cultura do Ocidente, que traz o cunho cristão, superior do ponto de vista técnico e que detém o domínio do mercado mundial, e o mundo árabe. O processo mundial de descolonização que teve lugar após a II Guerra Mundial acentuou também entre nós uma certa sensibilidade para com as experiências de povos culturalmente ameaçados e culturalmente desapropriados. Nós aprendemos que os conflitos da socialização religiosa são capazes de abrir abismos mais profundos do que diferenças de classes ou modos de produção diferentes. Uma terceira dimensão da guerra

surgiu quando Saddam Hussein ameaçou empregar armas ABC contra Israel: trata-se do crescente conflito com os palestinos. Há motivos históricos e psicológicos que transformam o emprego do gás na guerra uma ameaça insuportável para Israel, que desta vez estava condenada à passividade. Jamais sua existência tinha sido colocada de tal modo em questão. A relação obscena entre a exportação de tecnologia alemã para o Iraque e os foguetes Skud apontados para Israel, presumivelmente armados com ogivas químicas, constituiu um tremendo desafio para a moral política dos alemães. Mich Brumlik chegou a falar num “Teste-Lackmus”. A quarta dimensão da guerra, que eu espero, traga frutos para o futuro, foi o papel político da ONU, que autorizou os Aliados a empregar meios militares. Evidentemente, essa permissão estava ligada a certas condições.

Não deveríamos imitar os políticos realistas, lançando levemente ao lixo a dimensão jurídica da guerra, a que se refere ao direito das nações. Tais políticos trazem sempre em sua mochila, ou o seu Marx ou o seu Carl Schmitt, e já sabem de antemão que as idéias são passadas para trás quando estão em jogo interesses. Considero que tal empostação não é muito realista no âmbito de uma sociedade mundial, cuja característica principal é a extrema desproporção existente na distribuição das chances de vida. A divisão dramática entre Leste e Oeste, Norte e Sul, na distribuição do poder e do bem-estar, torna cada vez mais plausíveis as chantagens e ameaças irracionais com armas atômicas, biológicas e químicas, inclusive a ameaça suicida através de atos de terrorismo ecológico. Por isso, seria razoável fortalecer a autoridade das Nações Unidas, de tal modo que as resoluções da comunidade das nações pudessem ser sancionadas em certos casos através de meios militares. No capítulo 7 da Carta das Nações já está previsto o emprego de meios militares, os quais devem ficar sob o comando da ONU. Após o término da Guerra Fria nós deveríamos ampliar a ONU e criar um poder executivo em condições de esgotar efetivamente as possibilidades existentes no direito.

1.3.

HALLER: *Muitos observadores da ONU objetariam provavelmente que o senhor, ao considerar como realizável um poder executivo da ONU, está superestimando as Nações Unidas, que dependem da constelação de poder do Conselho de Segurança Mundial.*

HABERMAS: Por favor, não confunda isso com o estabelecimento de um governo mundial, nem tampouco com um ainda utópico monopólio do poder por parte da ONU. O próprio Kant, em seu escrito sobre a “paz perpétua”, rejeitou um governo mundial, propondo em seu lugar uma “Federação de Estados Livres”. A instituição do Conselho de Segurança nasceu da intenção de conferir à ONU uma base, através do entrelaçamento das potências mundiais. Sem a sua disposição de cooperação, qualquer sistema internacional seria tão destituído de poder, como foi o caso da ONU até o presente momento. Uma ordem de paz mundial somente pode funcionar se aceitamos como premissa que as poderosas nações industriais, por razões internas, terão cada vez menos chances de agir como Estados beligerantes. Kant já refletira no fato de que somente os Estados cuja constituição interna é republicana estão em condições de se aliar e constituir uma ordem de paz federativa. Nós também temos que esperar que os povos das democracias que vivem nos Estados de bem-estar adotem passo a passo culturas políticas liberais, acostumem-se a instituições da liberdade e que em sua maioria criem uma mentalidade pacífica, de tal modo que as guerras clássicas não possam mais ser mobilizadas. Apesar das recaídas que podemos observar hoje, quando ainda se adotam posições nacionalistas típicas do século XIX, as tendências a longo prazo apontam para a democracia.

Certamente a Guerra do Golfo foi, sob este ângulo e no melhor dos casos, um fruto híbrido. Não foi conduzida pelo comando da ONU; as nações que fizeram a guerra nem ao menos estavam obrigadas a prestar contas à ONU. Mesmo assim, os Aliados insistiram até o último momento em ter a legitimação da ONU. Em seu entender, eles agiram apenas como mandatários da organização mundial. Isso, porém, já é mais do que nada. Quando se tem em mente que a implementação do direito dos povos precisa ser conseguida através da cooperação organizada da comunidade dos povos e não através de um governo mundial, utópico no mau sentido, então é possível interpretar o final de uma ordem mundial bipolar como uma chance para um *novo* começo. A partir daí temos que passar a exigir, mesmo que postumamente, que da Guerra do Golfo se tire a melhor lição, não somente para a região do Oriente Médio, mas também para a ordem das relações internacionais em geral. É neste contexto que eu vejo também os últimos pronunciamentos de nosso Presidente. Se olharmos o futuro, a indicação cética sobre a praxis *que até o momento foi a norma* perde a sua força de convicção.

O fato é que até hoje, se prescindirmos do precedente duvidoso aberto pela Guerra da Coréia, as forças ocidentais não agiram militarmente contra os governos que simplesmente ignoraram resoluções da ONU. No entanto, a bancarrota do socialismo de Estado produziu uma nova situação. Pela primeira vez ofereceu-se objetivamente aos Estados Unidos e a seus aliados a possibilidade de assumir transitória e substitutivamente o papel presumivelmente neutro de uma força policial da ONU, ainda inexistente na ONU, a fim de impor no Kuwait princípios do direito dos povos. Ninguém pode duvidar seriamente de que a anexação do Kuwait e o anúncio do Iraque de que iria deflagrar uma guerra contra Israel, tanto mais que seria uma guerra com o emprego de armas ABC, configura um atentado contra o direito dos povos.

1.4.

HALLER: *No entanto, a Guerra do Golfo, que se desenrolou entre os dias 16 de janeiro e 3 de março de 1991, foi tudo menos uma ação policial da ONU.*

HABERMAS: É verdade: a pretendida legitimação da ONU serviu em larga medida como simples pretexto. Mesmo assim, ela focaliza uma dimensão da guerra que deveríamos manter ante os olhos, especialmente a partir do momento em que nos interessamos pelo *futuro* da política internacional. Porque podemos ao menos *apelar* para normas invocadas pelas grandes potências. Como já tivemos ocasião de afirmar, a guerra foi, na melhor das hipóteses, um fruto híbrido. Em nenhum momento ela constituiu uma ação policial e à medida que ela foi se desenrolando foram caindo as inibições e surgindo os contornos, bem normais, de uma guerra entre nações. Muitos censuraram a ONU pelo fato de ter se deixado instrumentalizar pelos Estados Unidos. Porém, essas mesmas censuras apelam para as medidas do direito das nações, não as desmentindo simplesmente. Numa avaliação normativa da guerra é preciso pensar, antes de tudo, nas limitações resultantes necessariamente de uma legitimação através da ONU. Isso não vale apenas com relação aos objetivos da guerra. Antes de mais nada, as potências credenciadas pela ONU teriam que ter feito uma distinção entre o seu papel como agentes e os seus interesses próprios, os quais elas assumem naturalmente enquanto nações ocidentais industrializadas. Poder-se-ia ter evitado três confusões. A

intervenção tinha que se apresentar aos olhos do mundo como uma ação policial, ou seja, não podia, por assim dizer, ser levada a cabo em nome próprio, como se fora uma guerra normal. A seguir, ela não podia despertar a suspeita de que o Ocidente estava interessado, em primeira linha, na posse de sua base energética – nada de sangue em troca de petróleo! Finalmente, foi preciso tomar precauções para que a guerra não fosse entendida na região como um conflito cultural entre o Ocidente e os árabes.

1.5.

HALLER: *Durante a fase inicial da Guerra do Golfo foram espalhados muitos slogans ingênuos e bobos contra a guerra. Mesmo assim, houve uma porção de argumentos dignos de nota. Eu início com os dois seguintes: Os Estados Unidos e principalmente o secretário geral da ONU renunciaram ao caminho das negociações para atingir a superação do conflito, ou melhor, nem tentaram esse caminho. Ao invés disso, passaram a dramatizar a ameaça militar que partia de Saddam Hussein, exagerando nos números. Inclusive o ultimato dado a Saddam Hussein para que evacuasse imediatamente o Kuwait era simplesmente inaceitável aos olhos de um potentado árabe. Em segundo lugar, é possível objetar que o mundo ocidental não se esforçou muito em obter de Israel a disposição para participar de uma conferência de paz no Oriente Médio, antes de expirar o prazo do ultimato. Ora, uma conferência de paz teria sido um caminho viável para a solução da crise do Oriente Médio, entrelaçada com o destino dos palestinos. O significado disso tudo é o seguinte: a guerra encobre essa omissão e faz com que os Estados do Ocidente percam, aos olhos de muitos árabes, a sua já diminuta parcela de credibilidade.*

HABERMAS: O senhor tem toda a razão. Antes de os Aliados terem-se utilizado da permissão da ONU e atacado o Iraque, teriam que ter sido preenchidas as condições que o senhor enumera, ou seja, o esgotamento de todas as possibilidades de negociação, uma avaliação – nos parâmetros de uma ética da responsabilidade – de todas as possíveis conseqüências da guerra, inclusive a necessidade de haver uma proporção relativa nos meios postos em prática na guerra. O fato de submeter *post festum* um acontecimento tão brutal a uma avaliação normativa moralista soa um tanto acadêmico. Os pontos controversos, bem como os argumentos, foram discutidos em âmbito mundial: as chances de sucesso de um embargo mais

demorado, as dificuldades de um entendimento intercultural, a questão de saber se um arranjo incluindo os palestinos teria sido realmente mais fácil após a destruição do Iraque, etc. Agora não estamos mais em condições de contribuir para a solução desta controvérsia.

1.6.

HALLER: *Uma terceira objeção contra a Guerra do Golfo é formulada da seguinte maneira: a intervenção militar da ONU foi talvez necessária. Entretanto, o modo como os Estados Unidos conduziram os ataques aéreos – os bombardeios intensivos, a ampla destruição de várias cidades tais como Basra, o grande número de vítimas entre a população civil iraquiana e, principalmente, a destruição do mundo da vida natural – fez com que o golpe pela libertação do Kuwait se transformasse numa guerra de destruição contra o Estado do Iraque. E, assim, a Guerra do Golfo teria infringido grosseiramente um dos princípios do direito das nações, que é o da proporcionalidade: o objetivo da guerra, que era a evacuação do Kuwait, não tem nenhuma relação de proporção com essas perdas irreparáveis. Por conseguinte, a guerra não pode ser justificada no âmbito do direito das nações. Em síntese: pelas próprias normas estatuídas pela civilização ocidental, o Ocidente acrescenta à injustiça de Saddam Hussein uma nova injustiça. O senhor considera essa objeção ou outras semelhantes como justificadas?*

HABERMAS: À pergunta, se houve proporcionalidade numa guerra que incluiu bombardeios intensivos de superfície, causando provavelmente várias centenas de milhares de mortos e feridos, enormes colunas de expatriados e sem teto, ampla destruição da infra-estrutura civil, prejuízos ecológicos a longo prazo e um estado catastrófico no Iraque e no Kuwait, que dura até hoje, não se pode dar uma resposta afirmativa. No entanto, eu penso que, ao menos na perspectiva de Israel, cercado pelo mundo árabe e ameaçado com as armas mais horríveis, a permissão para sanções militares contra o Iraque era justificada. No entanto, mesmo que as condições a serem preenchidas para que se pudesse fazer uso desta permissão tivessem sido realmente preenchidas, é preciso ter em mente uma coisa: do ponto de vista moral e jurídico a guerra somente se justificava na forma de uma ação que, através de meios policiais, isto é, através de meios que envolvem objetivos precisos, procura impor uma

resolução da comunidade dos povos. Depois do fato consumado, todos sabemos melhor as coisas – isso faz parte da natureza dos acontecimentos históricos.

1.7.

HALLER: *Vários observadores do cenário no Oriente Médio afirmaram desde cedo que o líder do Iraque, Saddam Hussein, era uma figura de Hitler em formato árabe, que tentava destruir tudo o que se opusesse às suas fantasias megalomaniacas. Hans Magnus Enzensberger escreveu durante a terceira semana da guerra num ensaio à Revista “Spiegel”, que Saddam era, do mesmo modo que Hitler, o “inimigo personificado do gênero humano”, cujo alvo final era o extermínio dos homens, ou seja, a solução final. Que ele utilizava qualquer crença, qualquer comoção, qualquer ressentimento para conseguir chegar a esse aniquilamento. “Por isso, qualquer tentativa de interpretá-lo ideologicamente ou de refutá-lo” fracassa necessariamente: “Seu projeto não é movido através de idéias, mas através de obsessões” (Caderno 6/1991). Seria permitido, pois, afirmar que se trata de um psicopata que põe em risco a humanidade, destruidor de povos, o qual iniciou sua insana corrida homicida e suicida ao atacar o Irã e que finalmente foi bloqueado no início do ano de 1990?*

HABERMAS: O senhor não arreda mesmo o pé! Eu sempre tive Enzensberger como o autor mais sabido e mais brilhante de minha geração, no entanto, o seu forte não é a clarividência política. Ele é um intelectual do tipo dos que gostam de testar até que ponto é possível sustentar uma tese imbecil. De um lado, a burguesia alemã, que não podia estar satisfeita com a República, após o Tratado de Versalhes; de outro lado, o povo iraquiano, exaurido após uma guerra de oito anos contra o Irã. De um lado, preconceitos nacionalistas do povo alemão; de outro, o fundamentalismo xiita: onde estaria o denominador histórico comum para o ativismo de povos humilhados, de cuja pulsão de morte deveriam surgir os ditadores? Perante o olhar antropologizador e no contexto da fuga rumo à sub-história, desaparecem todas as diferenças nítidas. Além disso, nós aprendemos através da historiografia relativa a Hitler que quando se demonizam as personalidades dos grandes líderes políticos, há um desvio no enfoque dos fatos históricos. Temos que levar Enzensberger a sério, não como historiador ou analista

político, porém como um sismógrafo. Ele possui faro. Ele acabara de emprestar sua pena à colorida e libertária arbitrariedade e ao elogio da mediocridade; ora, se ele procura agora colecionar argumentos para o partido da guerra, talvez esteja se anunciando uma mudança de tendência. Uma reviravolta que o leva da pós-modernidade francesa à alemã, de Lyotard a Bohrer?

O murmúrio da classe política sobre a nova responsabilidade internacional e sobre a reencontrada normalidade de uma grande Alemanha tem o seu equivalente no folhetim do jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ). Aqui a queixa dos artigos de fundo sobre o abandono da política por parte dos alemães, sobre o seu fracasso perante a seriedade existencial da guerra, prossegue num nível de ciência da literatura. Acolá se sobrecarrega Kleist com a questão, se é possível a um país viver sem ter um sentido para a tragédia política. A ênfase sobre a felicidade da unidade nacional esmaeceu nas cores cinza das massas de desempregados; agora, porém, ela recobra uma nova coloração no brilho estético das tempestades de aço comandadas eletronicamente: “A reunificação devolverá à nação o vocabulário do simbolismo estatal. Agora tinha chegado o momento de ela utilizar-se, pela primeira vez, desta linguagem. Ao invés disso, eles permaneceram mudos e têm que pagar por isso” (Frankfurter Allgemeine Zeitung, 18/02/1991). Os heróis são novamente confrontados com os mercadores, as rijas raposas do deserto são postas perante civis amolecidos, que preferem pagar a morrer; ao invés de estender a cabeça, os alemães do pós-guerra celebram a sua suscetibilidade. Se levássemos a sério o teor dessas queixas não nos restaria outro caminho a não ser reprisar idéias de 1914 vestidas à moda da primeira fase do romantismo.

Eu devo confessar que a única boa notícia que apareceu durante as incansáveis transmissões de televisão entre as seis e as nove horas da manhã estava contida num informe sobre a assistência religiosa aos militares no campo de pouso dos aviões alemães na Turquia. O comandante proibiu a equipe de filmagens fazer qualquer filmagem durante o serviço litúrgico, porque os soldados que participavam desse ato não conseguiam conter as lágrimas. Como se pode ver, a sentimentalidade não é a herança ruim do romantismo.

1.8.

HALLER: *Ainda teremos ocasião de retornar ao tema do papel especial desempenhado pelos alemães. Permita-me volver por alguns*

instantes ao conflito no Oriente Médio. Manifestamente, o fato de Saddam Hussein ter encontrado tanto apoio no espaço árabe e no Terceiro Mundo em geral se deve também a um outro motivo: ele ousou levantar a cabeça contra o mundo ocidental presunçoso, que se considera o dono da justiça. “Ele nos mostrou o andar ereto”. foram as palavras pronunciadas por um representante do governo de Saddam Hussein, após três semanas de guerra. Vistas as coisas por este ângulo, o mundo ocidental, com sua política centrada na ignorância em relação ao que está fora dele, soprou o vento, que a seguir se voltou contra ele em forma de uma tempestade. Como o senhor avalia a nossa parcela de culpa?

HABERMAS: Qualquer que seja o destino de Saddam Hussein após a brutal guerra civil, que no momento ele está conduzindo contra os curdos e xiitas, ele terá perdido sua aura e terá sido reduzido ao formato de um destes potentes nacionalistas, que lutam pela hegemonia no meio dessa região árabe fragmentada. Com isso, porém, não desaparece o fenômeno para o qual o senhor justificadamente quer chamar a atenção – uma disposição compreensível das massas de tentar reconquistar para o seu mundo islâmico a auto-estima frente ao ocidente, que ainda continua sendo encarado como colonialista. E é isso que torna a posição de Israel, tido como posto avançado do Ocidente, tão precária. Uma das possíveis consequências não visadas por esta guerra seria o fortalecimento do Irã e a propagação do fundamentalismo. Se se entende o fundamentalismo religioso como uma reação face à modernização social que destrói formas de vida que cresceram por si mesmas e que desapropria culturalmente os povos, então, não se pode negar a participação do imperialismo ocidental nesse processo. Pois a modernização sempre esteve e continua estando sob o signo de um capitalismo que significa bem mais do que uma simples forma de economia. No entanto, é preciso notar que a pobreza material e a opressão política *também* devem ser colocadas na conta das elites locais, pouco importando o fato de elas governarem de modo totalitário ou não, serem corruptas ou não – todos tornaram-se cúmplices. Quanto mais complexas se tornam tais dependências, tanto mais claramente aparecem na consciência os conflitos culturais, que ainda permitem polarizações nítidas entre interno e externo – e tanto mais rapidamente elas são aproveitadas pelos políticos.

É preciso acrescentar a isso que por trás do mundo árabe nós podemos encontrar uma das culturas avançadas mais antigas;

apoiando-se no Islamismo, ele pode apelar para uma tradição religiosa no mesmo nível que a do Cristianismo. O Ocidente tem muito que aprender no que respeita às questões sutis do entendimento intercultural entre regiões e povos. Todavia, é possível descortinar sinais alentadores. Nas sociedades ocidentais, a forte imigração havida nas últimas décadas não desencadeou apenas as conhecidas reações xenófobas: ela também trouxe à consciência problemas referentes à coexistência pacífica de formas de vida culturalmente distintas. Os Estados Unidos constituíram desde o início uma sociedade multiétnica. No entanto, mesmo aqui as coisas escorregaram dramaticamente em benefício das minorias: de acordo com as últimas estatísticas, um quarto da população já é de origem não-européia. Isso corresponde mais ou menos à proporção de estrangeiros que vivem numa grande cidade alemã, como por exemplo, Frankfurt. A revolução xiita no Irã, o caso Rushdie, que lhe seguiu, agora a Guerra do Golfo e os conflitos entre nacionalidades na Europa Oriental fizeram com que também nossa população, em grande parte secularizada, se recordasse da virulência e do significado duradouro inerente a conflitos nacionais que lançam raízes na religião. Através disso, não são somente as idéias de Kant sobre a paz perpétua que readquirem uma curiosa atualidade, mas também o tema de Lessing que propunha uma reconciliação entre as religiões mundiais.

De mais a mais, damos de encontro a um dos poucos problemas filosóficos que têm diretamente uma ressonância política: será que os princípios do direito dos povos estão a tal ponto entrelaçados com os *standards* de uma racionalidade ocidental, de uma racionalidade que de certo modo impregna a cultura ocidental, que não podem ser tomados como base para uma avaliação imparcial de controvérsias interculturais? Será que atrás da pretensão universalista, por exemplo, que ligamos com os direitos humanos, não se esconde um instrumento especialmente sutil e falso de dominação de uma cultura sobre as outras? Ou será que as religiões mundiais de cunho universalista *convergem*, de acordo com suas pretensões, num núcleo de intuições morais? Nós interpretamos esse núcleo como sendo o igual respeito por qualquer um, a mesma consideração para com a integridade de qualquer pessoa necessitada de proteção e para com a intersubjetividade vulnerável de todas as formas de existência. Será que meu colega John Rawls tem razão quando afirma que nas interpretações religiosas e seculares dos sentimentos morais profundos e das experiências elementares do

intercâmbio comunicativo existe um “consenso que se sobrepõe”, do qual a comunidade das nações pode lançar mão para encontrar as normas de uma convivência pacífica? A discussão filosófica sobre essas coisas está em andamento. No entanto, eu estou convencido de que Rawls tem razão, que o conteúdo essencial dos princípios morais incorporados ao direito dos povos concorda com a substância normativa das grandes doutrinas proféticas que tiveram eco na história mundial e das interpretações metafísicas do mundo.

É verdade que seus seguidores não podem fechar-se uns contra os outros de modo sectário. Eles precisam entrar num diálogo discursivo uns com os outros, inclusive com o pensamento da modernidade européia, e assim ultrapassar reflexivamente o universo de suas próprias afirmações. Estão acontecendo hoje em dia debates decisivos *no interior* das próprias tradições, no interior do Islamismo, mas também no interior do Cristianismo, a saber, entre as correntes fundamentalistas e as que refletem sobre o desafio pluralista das sociedades modernas. A luta de Johann Baptist Metz contra o pensamento eurocentrista no interior da própria Igreja Católica revela que a abertura para o mundo não implica necessariamente a indiferença de um liberalismo insosso. Uma segunda linha da controvérsia atravessa o pensamento pós-metafísico profano. Aqui o equivalente ao fundamentalismo religioso é dado pelo ceticismo de uma crítica autodestrutiva da razão, a qual julga dever desmascarar atrás de qualquer pretensão universalista à validade a pouco inteligente pretensão ao domínio por parte de uma particularidade sutilmente camuflada. Desde que as teses de Carl Schmitt passaram a ser reconhecidas, essa figura de pensamento, que é anti-humanista, influenciou a mentalidade de intelectuais alemães, tanto de direita como, infelizmente, de esquerda. Esses intelectuais gostariam de banir completamente da política argumentos morais e do direito das nações, porque não conseguem descobrir neles mais do que um mascaramento racionalista da pura e simples auto-afirmação, que no fundo é existencialista. Após a Guerra do Golfo revive entre nós esse falso concretismo da comemoração jovem conservadora de uma força esteticizada, de uma grandeza auratizada, de um carisma político.

1.9.

HALLER: *No entanto, existe também um falso universalismo. Em face a um mundo que se dispersa em esferas de interesses, em face de*

disparidades crescentes em termos de poder e de bem-estar entre o Ocidente e o Oriente, entre o Norte e o Sul: como seria possível preencher com conteúdos concretos a palavra de ordem, “política interna mundial”?

HABERMAS: A palavra “política interna mundial”, que foi criada, creio eu, por Carl Friedrich Von Weizsäcker, está ligada realmente com a visão kantiana de uma sociedade burguesa mundial, a qual os nossos schmittianos ridicularizam como sendo boa apenas na intenção. Certamente todos hoje concordam em afirmar que a idéia de uma ordem burguesa mundial justa e pacífica não possui nenhuma base filosófico-histórica. No entanto, o que mais podemos fazer, além de tentar conseguir tal realização?

Já se chegou a dizer que os Estados Unidos e seus aliados apelam para a legitimação através da ONU. Isso é um fato. As instituições das Nações Unidas e os princípios de direito dos povos, incorporados na Carta da ONU incorporam, mesmo assim, como Hegel diria, um pedaço de “razão existente” – um pequeno fragmento daquela idéia que Kant há dois séculos atrás conseguiu traduzir em palavras claras. Ela já não paira mais simplesmente sobre as águas. Por isso, é possível deduzir exigências a partir da pretendida legitimação através da ONU, as quais ainda não são mais do que simples exigências; mesmo assim, elas constituem exigências enérgicas e, o que é mais importante, são exigências que qualquer política pode aceitar, constituindo, pois, e enquanto tais, um fragmento da realidade. Eu falo aqui sobre as suas implicações normativas.

As forças do Ocidente deveriam ter clareza sobre as obrigações implícitas que estão assumindo a partir do momento em que lançam mão de tal legitimação. Por exemplo, elas deveriam impedir os negociantes da morte de executar as suas ações nefastas e proibir de vez e de modo radical a exportação de armas por parte das nações produtoras, o que já significaria uma transformação de sua política. Porém, até hoje faltou vontade política. Além disso, elas deveriam estar dispostas a fortalecer o poder executivo da ONU e levar avante a institucionalização de uma ordem de paz mundial com exércitos neutros, porém dotados da capacidade de agir. Deveriam também, o que significa ir mais longe ainda, levar mais a sério sua responsabilidade pelo estabelecimento de uma ordem econômica mundial mais justa, por um equilíbrio maior das chances de vida na face de um globo, que se torna cada vez mais estreito. Finalmente, elas teriam que superar a consciência imperialista, segundo a qual o

Ocidente não pode aprender nada das outras culturas e propor-se a um entendimento simétrico entre as culturas.

O senhor irá objetar imediatamente que são precisamente esses dizeres universalistas que enfeitam um tipo de política que se cristalizou em moldes antigos e enferrujados. Ora, afirmar isso não seria inteiramente correto; nem inteiramente falso. Pois nós podemos confrontar qualquer uma destas exigências normativas com um tipo de problemas que se impõe cada vez mais na realidade. Com isso eu quero afirmar o seguinte: no momento em que nós recusamos solucionar esses problemas, postergando-os, surgem conseqüências que o Primeiro Mundo irá sentir como sanções. Aqui nós estamos discutindo sobre a Guerra do Golfo, a qual foi sentida por quase todos como o prosseguimento de uma política fracassada que se serve de meios atavísticos. Se quisermos que tais coisas e outras semelhantes não se repitam no futuro, então nossos esforços devem encaminhar-se rumo a um ponto onde a categoria da guerra se dissolve – não em “execuções”, que foi o termo utilizado por Horst-Eberhard Richter para caracterizar a Guerra do Golfo, mas que se liquefaz em intervenções de uma tropa que está sob o comando da ONU. No entanto, esse tipo de atividade continuaria sendo, é verdade, uma simples cura de sintomas, caso não fosse possível transformar a categoria da política externa numa política interna mundial, coordenada multilateralmente. Neste sentido, já existem ao menos núcleos institucionais, conforme o modelo de organizações internacionais ou conferências permanentes.

1.10.

HALLER: *Concentremos nosso campo de visão no papel desempenhado pelos alemães. Alguns meses antes do início da Guerra do Golfo as superpotências tinham permitido a fusão dos Estados alemães, fazendo ressurgir, assim, uma superpotência em potencial. Anteriormente as potências vencedoras acharam correto o fato de os alemães não quererem aceitar tarefas envolvendo as disputas políticas mundiais. Agora, porém, lamenta-se o fato de os alemães não terem participado política ou militarmente da Guerra do Golfo. Aparentemente, o pupilo tutelado deve transformar-se em tutor? Será que deve?*

HABERNAS: Isso é um jogo de *puzzle* para o estudo da psicologia dos povos. Na crítica à tibieza dos alemães e aos seus negócios com

armas – que os outros também realizaram e às vezes até em maiores proporções – transpareceram também, ao menos entre os vizinhos europeus, sentimentos ambivalentes; sentimentos que foram se amontoando durante o surpreendente processo de unificação e após a Alemanha ter sido desocupada e aceita no grupo dos países soberanos, sendo inclusive elogiada pelo governo americano como “*partner in leadership*” (parceiro na liderança). Além disso, não é a mesma coisa enviar ao Golfo soldados que estão fazendo serviço militar obrigatório ou poder mandar para lá mercenários recrutados das camadas inferiores junto com seus oficiais profissionais. Porém, não desejo especular sobre isso. Todavia, aqui entre nós criou-se uma situação curiosa, oriunda de nossas reações à crítica dos Aliados. Os da direita procuram ensinar ao seu próprio governo e previnem contra uma nova tentativa da Alemanha em seguir um caminho próprio – talvez menos pelo fato de temerem esse caminho particular, do que pelo fato de farejarem uma chance de conseguir chegar à última reta do caminho que os levaria a reobtenção daquilo que eles descrevem com o título falacioso de “normalidade”, à qual eles até hoje não conseguiram chegar, haja vista a recente querela dos historiadores.

Não pretendo negar que nosso governo cometeu falhas. Ele esteve por demais ocupado com outras coisas (por exemplo, com o problema da “mentira tributária”, uma arapuca que ele armou para si mesmo), a ponto de não ter condições para analisar *a tempo* a situação internacional. Nem mesmo durante os meses em que o relógio do ultimato já batia o seu tique-taque ameaçador ele tinha clareza sobre qual posição assumir diante de um provável envolvimento militar no Golfo. Não fosse isso, nosso governo também poderia ter exercido sua influência para que fossem mantidas as condições de uma intervenção sob licença da ONU. Ele não fez mais do que reagir, de modo confuso, a fatos consumados – através de fornecimentos apressados de armas e alguns cheques, frutos de uma má consciência. O escritor israelita David Grossmann chegou a dizer que Israel não deveria aceitar esse dinheiro, pois “cheira a suborno”. No entanto, apesar de todos os erros de nosso governo, é possível dizer que sua política de não enviar Tornados alemães contra Bagdad não foi um erro. E a quem tem presentes na memória as idéias de potência hegemônica que inspiraram o Império Alemão e que lançaram a Europa em duas guerras mundiais, a política seguida revela inclusive uma inibição que tem os seus fundamentos históricos.

Eu posso entender muito bem Yorim Kaniuk, quando ele apelou a nós alemães, principalmente àqueles que protestaram contra a Guerra do Golfo, para que fôssemos solidários com o Estado de Israel que se encontrava em perigo, para que nos colocássemos no lugar dos israelitas que eram constrangidos, noite após noite, a colocar suas máscaras de gás e a permanecerem fechados em espaços lacrados. Mesmo que Günter Grass não tivesse sido o destinatário certo, Kaniuk tinha razão ao invocar a especial responsabilidade dos alemães pela existência e proteção de sua pátria exposta. Eu não sou de opinião que nesses diálogos desesperados se tratava de um jogo dos judeus espertos com a má consciência dos alemães, jogo que é criticado por meu amigo Ernst Tugendhat. Trata-se de uma auto-evidência moral: manter viva, na terra dos assassinos, a sensibilidade pelas feridas indizíveis produzidas e que são herdadas pela segunda e terceira geração. O significado disso tudo é o seguinte: essas obrigações especiais precisam continuar reconhecíveis nas fundamentações racionais de juízos políticos sóbrios. Porém, isso já não é o mesmo que o eco desfigurado que esses e outros apelos semelhantes encontram em nossa terra.

Se concordássemos com os conhecidos apologistas de um pensamento erudito, que se sentem encorajados a caracterizar como “fuga da responsabilidade política” uma mentalidade de reserva, adquirida penosamente ao longo de décadas, não estaríamos dando a resposta correta. A partir do momento em que se passa a denunciar como sintomas de uma nova consciência particular as conseqüências racionais que os alemães do pós-guerra tiraram, mesmo que tardiamente, do final catastrófico de seu caminho unilateral, de sua consciência *particular*, inspirada nas tradições do Ocidente, isso constitui não somente uma deturpação de palavras, mas também uma violação grotesca de fatos.

1.11.

HALLER: *Muito se tem escrito sobre a consciência particular e sobre o caminho unilateral seguido pelos alemães, bem como sobre a nova normalidade resultante da união entre as duas Alemanhas. E muitos, principalmente no contexto do movimento para a paz chegam à seguinte conclusão: o passado do nacional-socialismo pode fundamentar um papel especial dos alemães, mas somente num determinado aspecto, ou seja, que eles, apesar da aliança com o Ocidente e de sua inserção na Europa Oriental, devem lutar por uma*

radical política de paz. Ou será que por trás de tais postulados podemos encontrar idéias demasiado ingênuas?

HABERMAS: Essa é uma questão central, porém, delicada. E ela é delicada porque quase sempre estamos caminhando, tendo nos lábios uma resposta concebida na entonação falsa, para a arapuca do nacionalismo negativo, que muitos nos lançam em rosto. Ora, se os cidadãos da República Federal da Alemanha realmente conseguiram, após quarenta e cinco anos, aprender algo dos erros funestos dos seus pais e avós, – e essa é a nossa grande esperança – neste caso eles não teriam feito mais do que se utilizar, sem grandes méritos, das chances que normalmente acompanham as derrotas e catástrofes. Quando eu estive pela primeira vez em Moscou, em 1988, fui surpreendido pela melancólica observação de um colega russo: nós, os alemães, teríamos podido aprender algo através da derrota na guerra, ao passo que as forças deles, as forças dos vencedores, teriam sido paralisadas através das festividades melancolicamente ritualizadas da grande guerra da pátria. Isso tem também aspectos triviais. Após a capitulação incondicional não nos poderia ser difícil renunciar à produção e posse de armas ABC. Após a superexcitação demente da consciência nacional, não nos podia ser difícil exercitar uma política externa discretamente pacífica. E, além disso, sem possuir a soberania nacional, que a Alemanha somente reobteve há poucos dias atrás, nós não tínhamos nada de importante a renunciar ou que se opusesse a um trabalho bastante ativo em prol de uma união européia. Porque isso tudo vinha de encontro aos nossos interesses.

No entanto, com sua referência à assimilação do passado nacional-socialista, o senhor procura dizer, além disso, uma outra coisa. O senhor tem em mente a questão que meu amigo e colega em Frankfurt, Karl-Otto Apel abordou numa conferência que traz o seguinte título: “De volta à normalidade. Ou será que a catástrofe nacional conseguiu fazer com que aprendêssemos algo?”. Sua resposta vai na direção que o senhor apontou. Após Hitler e após Auschwitz os alemães têm todos os motivos para serem especialmente sensíveis ao universalismo, isto é, à indivisibilidade dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e ao intercâmbio civil dos povos entre si. Isso significa que é possível lidar reflexivamente com experiências especificamente alemãs sem atribuir-se a si mesmo um papel especial. O historiador tcheco Jan Kren disse há pouco tempo numa conferência em Praga que a

“superação do passado” na República Federal da Alemanha era um dos “grandes acontecimentos” de nosso século. Isso somente pode ser dito por *um outro*. Se nós mesmos ousássemos nos auto-elogiar desta maneira, tal afirmativa, que é mais imprecatória do que descritiva, refutar-se-ia por si mesma. Ela significa apenas uma coisa: após o desmoronamento de uma civilização, da qual surgiu a República Federal da Alemanha, a situação era tão incomum nesta terra, que para se ter condições com certo grau de normalidade era preciso evitar a consciência de “normalidade”, o que não era possível sem uma grande dose de sofrimento. A sensibilidade para com essa *dialética da normalização*, que se propagou somente após a era de Adenauer, está desaparecendo novamente, sendo inclusive desacreditada.

Nas últimas semanas discute-se sobre uma modificação da Carta Fundamental, a qual deve permitir o engajamento do exército alemão sem levar em conta a anuência da ONU. Nessa discussão sobressaem três opções. Não é controversa a participação das forças armadas alemãs em missões de controle e de paz das Nações Unidas, que são realizadas pelos “boinas azuis”. A controvérsia gira em torno da alternativa de um engajamento *que ultrapassa* esses limites. Poderá a Alemanha participar de ações policiais quando se despreza o direito dos povos apenas no quadro de uma força da ONU (a ser criada ainda), ou deveria ela participar também de uma guerra conduzida pelos Aliados, como foi o caso do conflito do Golfo, portanto, participar de ações militares de Estados, cuja legitimidade às vezes é apenas algo que se toma de empréstimo à ONU?

Procura-se tornar digestível essa terceira opção, afirmando que um engajamento alemão fora do âmbito de influência da ONU somente seria possível no quadro de uma reativação da União da Europa Ocidental (WEU). Nessa controvérsia, conduzida por argumentos técnicos, desenham-se fronteiras ideológicas.

Procura-se fundamentar o desejo de obter em espaço maior para um engajamento a nível mundial, independente da ONU, trazendo como argumento a necessidade de superação da até agora dominante política do “genscherismo”, ou seja, da política que precisava levar em consideração as hipotecas do pós-guerra. Aqueles que sempre exigiram um retorno não dialético à normalidade, não tinham conseguido impor-se até o momento. Agora eles vêm chegada a sua hora de *converter* a transformação da mentalidade acontecida nas últimas décadas e colocar a Alemanha, agora maior,

na esteira de uma “normalização” capaz de nos libertar, finalmente, do trauma causado pelo assassinio de massas e nos trazer de volta a inocência nacional. A Guerra do Golfo serve como catalisador para isso. No entanto, isso somente pode ser explicado a partir das reservas culturais de uma consciência que vê na Alemanha algo especial; ultimamente se tem recorrido a essa consciência de modo assaz vivaz. Permita-me ilustrar isso lançando mão de um comentário que eu acabo de encontrar numa de nossas revistas culturais.

Como nos dias em que a República de Weimar começava a findar, os conhecidos motivos novamente se juntam. Primeiro se escarnece do universalismo abstrato de uma moral da humanidade. Os termos tomados de empréstimo à linguagem da ONU, tais como “unidades que garantem a paz” valem como “gestos de uma fraseologia ideológica, destituídos de conteúdo semântico”. Pois, “por trás de categorias universalistas esconde-se um vácuo de ética prática”. A partir daí se toma “o princípio da razão de Estado, alemã”, reveste-se-o com o véu do palavrório humanista e se o reconduz ao seu núcleo político, que é o da oposição existencial entre amigo e inimigo:

“As tropas aliadas agora ou as unidades alemãs no futuro não garantem a paz e sim, fazem a guerra, mesmo que venham acompanhadas de uma missão da ONU; elas defendem interesses do Ocidente contra interesses essenciais das massas árabes e de seus ditadores que mudam a cada passo”.

A guerra revela a essência da política: a luta pela vida até à morte. Daí resulta a satisfação em saber que “é pensável novamente uma guerra não apocalíptica e que ela se tornou um meio de política”. Todavia, o autor não pretende, através de suas palavras, intervir em favor da racionalidade instrumental da condução de uma guerra. Sua compreensão da política alimenta-se, ao invés disso, de uma esteticização da guerra. Os anglo-saxões, que recebem a apóstrofe de “senhores da história do século XX”, são elogiados de modo dúbio pela sua capacidade em “lidar tranquilamente em meio a um cenário de horror”, capacidade essa que lhes permitiu destruir completamente Dresden e mais tarde Hiroshima “sem sentir quase nenhum escrúpulo moral”. Uma política da dureza e do rigor “sem dor e sem consciência de culpa” fascina, do mesmo modo que as grandes obras da arte vanguardista, pelos seus rasgos de amoralidade. Uma política entendida na perspectiva de seus

casos-limite possui, é verdade, uma vantagem em relação à arte, que é a de emprestar à experiência estética uma qualidade existencial. Ela protege a última reserva do extraordinário no chão superficial de um cotidiano banalizado e se amalgama com a aura do Estado forte. É deste modo que “quarenta nos de abstinência política” explicam o “terror de reconciliação” emanado pela República Federal da Alemanha, o qual não suporta mais nenhuma rigidez.

Todos esses elementos afloram, surgidos da “corrente subterrânea anticivilizatória e anti-ocidental da tradição alemã” (Adorno). E se agora se tomam essas idéias para produzir argumentos contra uma nova consciência de responsabilidade especial dos alemães, isso não passa de pura charlatanice. O nosso autor coloca o movimento pela paz perante a questão: “será que os netos dos nazistas estão novamente do lado dos inimigos da democracia?”. Para os filhos de Ernst Jünger, de Carl Schmitt e de Martin Heidegger, os quais gostariam de nos tirar o desejo intumescido de rigor e ponderação e nos seduzir para os exercícios extraordinários de uma “existência ousada”, essa questão parece proibida. Através da esteticização da política não conseguimos obter nenhum elemento de normalidade – e seguramente nenhum elemento de normalidade das democracias anglo-saxãs.

2. OS DÉFICITS NORMATIVOS DA UNIFICAÇÃO:

Resumo:

- 2.1. Sobre o significado do desmoronamento da República Democrática Alemã (DDR): fato positivo ou negativo?
- 2.2. Terão sido as pretensões socialistas da ex-República Democrática Alemã um simples auto-engano, ou algo positivo, a ser conservado?
- 2.3. Observações sobre a queda do muro.
- 2.4. Sobre a política apressada de unificação do governo Kohl.
- 2.5. A política de unificação e o ceticismo dos intelectuais.
- 2.6. Habermas defende-se da crítica feita aos intelectuais: a necessidade de uma discussão ético-política.

2.1.

HALLER: Chegamos assim ao âmago da disputa em torno da situação histórica particular da Alemanha desde o tardio outono de 1989. Voltemos, pois, nossa atenção para o segundo grande acontecimento, a união das duas Alemanhas, que nos trouxe um sentimento de grande euforia e, ao mesmo tempo, de preocupação.

Em menos de 12 meses nossa paisagem política modificou-se de um modo muito mais radical do que nos passados quarenta anos. A República Democrática Alemã (DDR) enquanto figura política, desapareceu tão repentinamente do cenário, que ficou a impressão de que tudo não tinha passado de simples miragem. Será que com o ocaso da República Democrática Alemã desaparece apenas um regime injusto, ou será que os alemães orientais perderam, além disso, algo importante para eles e para nós e que deveria ter sido conservado?

HABERMAS: Do ponto de vista normativo, o elemento decisivo nessa revolução é a eliminação de um regime injusto, a libertação que permite dizer adeus a uma supervisão da polícia secreta que tudo permeia, e que, com perfeição e acribia, tudo coloca na sombra, algo que Foucault, ao analisar as nossas realidades, já interpretara como sendo uma sociedade panóptica. Nos dias de hoje esse domínio superorganizado nos moldes do profissionalismo alemão é melhor representado pela imagem do “polvo”. Essa imagem também é capaz de representar o sentimento dos atingidos, para os quais não se trata de um único ato de libertação, mas sim de um processo de desenvenamento, cuja duração não pode ser prevista. Pois um dragão a gente mata, um polvo morre – e nem tudo o que ele tinha nas garras se solta. Por isso, sempre sobrevive algo que não valeria a pena manter. Ou seja, o novo começo vem sobrecarregado com falsas continuidades – como aconteceu nos inícios da República Federal da Alemanha. Como aconteceu também conosco: junto com os “velhos grupos de alpinistas ligados por uma corda” – naquela época nós não tínhamos nem ao menos uma palavra mais concreta para expressar essa realidade – permaneceram restos de uma mentalidade questionável. Entretanto, o senhor pergunta pelo que é *digno* de ser mantido.

O que deveria ser mantido não está no nível institucional. A economia era improdutiva, a administração um aparelho de opressão, enquanto grassava uma avançada deslegitimação, ao menos entre a geração mais jovem. O próprio núcleo da legitimação do sistema político, ou seja, a segurança social, mantida num nível baixo, e comprada através do desemprego disfarçado, estava podre; esse núcleo de legitimação encontrava-se envolto por uma casca a qual – como diria Marx – paralisou todas as forças produtivas. Para saber exatamente o que deve ser conservado das experiências, mentalidades e formas de vida que existiram *por baixo* do nível institucional durante os quarenta anos de história da Alemanha Oriental, o senhor precisa perguntar a outros, tais como, por exemplo, Konrad Weiss, Friedrich Schorlemmer, o bispo Forck, Barbel Boley, etc.

Eu sou oriundo de um cantinho protestante da Prússia renana, bem longe de Berlim. Minha família não tinha parentes no outro lado. Como estudante, eu estive algumas vezes no Teatro Schiffbauer-Damm, no início dos anos 50, durante o tempo em que Brecht não podia ser representado entre nós. Um pouco mais tarde, foi mais ou menos entre 1954 e 1955, nós tivemos um contato na

Berlim oriental com um escritório da “Juventude Livre Alemã” (FDJ), a fim de conseguir o empréstimo de filmes para o nosso cineclube estudantil em Bonn. Na mesma ocasião eu estive também na Universidade de Humboldt, a fim de observar lá o seminário filosófico – o velho seminário de meu mestre Nicolai Hartmann. Esses foram os poucos contatos com a realidade “oficial” do mundo de lá, que parecia tão estranho, autoritário e assustador como os controles na estação da Friedrichstrasse. Foi preciso esperar três décadas e meia, até que eu tivesse novamente um contato com esse mundo. Eu recebi o primeiro convite em 1988, através de um colega de Halle. Eu proferi nesta cidade uma conferência, no verão de 1988, sendo, no entanto, observado rigorosamente pelo filósofo chegado da República Democrática Alemã – uma “observação” completamente absurda, se levarmos em conta a época em que minha fala aconteceu. Também não tive contato com grupos de oposição. Estou relatando essa história, que no fundo revela mais uma falta de contatos, a fim de lembrar que a nossa história tem mais elementos em comum com a história do pós-guerra da Itália, da França ou dos Estados Unidos, do que com a República Democrática Alemã. A história da Alemanha Oriental não foi a nossa história. Isso vale principalmente para meus filhos e para a geração deles. É sob este ângulo que devemos entender a diretora da repartição de cultura de Frankfurt, injustamente atacada por ter dito que em sua vida a cidade de Milão desempenhava um papel muito mais importante do que Leipzig. Temos que poder constatar isso sem sentimentalidade.

De outro lado, é preciso acrescentar que até os quinze anos eu vivi no Império Alemão, e inclusive no “Grande Império”. Por isso, os acontecimentos que se desenrolaram a partir do dia 9 de novembro de 1989, também despertaram em mim recordações pessoais como, por exemplo, a lembrança das férias passadas em Warnemünde, Zinnowitz ou Rügen. E essas recordações devem ser ainda mais fortes e mais ricas em outras pessoas que mantiveram relações com os que estavam atrás do muro, desde o final da II Guerra. Todos sentiram a abertura do muro e a unificação dos dois Estados como sendo o final de uma separação artificial. Nos mais velhos, tais sentimentos alimentavam-se das recordações não políticas da normalidade do dia-a-dia durante o tempo do nazismo. Quem levou um choque ao constatar que o estado de divisão e, principalmente, o modo dessa divisão, tinha um caráter artificial, do qual quase ninguém mais se lembrava, foram somente aqueles cujos

sentimentos podiam alimentar-se de experiências pessoais. Para os outros, para os que têm menos de cinquenta anos, o mapa dos novos Estados da República Federal da Alemanha não passa de uma grande mancha branca.

É certo que Jena possui, aos olhos de um filósofo alemão, que cresceu na tradição, uma espécie de aura, semelhante, talvez, à que os meus colegas ingleses descobrem em Oxford e Cambridge e os americanos em Harvard. Entretanto, as tradições intelectuais destacam-se de sua origem geográfica; o fato de Königsberg chamar-se hoje Kaliningrado não faz com que mude o significado que Kant tem para nós. Quando abrimos hoje um caderno “Merian” sobre a Saxônia, olhamos com curiosidade as fotos das cidades, os castelos, as paisagens destruídas, os mercados e as casas barrocas em ruínas. O fato de Leibniz, Lessing e Wagner serem apresentados aí como “grandes saxões” não acrescenta nada àquilo que já sabemos sobre os europeus Leibniz e Lessing e, infelizmente, sobre Bayreuth, talvez uma pequena admiração. As tradições intelectuais têm uma maneira própria de se tornarem propriedade, que não é a da posse política de um território. É claro que teríamos ficado muito felizes, se tivéssemos podido visitar os 150 metros quadrados do Velho Fosso (*Alter Graben*) em Jena, onde jaz uma parte da história imortal do espírito alemão; *para isso*, no entanto, teria sido necessária a existência de um trânsito normal entre vizinhos normais. Nós nos defrontamos no ano passado com um fetichismo territorial, no sentido de que se toma posse de algo, como se nós, através da anexação da República Democrática Alemã, pudéssemos nos apropriar de alguma herança de tradição. Esses tons de triunfo sobre um presumível crescimento cultural terminaram me irritando.

Portanto, não estou em condições de dizer muita coisa em resposta à sua pergunta sobre o que é digno de ser lembrado e conservado da antiga Alemanha Oriental. O desmoronamento da Alemanha Oriental acarreta consequências para muitos dos seus cidadãos, não somente em termos de emprego, mas também em termos de costumes de vida. Processos de modernização costumam desvalorizar brutalmente aquilo que é passado. Antes de mais nada, é preciso saber que o desaparecimento da Alemanha Oriental, quer nós tenhamos lembranças pessoais da história passada ou não, mexe com *outros* passados – também com aqueles que não servem de modelo para o futuro e que seria melhor que não viessem a reassumir poder sobre o presente.

2.2.

HALLER: *Apesar de uma economia falida, apesar do Serviço de Proteção do Estado (Stasi) e da “Nomenklatura” do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), a ex-Alemanha Oriental pretendia, mesmo assim, pelo menos no campo da política da paz e no campo social, ser sempre mais progressista do que a Alemanha Ocidental. Como avaliar isso: como auto-engano, propaganda, ou teriam sido valorizações e objetivos de uma política do Estado, que teriam que ser assumidos por nós?*

HABERMAS: Com sua retórica, esse “Estado de operários e de camponeses” abusou das idéias progressistas, tentando apoiar nelas sua legitimação; ele as desmentiu ironicamente através de uma prática desumana, o que fez com que caíssem em descrédito. Eu temo que essa dialética da desvalorização será mais ruïnosa para a higiene intelectual na Alemanha do que o ressentimento concentrado de cinco ou seis gerações de revolteantes obscurantistas alemães, anti-semitas, que são contra o esclarecimento, adeptos de um falso romantismo. Para mim, a desvalorização de nossas tradições intelectuais, tanto das melhores como das mais fracas, constitui um dos aspectos mais perversos da herança que a Alemanha Oriental introduz na agora ampliada Alemanha Ocidental. Isso constitui um tipo de destruição da razão que escapou à análise de Lukács. É verdade que o manual do materialismo dialético foi, desde o princípio, uma ideologia de legitimação talhada na medida certa para o imperialismo soviético de Stalin; entretanto, até o ano de 1953, certos imigrantes que tinham retornado do Ocidente, tais como Brecht, Bloch, Hans Mayer, Stefan Heym e outros, como Anna Seghers, puderam testemunhar que a República Democrática Alemã pretendia empenhar-se por aquelas tradições que sempre tiveram um grande peso em solo alemão. No entanto, esta pretensão de representar a Alemanha melhor desenvolvida culturalmente tinha suas falhas: nenhum Freud, nenhum Kafka, nenhum Wittgenstein, nenhum Nietzsche. Contudo, naquela época as editoras da Alemanha Oriental podiam vangloriar-se de possuírem o esclarecimento mais avançado na linha de Heine, ainda mais que no Ocidente o antifascismo dos primeiros anos, representado por nomes como Kogon (*O Estado-SS*), Langhoff (*Soldados do Pântano*) e Weisenborn (Memorial), logo recaiu no anticomunismo típico de

nossa terra. E este forneceu os motivos para os cartazes da propaganda de Adenauer.

No meu entender, as orientações normativas da Alemanha Oriental, dignas de preservação, não devem ser buscadas tanto nos chavões da “Juventude Livre Alemã” (FDJ) e dos congressos do Partido e sim, nos antigos filmes da “Sociedade Alemã de Cinema” (DEFA), em alguns programas de editoras dos anos 50, dos quais participaram uma, duas gerações de escritores opositores, que vão até Heiner Müller e Christoph Hein. Ao mesmo tempo, é preciso ver, de um lado, que os censores de uma política cultural ignominiosa mutilaram, desde o início, essa cultura principal e a contracultura e considerar, de outro lado, que um realismo imposto administrativamente dificultou e até tornou impossível o engate no espírito subversivo da modernidade radical. No entanto, uma coisa estava tão entrelaçada com a outra, que hoje se impõe um grande esforço de diferenciação para salvar do rancor as tradições de ambas as Alemanhas, que brotaram do espírito do antifascismo e que foram renovadas e desenvolvidas. Hoje em dia movimentam-se os espíritos que tomam o desmoroamento da República Democrática Alemã como um pretexto cômodo para nivelar tudo o que não se encaixa no modelo elitista de um pessimismo cultural especificamente alemão, profundamente enraizado no pensamento historicista e romântico. Eu temo que algumas coisas do velho mofo retornem. Os “eruditos” deixarão novamente os “intelectuais” para trás. Já falamos no desprezo dos jovens conservadores pelo *juste milieu*.

2.3.

HALLER: *Tendo presentes as recordações trazidas pelas semanas de novembro de 1989, quando o muro caiu e as pessoas do Leste e do Oeste afluíram num encontro em que se misturaram, eu pediria que o senhor nos contasse, por favor, como tem vivido aquilo que a partir de então ficou conhecido como “guinada”, quais foram as observações que o senhor fez e de que modo o senhor acompanhou esse processo de transformação?*

HABERMAS: O senhor também usa a expressão “guinada”, que já tinha sido cunhada por Genscher para conseguir derrubar o governo de Schmidt e colocar Kohl no poder. É sintomático que o povo na Alemanha em geral utilize o termo “guinada”, a fim de caracterizar a queda do regime do Partido Socialista Unificado (SED). Parece

que nossos compatriotas não têm o sentimento de ter feito uma revolução ou de a ter assistido. Fomos nós, do Ocidente, que nos primeiros meses lhes oferecemos a categoria da revolução como interpretação – talvez para encobrir uma necessidade de recuperação, já anotada por Marx. Vozes mais elegantes recordam-se orgulhosamente de Hegel, o qual opinara que a Reforma tornara supérfluas as revoluções políticas nos países protestantes. Como quer que seja, os historiadores irão nos ensinar se ao que assistimos foi uma “revolução recuperadora” ou simplesmente uma transformação, uma passagem, uma troca de sistemas em decorrência da decomposição de uma potência mundial que foi ruindo aos poucos. Quanto mais se tornam conhecidos os detalhes sobre a constituição interna da República Democrática Alemã (DDR) antes de novembro e sobre os acontecimentos que culminaram na abertura do muro – um fato aparentemente não planejado – tanto mais se impõe a conclusão de que os acontecimentos têm um caráter casual e os movimentos uma característica passiva. Hoje não ficaríamos totalmente consternados com a declaração de Markus Wolf, segundo a qual Honecker teria sido vítima da conspiração dos órgãos de segurança do Estado. O *locus of control* parece estar menos com os atores, com as massas e com os seus corajosos e honestos inspiradores civis, do que inicialmente era sugerido pelas imagens excitantes de uma televisão onipresente.

No decorrer do ano passado ficou cada vez mais forte a impressão de que no geral tudo foi mais fruto de acontecimentos do que de iniciativas. Para que as coisas se desenrolassem do modo como se desenrolaram, houve o concurso de vários elementos: uma certa perplexidade dos iniciadores, que logo foram postos de lado; uma falta de autoconsciência e de autoconsideração, uma espécie de auto-renúncia por parte de muitas pessoas na República Democrática Alemã; uma maior capacidade de diferenciar entre renitência, resistência e oposição num povo que tinha conseguido se arranjar de qualquer maneira, muitas vezes rangendo os dentes, com as práticas de uma polícia secreta não muito secreta; finalmente, aquela insanável confusão entre bandidos e vítimas numa mesma pessoa, para a qual de Maizière se tornou um símbolo. Pouco importa que lhes façamos justiça ou não, os símbolos influem na história: o primeiro chanceler escolhido livremente, que pronunciou um discurso inesquecível perante o Congresso, é obrigado a renunciar ao seu cargo na República Federal da Alemanha por ser suspeito como “Czerny”. Esses aspectos deprimentes de uma passagem, de

uma transição, de uma rendição, fizeram com que o ato de libertação, saudado entusiasticamente por todos, perdesse muito de sua aura inicial. As imagens da libertação e da capitulação misturam-se entre si, restando no final a tristeza em saber que nenhuma das bobagens e insolências invocadas como dados “históricos” irá impregnar a memória das gerações futuras. Mesmo assim, foi um momento de pura emoção, um instante de alegria e de solidariedade, uma visão sublime para todos os que naqueles dias puderam acompanhar pela televisão o júbilo vivo, o entusiasmo inteiramente civil dos compatriotas que acorriam em massa para o Ocidente, a reconquista de sua liberdade física. Eu temo que em torno desse início enfático não cheguem a se cristalizar recordações históricas permanentes. Isso devido ao fato de que os acontecimentos não foram realizados com aquela consciência que apareceu pela primeira vez em cena durante a Revolução Francesa, apesar de terem desencadeado objetivamente uma “guinada”.

O mais importante talvez seja o modo pelo qual se deu o próprio processo de unificação; os acontecimentos históricos são interpretados retroativamente. O modo e a velocidade da unificação foram determinados pelo governo da República Federal da Alemanha. A característica fisiognômica mais marcante é precisamente o caráter instrumental de um processo administrativo inteligentemente modulado do ponto de vista de uma política externa e talhado conforme imperativos econômicos, o qual, no entanto, não conseguiu adquirir uma dinâmica *democrática* própria. Os editoriais elogiaram o governo por ter sabido usar a “hora dos executivos”. Na verdade, porém, Kohl e seu gabinete souberam impor-se através de truques e virtudes que normalmente só podem ser vistas em discussões a nível de política interna, de pequeno calibre. Utilizando o instrumento dos tratados políticos, ao lado de uma política de urgência de prazos por eles mesmos estabelecidos, bem como uma enérgica exploração da rede de organização dos blocos de partidos, eles manobram a oposição, profundamente dividida, e a opinião pública. Eles prepararam o caminho para um processo que se desenvolveu preponderantemente em categorias da organização econômica, a tal ponto que as alternativas políticas nem chegaram a ser colocadas como tema. A isso tudo vieram juntar-se certas circunstâncias que, do meu ponto de vista, não são somente aflitivas, porque configuram uma constelação feliz da política externa. A única decisão que se revestiu de substância política foi a que se referiu à modalidade e ao estabelecimento das datas da união

monetária. Esta decisão foi tomada relativamente cedo a partir de um clima favorável à União Democrata Cristã (CDU) durante a campanha pelas eleições para o parlamento, contra a relutância das elites econômicas e inclusive contra o conselho do Banco Central da Alemanha. Lambsdorff, Kohl e seus colaboradores interpretaram o processo de unificação como sendo a tarefa da reorganização jurídico-administrativa de um mecanismo econômico que possui um curso próprio. Naturalmente não faltou um liberalismo econômico ingênuo por detrás do grotesco erro de avaliação segundo a qual o jogo das forças do mercado, liberadas, iriam conseguir realizar aquilo que somente poderia ter sido obtido através de uma reorganização política cuidadosa. Também não deveríamos subestimar o tipo de consciência ingênuo, que pode ser designada como “consciência dreggeriana”, ou seja, a de que num momento sublime da história nacional é possível fazer uma “grande” política. Na cabeça dos autores que se tornam notórios mais pela sua falta de notoriedade movimentou-se um bom pedaço do século XIX.

Tais fatos correspondem a uma lógica da situação, muito bem analisada por Claus Offe. Apesar de todos os esforços ideológicos em prol de uma autonomia nacional, a República Democrática Alemã conseguira formar apenas uma identidade econômica. Ela representava algo como a forma pura de uma sociedade econômica, socialista e burocrática. É por isso que aqui, ao contrário do que aconteceu na Hungria, por exemplo, a mudança do sistema não pôde completar-se no quadro da continuidade de um Estado nacional, construído sobre experiências históricas próprias. Ou seja, nas palavras de Offe:

“Na reviravolta ocorrida na República Democrática Alemã pode-se ver uma revolução do modo de produção que se tornou possível graças à entrada no sistema constitucional da República Federal da Alemanha. No entanto, a mudança da constituição não foi a força propulsora nem o motivo condutor da queda”.

Esta tese apóia-se principalmente na constatação de que na Alemanha Oriental não houve, a nível público, elites ou grupos de oposição que tivessem contribuído com suas próprias perspectivas de reforma para a substituição do velho regime, ao contrário do que ocorreu na Polônia e na Tchecoslováquia:

“A revolução na República Democrática Alemã foi de resultado (*exit-Revolution*), não pelo voto (*voice-Revolution*). Não foi a luta

coletiva vitoriosa em prol de uma nova ordem política que impôs o fim do Estado da República Democrática. O que houve foi a migração individual e repentina de milhares de pessoas, que acabou destruindo a sua base econômica”.

Essa formulação abrupta certamente não faz jus às intenções dos movimentos de cidadãos e às demonstrações corajosas da primeira hora. A própria Mesa Redonda, a única corporação institucional da oposição política na Alemanha Oriental, transformou-se numa pedra incômoda, não somente no caminho da política de desestabilização e de anexação da República Federal da Alemanha: ela não conseguiu obter autoridade nem na própria República Democrática Alemã. E a Câmara do Povo, recentemente escolhida, avaliando corretamente os motivos que realmente moveram o povo, nem chegou a discutir o projeto de constituição, no qual estavam delineadas as perspectivas normativas e um novo começo.

De outro lado, o próprio povo da República Federal da Alemanha considerou o processo de unificação de maneira surpreendentemente sóbria e predominantemente sob pontos de vista econômicos; Lafontaine, ao falar dos “custos da unidade” não tirou esse tema simplesmente do ar. E o governo federal reagiu à “atitude de reserva ciente dos custos”, difundida entre os cidadãos da República Federal da Alemanha, com a promessa arriscada de financiar os novos encargos através de crédito e não através de novos impostos. Esse expediente pusilânime, tecido na tática do partido, foi censurado já na época; ele prova, no entanto, que o governo contava com uma população que captou o processo de unificação sob as mesmas categorias, ou seja, como um ato de administração inteligente, capaz de criar os pressupostos jurídicos para a implementação de mecanismos de mercado, bem como os “atenuantes” sociais correspondentes. A união não foi vista como um ato desejado normativamente por cidadãos de dois países, os quais, politicamente autoconscientes, juntam-se para formar uma nação comum de cidadãos. Isso pode, inclusive, ser inferido dos argumentos, com cujo auxílio os “Wessis” (alemães ocidentais) ofereceram aos “Ossis” (alemães orientais) as modalidades bem como a possibilidade de um ingresso de acordo com o Artigo nº 23 da Carta Fundamental, ingresso aceito por demais rapidamente; pode ser deduzido também do medo quase histérico face a uma discussão da Constituição, a qual, no entanto, teria sido até

necessária de acordo com o Artigo 146. Com algumas honrosas exceções, entre elas as dos juizes da Constituição, Grimm e Simon, os juristas políticos da Alemanha, circundados pela imprensa que apóia o Estado, comprovaram-se novamente como obsequiosos advogados da legitimação dos que governam no momento.

2.4.

HALLER: *Apesar de toda a crítica à política apressada do governo de Kohl, é necessário perguntar se em 1990 havia alternativas para uma tal política de união. Ou será que, no final das contas, os jornalistas liberais têm razão ao escrever que a razão prática, fixada naquilo que é realizável, mesmo que fosse extremamente rígida, impôs-se contra a esperança utópica?*

HABERMAS: Até hoje cultiva-se a lenda de que não havia outras alternativas para o caminho seguido pela unificação, nem para a velocidade com que isso aconteceu. Ora, questões desse tipo não são resolvidas através de eleições para o parlamento. Considero falsos, ou pelo menos discutíveis, os três argumentos mais importantes nos quais a lenda se apóia.

Em primeiro lugar, o argumento do número das pessoas que iriam mudar-se para a Alemanha Ocidental: certamente essas pessoas constituíam uma parte da realidade; mas também foram usadas. Se tivesse havido uma avaliação mais realista do seu número, este teria perdido sua dramaticidade assustadora. Pois, nos dias de hoje emigram presumivelmente para o Ocidente tantos operários qualificados quantos já faziam isso antes da unificação monetária. Hoje esse número atinge os vinte mil migrantes por mês. Com respeito ao argumento econômico, ou seja, o de que a falência do sistema econômico da Alemanha Oriental não podia ser contida, basta fazer uma referência ao *status quo*. O que nós temos *agora* é uma destruição de capacidades de produção e uma destruição de lugares de emprego. Ora, isso poderia ter sido evitado, ao menos na proporção em que está se dando, se tivesse sido escolhida a “trilha vagarosa” de uma mudança controlada pelo Estado e subvencionada com prazos. O problema principal de um processo de unificação não forçada teria sido a manutenção de uma fronteira alfandegária. O dilema perante o qual se encontra o governo hoje, devido à falta de investimentos nos novos Estados da União, já estava clara desde o início. Ao içar de um só golpe os compatriotas para o próprio barco,

através do *médium* do direito constitucional, foi preciso que a norma da adaptação das condições de vida, prevista pela Constituição, abrisse uma tenaz entre os custos dos salários e o nível de produtividade, a qual tem conseqüências negativas numa economia da mercado. Finalmente, o argumento mais convincente que se encontrou para operar a nível de política externa foi da “oportunidade da hora”. Ora, até esse argumento perdeu entrementes muito de seu peso. O Pacto de Varsóvia ter-se-ia dissolvido de qualquer maneira. E o Soviete Supremo aderiu ao “Tratado-2+4”, mesmo que Gorbatschow esteja enterrado até o pescoço.

De outro lado, tais visões retrospectivas e contrafáticas na história e na política sempre são melindrosas. Essa discussão não tem mais muito sentido hoje em dia. *It's no good crying over spilt milk*. Porém, eu considero não ser correto contrapor, neste contexto, a “razão prática” à “utopia”, pois a razão não se usa apenas em sentido pragmático, mas também em sentido normativo.

2.5.

HALLER: *E tudo indica que o mais importante para o senhor é esse uso normativo. Sob esta perspectiva: qual das objeções que o senhor e outros intelectuais manifestaram contra a política de unificação pode ser tida ainda hoje, no ano de 1991, como atual e relevante?*

HABERMAS: Os intelectuais lamentaram o déficit normativo do processo de unificação. Eu considero isso importante, porque diz respeito à forma pouco delicada com que se manuseia a nossa cultura política, implicando, portanto, prejuízos a longo prazo, que não foram levados na devida conta pela tática de campanha dos partidos políticos, nem pelo sistema econômico criado pela administração dos funcionários, o que constitui um grande perigo. Os instrumentos da Carta Fundamental só podem funcionar bem na medida em que a consciência de cidadania de uma população *acostumada* a instituições da liberdade o permite. A cultura política compõe-se de um entrelaçamento vulnerável de mentalidades e de convicções, que não podem ser produzidas nem ao menos comandadas através de medidas administrativas. O que nós lamentamos é a manipulação brutal das reservas morais e intelectuais, imponderáveis, necessitadas de cuidados, as quais só podem regenerar-se espontaneamente, não pelo caminho do comando. A

autocompreensão, a autoconsciência política de uma nação de cidadãos forma-se sempre no *médium* da comunicação pública. É esta dependência de uma infra-estrutura cultural, que hoje é deixada às traças nos novos Estados da Alemanha.

O “desenvolvimento” administrativo de academias, escolas superiores, museus, a adaptação do teatro, cinema e literatura aos modelos de mercado e subvenção, imperantes no Ocidente, são, no final das contas, ainda piores que a destruição das capacidades de produção em outros setores. Pois as capacidades intelectuais não se deixam mais regenerar quando se interrompe a produção durante dois, três ou cinco anos. Biografias quebradas são uma catástrofe, *qualquer que seja* o caso. Ao passo que as capacidades industriais podem ser substituídas sob outras condições. Não é possível reconstruir da mesma maneira meios culturais destruídos. Uma vez arruinados, sua ruína é definitiva.

2.6.

HALLER: *O público do jornal “Frankfurter Allgemeine” pôde ler que os colegas do senhor não aceitam sua crítica ao processo de unificação das duas Alemanhas: o senhor estaria inventando através dessa crítica um nova lenda da punhalada (FAZ, 19/12/1990).*

HABERMAS: Isso é uma falsificação malévola e grotesca. Após a I Guerra Mundial, a lenda da “traição às fronteiras da pátria” contribuiu para a desestabilização da República de Weimar. A crítica que eu e muitos outros fizemos dirige-se precisamente contra o menosprezo e o encolhimento do estofo político e cultural no qual o Estado de direito, democrático, precisa estar fincado, a fim de manter sua estabilidade. Entretanto, permita que eu reflita um pouco sobre as dúvidas que acompanham implicitamente algumas de suas perguntas. Retrospectivamente eu reconheço, por exemplo, que como jovem estudante e nos anos após o estudo, não avaliei corretamente o alcance histórico da grande realização de Adenauer, que foi a amarração enérgica da República Federal da Alemanha na Aliança Ocidental e no sistema social ocidental. Quando me foi permitido votar pela primeira vez, nas eleições de 1953 para o congresso, eu dei o segundo voto ao Partido Popular Alemão Unificado (GUP), de Heinemann, e o primeiro voto, rangendo os dentes, ao Partido Social Democrata (SPD), de Schumacher, que era demasiado nacionalista para o meu gosto. Todos os meus cabelos se

erichavam na época contra Adenauer, contra a política de normalização de um homem velho, cujo vocabulário era limitado. Além de não ter nenhum contato com as experiências e expectativas das gerações mais jovens, ele era inteiramente insensível com relação aos prejuízos mentais de uma restauração das mentalidades – e não somente das mentalidades – que amadureceu sob as suas asas. Talvez ele tenha aceito como um mal necessário os custos morais e políticos implícitos numa integração friamente calculada dos velhos “camaradas do partido” (Pg) ou oriundos de sua própria docilidade apressada na questão da remilitarização. Mesmo assim, quer me parecer que nossa oposição radical ao espírito da era de Adenauer se justifica ainda hoje. Sem a oposição dos liberais de esquerda e às vezes até da inteligência de esquerda, que estava se formando nesta época e somente conseguiu uma certa força de atração no início dos anos 60, na fase da incubação do movimento dos estudantes, – sem essa divisão de trabalho entre os governantes e seus “fraldiqueiros”, não teríamos tido na República Federal da Alemanha um sentido civilizado quanto ao papel do cidadão e nem sequer uma mentalidade civil em geral. Na minha opinião, essa nova mentalidade no interior do aparelho de Estado foi incorporada pela primeira vez na figura do Presidente da República, Heinemann. Sem aquele “duplo domínio” de uma política restaurativa e de uma inteligência opositora, não teríamos tido mais do que a simples “confiança no sistema”, típica de uma sociedade econômica bem-sucedida. Do mofo neoconservador, unido ao barroco de Gelsenkirchen, jamais teria surgido uma identificação mais profunda com uma ordem em cujos princípios universalistas temos, apesar de tudo, um potencial de autocrítica e de autotransformação.

Suponhamos que hoje eu me engane novamente sobre o significado histórico daquilo que me parece ser a política kohliana de anexação. Suponhamos mais que, como as suas perguntas supõem, não tenha havido nenhuma alternativa para tal política. Suponhamos *for the sake of the argument*, que Kohl tinha consciência das imponderabilidades culturais e políticas e do preço moral que ele teria que pagar inevitavelmente – mesmo assim seria um *descuido* se os intelectuais não apontassem para esses prejuízos imponderáveis. Pois a crítica não se dirige contra a união dos Estados em si mesma, mas contra o modo como se chegou a esse caminho. Permita que eu recorde três coisas.

Em primeiro lugar, a dimensão nova da conscientização de um passado político sob o domínio do Serviço de Proteção do Estado

(*Stasi*), com o qual está ligada irremediavelmente uma *inteira* população. Muitos argumentos em prol de um ritmo mais vagaroso não visavam apenas conceder mais tempo para que os cidadãos da República Democrática Alemã pudessem refletir melhor sobre a confrontação com o seu próprio passado. Eram argumentos formulados por pessoas interessadas principalmente na instauração de condições capazes de propiciar um maneira de lidar autonomamente com esse tipo de problemas escabrosos. Tais problemas tornam-se insolúveis quando não abordados na própria casa, por iniciativa e força própria. Os debates públicos de auto-entendimento – que contêm sempre um elevado potencial de melindre recíproco – somente conseguem obter legitimidade na base de uma história compartilhada em comum, sob o pressuposto de que um dos participantes, que fez as mesmas experiências ambivalentes e possui os mesmos conhecimentos íntimos, ainda não bem articulados, compreenda o que o outro está falando. Richard Schröder, teólogo e presidente do grupo político do Partido Social Democrata (SPD) no Congresso, nos pergunta se o trabalho de desagregação do Serviço de Proteção do Estado (*Stasi*) deveria continuar indefinidamente – inclusive com a ajuda dos meios do Ocidente:

“O tema precisa ser discutido publicamente. Todavia, por quem? ... Precisamente quando se trata do tema *Stasi*, os ocidentais têm uma carência insanável: nenhum deles viveu pessoalmente isso tudo... É preciso que lhes narremos como as coisas aconteceram. Eles devem, ao menos nesse ponto, ouvir, mesmo que isso seja difícil. E nós orientais precisamos nos esforçar, após esse ano turbulento, em recordar corretamente o modo como nós vivemos e pensamos antes desse ano, antes que as revelações entre nós irrompessem...” (FAZ de 2 de janeiro de 1991).

A queixa de Schröder faz-nos lembrar a desnazificação nas antigas zonas ocidentais e as razões por que ela, entre outras coisas, não deu certo. Os atingidos pelas forças de ocupação, que se sentiam incompreendidos, não sabiam abordar aquilo que essas forças lhes impunham, a não ser de modo estratégico. Os novos Estados da Alemanha não têm que se haver com uma força de ocupação, mas com o dedo em riste dos próprios compatriotas, os quais, no entanto, só foram poupados do mesmo destino por mero acaso e sorte. Como poderia ser possível surgir uma autoconsciência política numa nação humilhada duas vezes, após 1933 e desde 1949, quando os agentes lhe tiram inclusive aquilo que somente ela pode realizar? O

Congresso, num derradeiro ato de autodefesa contra essa *terceira* humilhação, conseguiu sustar, ao menos, por enquanto e literalmente na última hora, que os arquivos do Serviço de Proteção de Estado (*Stasi*) fossem parar em mãos ocidentais. Entrementes, o jurista alemão oriental Joachim Gauck, encarregado especial do governo federal para os arquivos-*Stasi*, teve que lutar contra o desejo da União Democrata Cristã (CDU) de ocupar a sua comissão com peritos em direito constitucional da Alemanha Ocidental. O barulho em torno da “lei dos arquivos” não promete coisas boas. O mesmo problema reassoma no contexto do desenvolvimento jurídico de certas instituições. É impossível descrever os constrangimentos e a obscenidade moral que resultam, por exemplo, da tarefa que no momento ocupa inumeráveis comissões ocidentais, que devem examinar os seus colegas orientais nas universidades, academias, tribunais, administrações e negócios, submetendo-os a um controle da produtividade, no qual intervêm sem dúvida elementos de avaliação da mentalidade política.

O envenenamento da atmosfera, que resulta do traslado dos “velhos encargos” morais para as mãos da administração ocidental, não atinge somente um dos lados. Para nós, que desta feita somos os condutores que aparecem no papel de juízes encarregados do trabalho de desproblematização, existe um risco muito grande de prosseguir num outro nível o jogo bravamente exercitado de colocar um ponto final nas coisas. Hoje nós não compensamos mais os crimes de Stalin com os de Hitler. Basta que, na qualidade de especialistas em questões referentes ao domínio do passado, nos pronunciemos sobre a catástrofe *dos outros*. Foi esse o temor de Günter Grass, quando colocou Auschwitz em jogo. Não se pode superar esse temor opondo o argumento, que de si é correto, porém, inconveniente, de que a divisão das duas Alemanhas não é uma consequência política dos campos de concentração.

Em segundo lugar, a crítica dirige-se contra as deficiências democráticas do processo de unificação, as quais já foram por mim apontadas. A discussão sobre a carta constitucional foi considerada um empecilho para uma realização administrativa impecável e, por isso, colocada de lado. Os que a exigiram foram ridicularizados como utopistas ou caíram na suspeita de serem pouco fiéis à constituição. No entanto, é preciso perguntar: será que é totalmente fora de propósito pensar naquilo que pode advir a médio prazo, em termos de polarizações sociais e de perda do sentido civil e da cultura política? A Carta Fundamental previra para esse tipo de casos um

processo institucionalizado, ou seja, uma reunião dos representantes escolhidos pelo povo, que deliberam sobre a própria constituição. Será que não passaram de utopia as expectativas de que o governo da República Federal da Alemanha, ou pelo menos o Partido Social Democrata (SPD), poderiam assimilar os impulsos emitidos pela “Mesa Redonda” – impulsos que atualmente só são levados adiante por um conselho administrativo que se destina a uma aliança democrática de duas nações alemãs? Será pedir demais que se desenvolvam esforços na área da comunicação pública para que a *nova* República Federal da Alemanha, composta de partes tão desiguais, seja percebida pelos seus cidadãos como algo comum e não apenas como o resultado secundário da criação forçada de um novo espaço monetário?

É verdade que a unificação dos Estados foi legitimada através de eleições democráticas. No entanto, o modo como isso foi feito privou quatro quintos dos eleitores da chance de se decidir livremente. Eles nem sequer foram consultados; eles somente puderam confirmar a anexação que já tinha acontecido – numa eleição mal-humorada para o Congresso, da qual participou um número relativamente pequeno de pessoas. O déficit normativo consiste no fato de que a “classe política” não se esforçou no trabalho de convencer a maioria dos eleitores ocidentais, que são muito jovens para se relacionar mais profundamente com o relativamente estranho Estado da República Democrática Alemã (DDR), no sentido de se criar com esforço uma nova nação de cidadãos; o máximo que essa classe política fez foi criar *slogans* bobos, como, por exemplo: “nós nos alegamos sobre a Alemanha”. No outro lado surgiu um déficit semelhante, porque ninguém se preocupou em explicar para a população da República Democrática Alemã, a qual não consegue ter recordações pessoais da época antes de 1933, o conteúdo normativo dos princípios de direito político e democrático incorporados na Carta Fundamental; aqui também houve a atividade apressada de distribuir atestados de conversão ideológica em prol de uma “Aliança para a Alemanha”. Foi esse o significado crítico da banana de Schily.

Ao invés disso, os políticos apostaram tudo no sentimento nacional. Esse é um terceiro ponto a considerar. Naturalmente, Kohl e Waigel estavam cientes de que o sistema político não pode ser integrado somente através da necessidade de bem-estar. Claus Offe chamou a atenção para o caráter curiosamente artificial desse novo nacionalismo; ele fala de um “nacionalismo de elites”, friamente calculado, que foi acrescentado ao apressado processo da integração

econômica, como pano de fundo criador de sentido. Realmente foi possível observar que, ao menos no Ocidente, os tons nacionais não ecoam tanto nos bares e sim, nos lábios dos políticos. Se se leva em conta que é próprio ao nacionalismo um certo grau de manipulação, pode-se ficar tranquilo quanto à tonalidade, que no geral é moderada. Eu considero uma sorte em meio à desgraça o fato de a maioria conservadora ter-se constituído bem antes das eleições para o Congresso; isso fez com que os partidos de direita não caíssem na tentação de deixar de lado os cuidados com a política externa e de apertar mais fundo as teclas nacionalistas.

Mesmo assim, teria sido necessária uma discussão determinada por pontos de vista ético-políticos, ao invés de enganar os eleitores com um financiamento da unificação sem elevação de impostos. Teria sido necessário apelar à solidariedade daqueles que, nascidos num determinado lugar, por obra do destino, tiveram a sorte de não cair nas mãos da União Soviética após o término da II Guerra. Teria sido necessária também uma compreensão para o problema enfrentado pelos nossos vizinhos do Leste e que deriva do fato de que se pretende no momento empurrar a fronteira do bem-estar para a linha dos rios Oder-Neisse. Teria sido possível experimentar o equilíbrio sutil que deve ser mantido entre as obrigações específicas em relação a compatriotas e a solidariedade para uma Europa Oriental que enfrenta pesadas hipotecas econômicas no caminho de sua libertação. Talvez o Presidente da República tenha tocado nesses temas. Ao passo que os outros desenrolaram o programa de acordo com a lógica transparente das campanhas pelas eleições, revestindo os sinais de seu auto-interesse esclarecido com os babados retóricos de um nacionalismo intumescido. Eles consideraram os cidadãos da Alemanha Ocidental capazes de absorver estereótipos nacionais, mas não normas. Uma praxis instrumental inteligente certamente possui argumentos em seu favor. A tendência que existe entre essa praxis e o palavrorio vazio torna o novo estilo do intercâmbio alemão entre o Leste e o Oeste – que de um lado ele abraça e do outro explora – tão inapetecível.

Ao recordar essas várias direções da crítica, eu não tenho a intenção de jogar mais lenha no fogo. O processo de unificação já transcorreu conforme o traçado da chancelaria. Entretanto, eu sou incorrigível na crença de que conseguiremos dominar melhor os problemas que nos advêm hoje, decorrentes desse traçado, se tentarmos prestar contas sobre o déficit normativo da arrancada precipitada.

3. PASSADO COMO FUTURO

Resumo:

- 3.1. Quem perde e quem ganha com a política de Kohl para a Alemanha.
- 3.2. Os intelectuais e a política: a necessidade de encontrar respostas novas para situações novas.
- 3.3. Qual deveria ser a nova resposta da esquerda?
- 3.4. A querela no âmbito da literatura.
- 3.5. O passado da República Federal da Alemanha como futuro da nova Alemanha.
- 3.6. Sobre a possibilidade de uma nação “tornar-se senhora” do seu passado.
- 3.7. O caminho para se chegar a um novo consenso nacional na nova Alemanha.

3.1.

HALLER: *deixemos um pouco de lado o sistema político e voltemos nossos olhos para a sociedade, especialmente a da República Democrática Alemã (DDR), que no inverno de 1989/90 desenvolveu certas expectativas e perspectivas que foram asperamente desenganadas após a consumação da fusão dos Estados. Nós temos registrado na memória que em novembro de 1989 as pessoas foram para as ruas pedindo um socialismo renovado; alguns meses depois praticamente ninguém falava mais nesse assunto. Que tipo de sentimentos, de pensamentos e de interesses se impuseram a partir de então na Alemanha através da política representada por Helmut Kohl? E quem, no final, tira proveito de tudo isso?*

HABERMAS: Quais interesses, sentimentos e pensamentos se impõem através da política de Kohl para a Alemanha? Na reviravolta estrutural ocorrida na antiga República Democrática Alemã haverá ganhadores e perdedores nitidamente caracterizáveis. O preço a ser pago pela introdução da economia de mercado inclui: desigualdade social, novas divisões, e uma porcentagem elevada, não passageira, de desempregados. Haverá um número relativamente elevado de desempregados nos novos Estados da Alemanha porque uma parte da população é idosa e a outra mal preparada para suportar a considerável pressão de mudança: para isso é necessária robustez de espírito e preparo cognitivo. Como sempre acontece nos casos de uma transformação social acelerada, as crises são descarregadas sobre a vida, a saúde física e psíquica dos indivíduos mais fortemente atingidos. A grande porcentagem de suicídios nos novos Estados da Alemanha é um alerta. Além do mais, aqueles que no velho sistema gozavam de privilégios não tão escandalosos irão aproveitar as novas condições mais do que os outros, dado o seu elevado nível de organização e a sua competência – como pode ser observado nos membros do segundo e terceiro escalão dos antigos partidos. Inclusive colaboradores do Serviço de Proteção do Estado (*Stasi*) são eventualmente privilegiados por disporem de informações que poderiam desestabilizar a situação. No resto, a redistribuição dos privilégios não se desenrola de acordo com modelos precisos. Muitas vezes, o que ajuda mesmo são relações casuais.

Depois que as condições foram estabelecidas desta maneira, fica mais fácil descobrir quem ganha no Ocidente com o processo de unificação. Eu não me refiro aos pequenos assaltantes que se apossam de *lucros momentâneos*, mas em primeiro lugar às firmas que, durante a primeira fase da reconstrução, ampliam suas capacidades, assumindo os mercados da Alemanha do Leste sem nada investir, sem criar nestes lugares novos empregos. Até agora a união monetária funcionou para a economia da Alemanha Ocidental como um gigantesco programa conjuntural do Estado, financiado através de créditos. Num nível geral e a médio prazo será possível dizer que a política econômica personificada por Lambsdorf conseguirá impor-se também na parte ocidental e de uma maneira mais brutal do que antes. Os quatro e meio por cento de crescimento da economia, prognosticados para a economia alemã no início do ano de 1991, significam, ao mesmo tempo, uma elevação do nível de desigualdade social, ou seja, lucros crescentes e salários em queda. Eles significam uma segmentação ainda maior da sociedade:

enquanto que os ricos se tornam mais ricos, não somente os pobres se tornam mais pobres, mas também cada vez mais pobres são expulsos do sistema e lançados nas subclasses daqueles que não dispõem de força de veto, ou seja, daqueles que não conseguem mais melhorar a sua situação através dos próprios esforços. Numa palavra: o clima social irá esfriar consideravelmente!

Além do mais, quem se aproveita da mudança de mentalidade são os partidos conservadores, apesar dos reveses tidos nos novos Estados da União, causados pelos desapontamentos de um prometido progresso que não veio. A reconstrução da economia da Alemanha Oriental em geral e todos os problemas que derivam do desenvolvimento, da reorganização e da construção de importantes áreas de funções, bem como do controle de tensões sociais e de potenciais anômicos nos novos Estados, colocam na sombra os temas que paulatinamente tinham entrado na consciência pública da próspera Alemanha Ocidental. Eu me refiro aos temas que se fizeram valer através dos novos movimentos sociais sob o signo dos valores “pós-materiais”. A velha República Federal da Alemanha estava no bom caminho de uma moderna sociedade democrática, incluindo uma forte participação política e uma cultura de protesto, a qual lembrava aos dois terços da sociedade que eles tinham tarefas que incluíam a domesticação do capitalismo, isto é, de um sistema econômico que é insensível para com os seus custos externos, e que havia estratégias novas que iam além das formas administrativas de pacificação preferidas pelo socialismo de Estado. A terciarização da economia, uma boa conjuntura, a expansão do sistema educacional e a modificação progressiva das idéias e motivos tinham preparado os pressupostos favoráveis para essa domesticação.

Em novembro de 1989 o Partido Social Democrata (SPD) de Lafontaine, que através do programa de Berlim procurou colocar no centro estas tarefas, tinha fundadas esperanças de substituir o governo da República Federal através de uma coalizão verde-vermelha. As eleições do ano passado sinalizaram uma mudança nas tendências. No entanto, as tendências não são somente quebradas, porque objetivamente houve outros problemas que assumiram o primeiro plano. Os pesquisadores das mudanças de valores confirmam empiricamente as impressões que todo mundo já tem: nos novos Estados da Alemanha predomina um tipo de mentalidade que nós já conhecíamos desde a época de Adenauer. Pois a República Democrática Alemã (DDR) ainda não recuperou a mudança dramática havida na República Federal da Alemanha

(BRD) desde o final dos anos 60, em termos de valores orientadores. Assim, ninguém deve espantar-se se as preferências dos eleitores na Alemanha unificada se distribuem de maneira diferente.

A última eleição para o Congresso derrubou as maiorias que se destacaram na velha República Federal, proporcionando uma drástica supremacia para as forças conservadoras – e isso talvez por um tempo mais longo. Enquanto habitantes de um país atrasado ecológica, econômica e socialmente, os compatriotas orientais tinham ante os olhos o modelo do “tempo bom”, que a televisão lhes mostrava reinante no sistema político e social da República Federal da Alemanha. Eles elegeram aquele que lhes prometeu de forma protecionista a equiparação rápida das condições de vida nas duas partes. Esse pendor conservador é fortalecido pelo potencial autoritário, o qual, segundo dados de todas as pesquisas consultadas a esse respeito, é mais desenvolvido na antiga República Democrática Alemã do que na República Federal da Alemanha. Como consequência dessa diferença de mentalidade no Leste e no Oeste, modificou-se a composição social da base de eleitores dos dois grandes partidos – no Leste os trabalhadores decidiram-se em sua maioria pela União Democrata Cristã (CDU). Os avanços do Partido Liberal Alemão (FDP) nos dois lados da Alemanha revelam que em dezembro ainda havia uma boa disposição para o liberalismo econômico. Entretanto, apesar de não ter havido o desejado crescimento, a mentalidade de reconstrução, típica dos anos 50, continuará determinante. Esses são indicadores bastante rudimentares para uma mudança nos ânimos, a qual, porém, é menos clara, quando se leva em conta o crescente abismo que se põe entre as gerações. As pessoas mais jovens têm interesses, sentimentos e orientações de vida que não coincidem com o cartel dos políticos de Bonn, que agora dirigem a cena – depois que os verdes tiveram que abandonar o parlamento federal e os inovadores do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), que levam a sério a reconstrução ecológica da sociedade industrial, foram mantidos em reserva.

3.2.

HALLER: Já falamos o suficiente sobre os interesses e correntes da população em geral. Entretanto, ultimamente houve uma modificação curiosa na paisagem intelectual. Será que os intelectuais realmente não sabem como movimentar-se no campo da grande política, conforme sugerem as más línguas conservadoras?

HABERMAS: Bem antes de a Guerra do Golfo tornar-se um fenômeno atual, houve debates, inclusive em novembro de 1989. Naqueles dias apareceu um artigo muito importante, intitulado: “Oradores silenciosos”. A lenda relativa à flutuação dos intelectuais deve ser tributada a esse título. Um ano depois ainda é possível ler no jornal “*Süddeutsche Zeitung*” que os intelectuais, especialmente os de esquerda, caíram num “retumbante silêncio”. Um rápido olhar na pilha de recortes de jornal que se formou durante o ano passado na minha escrivaninha ensina o contrário. E nem seria possível imaginar que um processo de tamanhas proporções deixaria de desencadear uma onda de discussões públicas. As palavras empoladas dos atores foram áridas. Podemos até aceitar o fato de que o nosso Chanceler, que não prima pelo vocabulário, não tenha sabido fazer na hora mais do que repetir a velha tautologia: os acontecimentos são “históricos”. Entretanto, também no Congresso houve carência de palavras bem formadas. A única fala com formato retórico e substância política foi a de Antje Vollmer. Ora, perante esse pano de fundo cinzento, os intelectuais fizeram até uma muito boa figura. Quase nenhum deles se calou. Atrás da lenda do silêncio embaraçoso do intelectual esconde-se uma grande insatisfação pelo fato de os intelectuais de esquerda não terem manifestado grande entusiasmo.

O que mais me admira, porém, é que o próprio Ralf Dahrendorf compartilha do sentimento contra os intelectuais de esquerda. Ele ponderou que os intelectuais da República Democrática Alemã (DDR) não foram somente indelicados ao criticarem a orientação geral do processo:

“Quando aos políticos faltam as palavras, a corporação dos que falam e escrevem deveria encontrá-las. Ao invés disso, a corporação semeia dúvidas ...” (Merkur, outubro/novembro 1990, 825).

A expressão “fracasso dos intelectuais”, na boca de Dahrendorf, é tanto mais curiosa, uma vez que ele mesmo chamou a atenção para a “moldura constitucional” do evento, ou seja, para a dimensão jurídico-normativa pela qual se empenham também os intelectuais vituperados e a qual eles não encontram na atividade meio cega dos administradores. Além disso, Dahrendorf opera com a mesma distinção entre a nação tomada como uma grandeza pré-política e a nação institucionalizada, criada através de um ato da vontade de cidadãos com igualdade de direitos, distinção na qual eu insistira um meio ano antes:

“A unidade alemã é uma tarefa constitucional. Ela tem a ver com direitos de cidadãos e com as condições da sociedade civil. Os termos *citizenship* e *civil society* podem adquirir também em sua versão alemã um sentido radical e inequivocamente liberal”.

Esse tema já estava há muito tempo na agenda, especialmente quando se leva a sério a objeção que Dahrendorf se faz a si mesmo:

“No entanto, se os desdobramentos do ano que findou significam uma reviravolta, na qual nações homogêneas assumem o lugar de sociedades de cidadãos e velhas rivalidades nacionais assumem o lugar do projeto de uma sociedade européia e, a seguir, de uma sociedade mundial de cidadãos, então chegou para os liberais a hora de fundamentar claramente sua posição”.

Além do mais, os intelectuais de esquerda tinham ainda outras razões para o seu ceticismo. Para eles, o significado das palavras “*citizenship*” e “*civil society*” é mais amplo do que o dos velhos liberais anteriores à revolução de março de 1848 (*Vormärz*). A esquerda da Europa Ocidental deixou-se estimular por essas idéias que, não por acaso, foram redescobertas por dissidentes. Para eles, “*Civil society*” significa o mesmo que a base social para uma comunicação pública vital, funcionando entre a economia e o Estado, na qual se deve comprovar a cidadania. No entanto, Andrew Arato constata que o relacionamento com os dissidentes no Leste não se dá sem uma certa tensão e ironia:

“Para os camaradas liberais da antiga oposição democrática na Europa do Leste o ideal está hoje no passado europeu e para os camaradas social-democratas o ideal é o presente europeu. E o que é que aqueles, que criticam tanto esse passado como esse presente, tanto o liberalismo econômico, como o Estado social, teriam a oferecer a esses camaradas em termos de perspectivas úteis, a partir do momento em que lá todos os experimentos voltados ao futuro geram apenas tédio? Se as coisas são realmente assim, então nós não podemos aprender nada deles, a não ser prezar aquilo que já temos, ou desejar aquilo que já está atrás de nós, ou ainda, no melhor dos casos, tender para aquilo que os suecos têm – exercícios nada atrativos para muitos de nós” (Transit. 1/1990/111).

A descrição de Arato contém, sem dúvida, uma boa dose de autocrítica: os de esquerda deveriam, ao invés de compartilhar

a satisfação dos liberais, tentar encontrar respostas novas pra situações novas.

3.3.

HALLER: *Tais exigências são fora do comum, pois a esquerda tradicional sempre viu sua tarefa preponderantemente no questionamento crítico, não na procura de respostas. E aqui uma pergunta interessante: que tipo de respostas novas o senhor pensa que a esquerda poderia dar?*

HABERMAS: Os intelectuais de esquerda sabem ao menos que eles precisam aprender – mesmo que ainda não saibam exatamente o que. No entanto, mesmo não tendo ainda as respostas, eles conseguiram apreender os temas que dominarão os debates que surgirão daqui para frente. Já tocamos em dois desses temas: em primeiro lugar, o peso do pano de fundo cultural e político, que também é decisivo para a estabilidade e o desenvolvimento da democracia; em segundo lugar, a relação entre nação e nação de cidadãos (e com isso se tematizam problemas que poderiam se tornar mais importantes para a Europa do Leste do que para uma Alemanha bem integrada no contexto europeu). Em ambos os casos trata-se do valor posicional de instituições formais de um Estado de direito. Ao abordarmos a Guerra do Golfo, falamos também sobre os problemas de uma futura política interna mundial e sobre o papel das Alemanhas unificadas na nova constelação das potências mundiais. Talvez o tema mais importante seja o dos aflitivos problemas de transição do socialismo de Estado para a economia de mercado. A revolução recuperadora não lança nenhuma nova luz sobre os nossos *velhos* problemas – mesmo assim eles passam a ser colocados numa situação modificada.

Em 1990 foram os intelectuais conservadores que recobriram a situação transformada com suas velhas interpretações. Foi assim que um heideggeriano descobriu, por exemplo, na “loucura, loucura” do dia 9 de novembro a consumação dos tempos, um engano que já tinha sido cometido por seu mestre em 1933. Um neo-aristotélico, por sua vez, viu no novo Estado nacional a realização do sonho da eticidade substancial, o qual ele sempre opôs ao pesadelo do abstrato patriotismo constitucional. E um extraordinário conhecedor do idealismo alemão interpretou os acontecimentos contemporâneos como sendo outros tantos acenos para o tipo de república alemã que os melhores dentre os nossos já

tinham em mente em 1800, sem sucesso. O historiador que se apressou em ir a Wartburg, a convite da Liga Patriótica dos Estudantes Alemães, para fazer a ponte entre 1817 e os dias atuais, esforçou-se muito para livrar os avós da mácula do caminho privilegiado.

A historiadora política que tem prazer em ser apresentada pelo folhetim conservador como social-democrata tentou, pelo mesmo caminho, ganhar as batalhas perdidas de ontem. De seu artigo pode-se depreender a necessidade de se reescrever a história da República Federal de Alemanha (FAZ de 12 de dezembro de 1990). Mesmo sabendo que essa República deve igualmente o seu atual estado relativamente liberal à mudança de mentalidade desencadeada pela revolta estudantil de 1968, podemos ler o seguinte comentário sobre a geração de 68:

“A duplicidade de Estados, apreendida intelectualmente e a boa vida, experimentada emocionalmente, contraíram uma relação funesta. A petulância daí resultante passou uma rasteira na geração de 68 – naqueles que sobreviveram politicamente – impedindo-a de reconhecer os sinais dos tempos. A história foi mais esperta que eles, deselegendo-os... Sua herança não é levada adiante. Essa herança submergiu e agora a vista está livre – para percebermos a geração que se formou em 1989 e 1990”.

Antje Vollmer, com suas maneiras mansas, colocou os acentos noutra lugar e mostrou por que não é possível ordenar simplesmente as biografias políticas de acordo com a data de nascimento dos personagens. Ela tem a seu favor as experiências de Bonn e a interpretação de Biermann relativa a Dédalo e Ícaro, a partir do momento em que faz uma distinção entre os tipos sedentários e os tipos que realmente se puseram em marcha. É possível que se dê o caso de uma aritmética de gerações, segundo o qual o avô faz uma coligação com o neto, porque se opõem afetivamente à geração intermediária – isso, porém, só é possível no folhetim, não na realidade.

3.4.

HALLER: *Neste contexto convém lembrar a assim chamada querela na literatura, ocorrida no verão de 1990, a qual se desencadeou em torno de Christa Wolf e de seu pequeno livro autobiográfico. Será que aí também não se tratava, acima de tudo, de um problema de gerações?*

HABERMAS: Sua observação é correta. Minha geração, que após a guerra teve todas as chances e também as utilizou, dominou o cenário intelectual durante um tempo extremamente longo, seja na faculdade de filosofia, seja na literatura. Isso também nada tem a ver com a falta de talentos; os intelectuais que vinham surgindo não viram no momento histórico em que eles se impunham uma razão para rebelar-se contra os seus predecessores imediatos e proclamar um novo início. E se isto está acontecendo agora, é algo inteiramente natural. Burlesco é o modo como acontece. Sob pretexto de uma “estética da consciência” desalojam-se os escritores que se tornaram eminentes nos primeiros anos do pós-guerra, considerando-os “portadores do Estado”. Numa situação normal, a literatura é suplantada apenas pela própria literatura; agora, porém, os críticos da literatura querem cuidar disso sozinhos!

Além do mais, o debate literário em torno de Christa Wolf foi um bom exemplo para a repetitividade dos jogos postos em movimento. O folhetim, que desde décadas realizou o trabalho meritório de reabilitar nossos jovens conservadores, apressou-se, logo após a abertura do muro, a realizar as expectativas de Peter Rühmkorf: “agora é preciso fazer o socialismo pagar por tudo o que não se fez na época com os nazistas”. Todavia, o subtexto de todo o debate é de feitio ainda mais antigo. Acreditou-se que finalmente era chegada a hora de manter os intelectuais do Leste e do Oeste no ponto em que era possível comprovar não somente o seu perigoso utopismo, inimigo do bem comum, como também desmascará-los como os verdadeiros inimigos do povo. Ivan Nagel interpretou isso de maneira inteiramente correta ao falar de uma “luta contra animais daninhos”:

“Interpreta-se a nova valorização das literaturas da República Democrática Alemã e da República Federal da Alemanha como uma ação prática: assim se apanham dois enxames de moscas varejeiras com um só moscadeiro” (Süddeutsch Zeitung, 22/23 de dezembro de 1990).

3.5.

HALLER: *Além do tratamento dado aos intelectuais na Alemanha de hoje, existem muitas outras coisas que nos fazem lembrar os primeiros anos da República Federal da Alemanha, quando a política de “reconstrução” de Konrad Adenauer e de Ludwig Erhard impediu*

a ruptura definitiva de ideologias tradicionais. O passado foi suplantado – e podemos ver ainda hoje as suas ruínas. Tudo parece indicar que o clima de opinião reinante nos anos 90, corroborado pela atual política alemã, retoma esse velho modelo.

HABERMAS: Dieter Oberndörfer, o politólogo de Freiburg, ao analisar a primeira eleição geral das duas Alemanhas, chegou à conclusão de que está se formando uma paisagem de partidos, surpreendentemente semelhante às constelações dos anos 50. Isso vale naturalmente apenas para as grandezas agregadas, não para as estruturas que estão por baixo, as quais se configuram de modo inteiramente diferente. O que se dá aqui, acontece em todo o lugar; o enganador *déjà vu* torna-se eficiente historicamente. Os “ocidentais” (*Wessis*) reagem tão alergicamente a certas características habituais e rasgos mentais de seus irmãos e irmãs do Leste, porque eles mesmos se reconhecem nesses aspectos. Ressurgem imagens típicas das próprias fases iniciais, quando as virtudes secundárias dos alemães conseguiram desvencilhar-se dos debruns políticos – e da cor marrom – inclinando-se agressivamente para a esfera privada destituída de história. As imagens de então, quando o orgulho nacional silenciosamente se transportou para o orgulho econômico, retornaram após novembro de 1989, e ocupam desde então e inteiramente, a fantasia, impedindo que sua mobilidade seja aproveitada para abordar os problemas do futuro. Certamente a novidade inaudita da passagem de um socialismo de Estado falido para um capitalismo desenvolvido poderia explicar essa tendência para a regressão. Quando o homem elevou-se pela primeira vez nos ares com o avião dotado de hélice, aprendendo como dar-se bem em meio às incertezas de um novo elemento, ele interpretou a navegação aérea em conceitos da navegação marítima, que já há muito tempo eram do domínio das pessoas. Era uma forma mágica de superar o medo perante riscos desconhecidos. Eu lembrei-me disso quando se quis retomar o modelo da reforma monetária de 1948; esta foi realizada sob condições inteiramente distintas e não prestava como modelo. Procure lembrar-se dos anúncios de propaganda política de Ludwig Erhard, que Klein, o porta-voz do governo tinha mandado preparar para a campanha pelas eleições: *Passado como futuro*. Naturalmente os anos 90 não são os anos 50. No entanto, a tendência que leva a escolher modelos do passado como padrões da interpretação do futuro parece ser irresistível. Um ato consciente de elaboração constitucional teria

construído um passado futuro. Ao invés disso, o futuro é apreendido na forma do passado, de acordo com o lema: enfrentemos a nova situação do modo como já o fizemos antes!

3.6.

HALLER: *Tendo em mente essa difícil história dos alemães, é possível perguntar se uma sociedade realmente está em condições de “tornar-se senhora” do passado. E mesmo que a história não se repita: será que existe algo parecido com uma pressão coletiva à repetição?*

HABERMAS: Os teólogos costumavam caracterizar como pecado original aquilo que hoje denominamos de coerção individual ou coletiva à repetição. Ralpf Giordano caracterizou a repressão do passado nacional-socialista, portanto, a base psicológico-social que estava na base da reconstrução levada a cabo por Adenauer e Erhard, da qual falamos há pouco, como sendo a “segunda culpa”. Sophinette Becker e Hans Becker previnem agora contra uma “terceira culpa”. Num artigo muito esclarecedor (Frankfurter Rundschau, de 9 de novembro de 1990) ambos os psicólogos interpretam a discussão sobre o passado do Serviço de Proteção do Estado (*Stasi*) com um discurso latente sobre o passado nazista:

“A discussão atual na ex-República Democrática Alemã sobre o tempo que vai de 1945 até 1989 parece muitas vezes uma caricatura da situação havida na República Federal da Alemanha após 1945: todos foram vítimas do sistema, todos foram enganados, ninguém, com exceção de alguns bonzos, teve lucro, etc. Não se dá, na maioria dos casos, uma confrontação real com a própria participação, sendo o tema apenas um: o do próprio sofrimento. No entanto, existe uma grande diferença sobressaindo: a perseguição implacável e o desejo de linchamento contra os governantes destronados na República Democrática Alemã, encarados como bodes expiatórios, o que não se deu nas mesmas proporções contra os chefes do nazismo, derrubados em 1945”.

O desejo de linchamento e a exigência de se colocar um ponto final nas coisas são aspectos que se complementam:

“Os políticos mais procurados, de um lado, são os que propõem uma lei de anistia imediata e, de outro lado, os que pleiteiam um castigo duro para os culpados, duas exigências que se contradizem apenas na aparência”.

Eu não sou psicólogo e sei também como é difícil testar afirmações sobre motivos e estratégias de defesa de grandes grupos. Porém, Becker e Becker colocam sua análise psicológico-social no contexto da história das mentalidades alemãs, do que resulta uma certa plausibilidade. Uma boa parte das reações aqui e lá pode ser esclarecida pelo fato de que hoje se revolvem ressentimentos profundamente arraigados na história do I e do III Império. Pode-se considerar, à primeira vista, as preferências dos partidos que se cristalizaram nos novos Estados da Alemanha como sendo “racionais” no sentido de um interesse próprio esclarecido. Porém, não deveríamos deixar de considerar também observações histórico-psicológicas do tipo das que Jurek Becker faz, por exemplo, sobre nossos compatriotas:

“A antiga força de ocupação stalinista da União Soviética pôde avançar lá onde os nazistas tinham parado... Eu ousou afirmar que a pressão à adaptação foi sentida pela maioria dos cidadãos da República Democrática Alemã com muito maior intensidade do que foi o caso no Terceiro Império; pois a identificação dos habitantes com o Estado nazista foi supostamente muito maior do que posteriormente na República Democrática Alemã com o comunismo. Eu não posso imaginar que, se houvesse eleições livres, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) teria levado uma derrota tão grande como aconteceu há pouco com o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), mesmo que a eleição tivesse sido logo após o término da guerra... Quando se compara o profundo nível de rejeição do partido, ou melhor, de ódio, que se articulou após a reviravolta, com a sublevação que resultou de quarenta anos de República Democrática Alemã, pode-se constatar uma certa falta de simetria” (*Die Zeit*, 3 de agosto de 1990).

O tema da “pressão à repetição coletiva” não me parece tão fora de propósito quando se presencia tais reações. Além do mais, Lutz Niethammer publicou ultimamente pesquisas de biografia social relacionadas com a classe dos dirigentes do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), as quais comprovam a hipótese segundo a qual a geração da “Juventude Hitlerista” (HJ) e da “Juventude Livre da Alemanha” (FDJ), que entrou em cena nos anos 60 e que carrega o sistema – a qual corresponde à segunda geração da “reconstrução” no Ocidente – viveu numa simbiose curiosa com os velhos comunistas da primeira hora, o que só pode ser explicado através da psicologia.

3.7.

HALLER: *As inúmeras tentativas que foram feitas desde a queda do muro no sentido de um entendimento político entre alemães do Leste e do Oeste sempre bateram na seguinte dificuldade: no decorrer dos últimos quarenta anos formaram-se dois sistemas distintos, com seus próprios padrões de socialização, convicções jurídicas e idiomas. Por isso, não existe um diálogo do entendimento e a comunicação política transcorre de modo distorcido. Qual seria o caminho certo para que essa comunicação fosse isenta de distorções? Quais seriam os temas mais propícios para se conseguir algo parecido com um novo consenso nacional na nova Alemanha?*

HABERMAS: O que o senhor chama de comunicação política já apareceu em muitos *talk-shows* como livro de figuras: os ocidentais (*Wessis*), que arrendaram a moral, defrontam-se com os *Ossis* (alemães do Leste) “liquidados” e humilhados, que lutam – de modo impressionante – pela sua auto-estima. Os mais fracos são os mais sensíveis. Na Alemanha Ocidental a vida quase não modificou nada de seu velho ritmo, ao passo que em Berlim os contraentes ferem-se reciprocamente, de tanto que uns passam ao lado dos outros. Basta olhar a linguagem do corpo para reconhecer a grande miséria moral que a unificação feita no grito nos propiciou. Falta a distância. Um encontro no qual ambos os lados pressupõem a sua autonomia exigiria também que cada um dos lados esclarecesse em separado a sua história transcorrida nos últimos quarenta anos e exigiria também que tanto a República Federal da Alemanha como a República Democrática Alemã conseguissem ter a sua própria autocompreensão.

No momento atual parece que se delinea no horizonte um desenvolvimento bem diferente. A República Federal da Alemanha, mais poderosa, apressa-se em propagar publicamente a luta por *sua* história, que muitos iniciaram logo após a unificação num espírito nitidamente revanchista, ao passo que a história da República Democrática Alemã é enterrada em meio ao maior ou menor silêncio – como um cadáver que é passado à memória da geração seguinte. Desde a Guerra do Golfo, isso é posto sob o lema: “Nós precisamos tornar-nos novamente um povo normal”. Ora, uma história pela metade, à qual se acrescenta a autoconsciência coletiva dos vencedores, forma uma base por demais frágil para um consenso nacional mais firme. E a nova Alemanha, que devido à nova situação mundial seguramente terá de ser nova, precisa desse consenso nas

controvérsias sobre a política interna, que se tornam cada vez mais áspers.

Seria preciso haver um consenso sobre o futuro papel da Alemanha na Europa e sobre o tipo de ajuda que a Alemanha, a locomotiva econômica da Comunidade Européia, deveria dar para tornar possível um desenvolvimento econômico, social e pacífico na Alemanha do Leste. Além disso, eu desejaria que houvesse um consenso sobre um patriotismo constitucional enraizado nas experiências da história alemã. Essas experiências ensinam, por exemplo – como lembra H. A. Winkler (*Die Zeit*, 28 de setembro de 1990) – que a expressão “nacional” deixou de ser, a partir de meados dos anos 70, uma palavra de guerra da esquerda para tornar-se uma palavra de guerra da direita; ensinam também que a Alemanha foi o único país industrializado que, durante a crise econômica mundial, lançou fora o Estado de direito democrático em favor de uma ditadura fascista. Além disso, teríamos que ter clareza sobre a forma e as funções do novo Estado nacional, sem nos expormos, ao mesmo tempo, à censura da “arrogância do pós-nacional”. Finalmente, seria preciso delimitar o terreno sobre o qual é possível se desenrolar o debate em torno da domesticação ecológica e social do capitalismo, que todos desejam, ao menos nas palavras. O conflito em torno da escolha das políticas adequadas irá decidir o modo como agiremos em relação à imigração das massas que afluem do Leste e dos países do Terceiro Mundo. Temos que saber o que queremos defender: o rude chauvinismo do bem-estar de uma sociedade que se segmenta no seu interior e que se transforma numa fortaleza em relação ao exterior – ou a integridade de uma sociedade altamente individualizada que precisa manter intactos os seus sistemas de funcionamento, porém, apenas para implementar os princípios de uma constituição universal. Além do mais, eu não estou muito convencido de que no terceiro milênio um acordo político básico, o qual para não colocar em risco o pluralismo, deverá ser bastante abstrato, necessitará ainda de símbolos para se expressar. As bandeiras atrás das escrivatinhas dos presidentes são uma imitação dos Estados Unidos. Lá, no entanto, a socialização política, que mantém vivas algumas idéias do século XVIII, ou século esclarecido, constitui o nível mais importante da integração social de um continente gigantesco.

Entre nós, a tentativa da administração, no sentido de propagar entre o povo as cores negra, vermelha e dourada, revela um certo aspecto manipulador. Igualmente artificial é a discussão,

por demais apaixonada, sobre qual deve ser a cidade escolhida para capital. Eu estou do lado do colega Lepsius, que afirma simplesmente o seguinte: nós não temos, nem precisamos de uma metrópole. “Nós somos uma nação provinciana-universal”. Pode até haver uma carrada de razões que levam alguém a considerar Berlim como a cidade mais indicada para a sede do governo. No entanto, o argumento pior é o da concentração espacial do “espírito”. Na gritaria contra os críticos da metrópole, contra o pulular do regionalismo, contra o hedonismo apolítico, contra a fuga da política mundial, etc, eu só posso reconhecer uma coisa: a confusão que os jovens conservadores fazem entre produtividade intelectual e comportamento do poder. Alguém poderia explicar-me, por obséquio, o que os intelectuais, que talvez tenham se emancipado, apesar de tudo, dos sentimentos de Carl Schmitt, podem fazer hoje em dia com a categoria “aura do Estado”?

4. A SEGUNDA CHANCE DA EUROPA

Resumo:

- 4.1. Sobre a atitude ambivalente dos intelectuais com relação à ex-República Democrática Alemã.
- 4.2. A razão por que os intelectuais da Europa Ocidental se opuseram unilateralmente aos Estados Unidos.
- 4.3. Sobre as chances de um socialismo democrático.
- 4.4. Sobre a possibilidade de uma reforma do sistema construído pelo Partido Socialista Unificado.
- 4.5. Sobre o significado do fracasso do socialismo como um sistema de Estado dirigista.
- 4.6. Conseqüências advindas do fim da oposição Leste-Oeste.
- 4.7. Sobre a caducidade das formas de organização do moderno sistema de Estados.
- 4.8. Sobre as possibilidades de uma passagem democrática nos Estados da Europa Oriental.
- 4.9. Os problemas decorrentes da reconstrução de uma “sociedade burguesa” ou “sociedade civil”.
- 4.10. A sociedade civil na República Federal da Alemanha e na República Democrática Alemã.
- 4.11. Sobre o fracasso dos Verdes.
- 4.12. Sobre o interesse nas teorias políticas.
- 4.13. Os sentimentos de resignação em relação aos problemas colocados pela progressiva destruição do meio ambiente. Sobre a possibilidade de aprendermos através desses sentimentos.
- 4.14. A crítica dos intelectuais do Terceiro Mundo ao eurocentrismo. O caminho habermasiano entre o otimismo e o pessimismo.

4.1.

HALLER: *Passemos a falar sobre o ocaso do socialismo de Estado e sobre as conseqüências advindas para a Europa: o que será das sociedades da Europa Oriental, qual será a reação da Europa Ocidental?*

Nenhum dos nossos tinha contado com uma ruína tão concreta e sem retorno do socialismo de Estado. Antes disso, quando a República Democrática Alemã ainda existia, todos nós, intelectuais e os meios de comunicação de massa liberais, tínhamos um relacionamento extremamente reservado com a outra Alemanha. A crítica, quando externada, fazia questão de apontar para uma série de circunstâncias atenuantes, e os relatórios de artistas degredados sobre o formato totalitário do aparelho de Estado encontravam pouca ressonância. Não obstante, quase nenhum dos intelectuais ocidentais apreciava a República Democrática Alemã. Nos círculos da esquerda não dogmática havia há muito tempo um consenso de que as condições da República Democrática Alemã não eram exatamente aquilo que se quer caracterizar com a palavra “socialismo”. Como explicar, numa visão retrospectiva, essa curiosa ambivalência no tratamento dado à ex-República Democrática Alemã?

HABERMAS: O senhor pergunta a mim? Quem cresceu na Alemanha Ocidental após a guerra, portanto, no lado oposto ao da República Democrática Alemã, não teve nenhuma chance de se iludir sobre as condições repressivas existentes na esfera de domínio da União Soviética. E todos os que, entre nós, se tornaram socialistas, sob a influência intelectual do marxismo ocidental, deram esse passo, não por causa do “socialismo real”, mas apesar dele. Eu já dei essa resposta uma vez em 1977 em Israel, quando me foi feita a mesma pergunta. É verdade que eu sempre me senti um tanto bloqueado, temendo engrossar ainda mais o coro dos anticomunistas que continuam a dar o tom entre nós. Mesmo assim, eu jamais deixei dúvidas quanto à minha rejeição do stalinismo e ao meu apreço do marxismo soviético – o mesmo tendo acontecido com Horkheimer e Adorno. E neste sentido não se pode falar, de forma nenhuma, em “ambivalência”. E não tenho nenhum mérito nisso, dado o fato de que minha socialização política ocorreu no contexto político do final dos anos 40 e início dos anos 50. Também não subi às barricadas de 1968 com a bandeira maoísta na mão, como muitos dos Novos Filósofos que acreditaram dever impor a *tout le monde* que se

afastassem dos “mestres pensadores”. Pode-se inferir daí que os currículos são diferentes. Não existem indivíduos representativos.

4.2.

HALLER: *Nós já relatamos que o socialismo realmente existente na Europa do Leste teve sempre a pretensão de se orientar pela imagem de uma sociedade na qual se realiza a paz e a justiça. Teria sido esta perspectiva que levou os intelectuais da Europa Ocidental a se oporem unilateralmente contra os Estados Unidos?*

HABERMAS: Eu tinha os mesmos motivos e convicções contra a Guerra do Vietnam que os meus estudantes na “New School” em Nova Iorque em 1967/68, os quais ocupavam o ali existente “induction center” às seis horas da manhã, desaparecendo depois, um a um, em direção ao Canadá, a fim de subtrair-se ao serviço militar obrigatório. Intervindo numa guerra civil, desencadeada no contexto da descolonização, o governo dos Estados Unidos não foi fiel aos valores proclamados na sua constituição. Ora, esses valores correspondiam aos princípios com os quais eu tinha me identificado após a guerra. O encontro com as tradições políticas desta terra, com tradições legitimamente americana, de Thomas Paine até o pragmatismo, deixou marcas profundas em muitos da minha geração.

4.3.

HALLER: *Houve uma fase em sua vida na qual o senhor acreditou – ou mesmo esperou – que a Europa Oriental iria encetar o caminho do socialismo democrático, podendo chegar a triunfar sobre o Ocidente, senão economicamente, ao menos moralmente?*

HABERMAS: Eu certamente já tive opiniões mais ortodoxas do que as de hoje. A gente se esforça em aprender! Mesmo assim, eu não precisei aprender para saber que o lema “alcançar e ultrapassar” era ridículo. Minha convicção sempre foi a seguinte: se as coisas devem melhorar, elas melhorarão lá onde as forças produtivas e as democracias de Estado estão mais desenvolvidas, ou seja, no Ocidente. Inclusive, os meus amigos de esquerda sempre me lançaram em rosto esse “eurocentrismo”. E hoje eu vejo, não sem uma boa dose de simpatia, que a história mundial oferece uma

segunda chance à Europa unida. Há muitos séculos, assistimos ao surgimento e à queda dos grandes impérios – os romanos e os germanos, os portugueses e os espanhóis, os ingleses e os franceses, os russos e – quase poderíamos dizer – os americanos. Nenhum desses impérios retornou à cena uma segunda vez. Hoje, no entanto, as forças às quais Max Weber adscreeveu o racionalismo ocidental, poderiam juntar-se novamente – e desta vez, como eu espero, sem aspirações imperiais e sem introspecções narcisísticas, de tal forma que essa nova Europa, que aprendeu com sua história, pode auxiliar outros povos a saírem de *seu* século XIX.

Não quero fugir à sua pergunta. Naturalmente eu acalentei a esperança de que o socialismo burocrático viria um dia a liberalizar-se e a dar um passo rumo à aprendizagem, o qual poderia ser um equivalente funcional para o passo de aprendizagem do compromisso do Estado social no Ocidente. Essa minha esperança foi mais forte nos dias da primavera de Praga do que durante a era de Breschnew. Então teríamos tido um confronto, certamente num nível de desenvolvimento inferior, entre vantagens e desvantagens complementares, específicas dos sistemas, ou seja, numa linguagem mais simples: de um lado, teríamos tido inventividade e desenvolvimento das forças produtivas, de outro lado, maior segurança social e quiçá um crescimento dirigido qualitativamente. Entrementes, esta esperança está sepultada.

4.4.

HALLER: *O senhor considera o sistema construído pelo Partido Socialista Unificado reformável? Teria sido possível erigir na República Democrática Alemã um socialismo democrático encampado pela população? Democrático no sentido ocidental de uma representação ampla e plural dos interesses e socialista no sentido do poder social de disposição sobre os meios básicos de produção?*

HABERMAS: Eu reimprimi uma entrevista dada em novembro de 1988 para “*Sinn und Form*” no meu texto “*Nachholende Revolution*” (Revolução recuperadora, 1990). Aí eu manifestei a opinião de que a política da *Perestroika* iria finalmente irromper no relutante regime de Honecker, levando-o também a uma pluralização do sistema político. Eu não via e continuo a não ver nenhuma razão *a priori* contra um potencial de desenvolvimento democrático de um socialismo de Estado revolucionado por dentro. Entretanto, com a

abertura do muro, todos os diques ruíram. E isso eu afirmo sem nenhum pesar.

4.5.

HALLER: *Pouco importa como se entenda isso: junto com o marxismo-leninismo fracassou a idéia de introduzir e impor o socialismo como um sistema de Estado dirigista. Que conseqüências isso tem para o mundo ocidental, especialmente para nós?*

HABERMAS: Com relação a isso, eu não posso dizer muito mais do que qualquer leitor de jornal, mais ou menos bem informado, já sabe. A médio prazo o capitalismo irá explorar novos mercados no Segundo Mundo. As nações de comercio estatal já estavam há muito tempo dependentes do mercado mundial: agora, porém, o modo de produção ocidental irrompe no interior de culturas e formas de vida, que já tinham sido soterradas através de processos burocráticos de modernização e esvaziadas de sua substância tradicional. É difícil dizer como será essa segunda transformação, igualmente brutal; de qualquer modo, o Ocidente será obrigado a imaginar novos tipos de programas de ajuda para o desenvolvimento, capazes de criar condições passáveis para a introdução do capital e do *know how*. Com o descongelamento dos blocos, a própria política militar e de armamentos entrou numa nova fase. O desarmamento e a mudança de estratégias de armamento coloca o complexo militar-industrial sob pressão, acarretando, como conseqüência, um redimensionamento de nossas finanças públicas e uma reestruturação de setores importantes para a economia popular. Eu quero que essa tendência não seja anulada através da Guerra do Golfo.

A nível internacional já se formaram novas alianças e no campo da política interna surgem novos espaços para a ação, como se pode depreender das decisões da ONU no Kuwait. A Guerra do Golfo não deve enganar-nos: com o dismantelamento das tensões bipolares, torna-se claro que a única superpotência que restou não tem o controle exclusivo de todos os conflitos. O desenvolvimento dispar da economia mundial, o fracasso do Banco Mundial no tocante a políticas de desenvolvimento, a disseminação descontrolada de armas atômicas, a pressão migratória de populações das nações subdesenvolvidas, desenraizadas e tornadas móveis, fazem com que se forme uma situação de desordem, explosiva e intransparente. Esta situação exige um entrelaçamento mais efetivo de planificações globais, bem como uma

proteção policial ao mesmo tempo neutra e mais eficaz através de forças internacionais. Já falamos sobre isso mais acima. É preciso acrescentar a isso as disparidades que existem entre as necessidades de um saneamento econômico e social de lugares da terra para os quais Calcutá, Cairo ou Lima são os tristes símbolos e os férreos limites ecológicos de um equilíbrio da natureza já muito sobrecarregado.

As conseqüências imediatas para a Alemanha e a Europa Ocidental são patentes. O problema perante o qual se encontra a política de desenvolvimento da Alemanha, que é o de elevar o mais rapidamente possível as condições de vida na sua outra parte, a fim de estancar a migração do Leste para o Oeste, coloca-se também, sob outras premissas, para o relacionamento entre a Europa Ocidental e a Oriental. As gigantescas ondas de migração, de 20 até 30 milhões de europeus do Leste, que são os dados calculados no momento pelos estatísticos, constituem uma sanção econômica de tipo novo, que o Ocidente só pode afastar através de uma política de ajuda ao desenvolvimento sem precedentes para o Segundo Mundo. Esse é o verso da medalha das obrigações normativas que o desmoronamento do império soviético impõe ao Ocidente. Jamais os destinos das sociedades e culturas eurásianas estiveram tão intimamente entrelaçados como após o desaparecimento da cortina de ferro; em nosso continente nunca antes o fiel da balança da responsabilidade pela anomia, guerra civil e caos, que se espalha nas amplidões do Leste, se inclinou tão claramente para o lado da Europa Ocidental, que não é mais do que uma pequena falda geográfica no Ocidente.

Pelo fato de esses problemas se revestirem de tais dimensões inquietadoras, os cuidados sobre os quais vimos falando até aqui se relativizam. Eu penso que a pressão oriunda de fora irá dissuadir os alemães de suas ocupações narcisísticas com seus próprios problemas, relativamente pequenos. As relevâncias serão deslocadas; isso fala a favor da expectativa de que também as fronteiras intelectuais do pós-guerra tornar-se-ão obsoletas, de que nós iremos discutir em meio a um novo sistema de coordenadas e que precisaremos encontrar interpretações inteiramente novas para uma situação inesperada. Os problemas alemães tornam-se menos alemães.

4.6.

HALLER: *A oposição Leste-Oeste, que se revestiu de uma lógica da intimidação, não foi somente ameaçadora, mas também anacrônica.*

Mesmo assim, ela envolvia também uma perspectiva política: era possível interpretar a rivalidade dos sistemas como uma concorrência capaz de desenvolver as sociedades industriais. Alguns teóricos afirmam que, sem a pressão da concorrência, os componentes sociais de nossa sociedade de mercado seriam tão fracos como, por exemplo, nos Estados Unidos. Será que nossa sociedade perdeu atualmente essa dinâmica, após o desaparecimento da oposição entre Leste e Oeste e a partir do momento em que a economia de mercado capitalista assumiu sozinha o domínio?

HABERMAS: Essa é uma questão preferida de Fukuyama. Para ser sincero, eu não levo muito em conta esses diagnósticos feitos à luz da pós-história. O inteligente Baudrillard voltou a defender, com muito esforço, em seu último livro a paralisação da história – a visão da grande redoma de vidro, sob a qual todas as opções estão congeladas. De fato, o mundo administrado encontra-se num caminho péssimo. Ora, as teses de Baudrillard somente puderam impressionar muito os esquecidos; como estudante eu já tinha lido em Arnold Gehlen a maior parte do que ele diz. Pouco importa que se represente a história mundial, que aparentemente se encontra sem alternativas, como o resultado do trabalho de desilusão de intelectuais de direita, ou como o triunfalismo inconsiderado de liberais satisfeito consigo mesmos: nenhuma dessas duas versões tem muitos argumentos a seu favor. E quando a história passa para um outro estado de agregação, ela não se torna mais fria, e sim, mais quente.

O racionalismo ocidental sempre produziu as suas alternativas a partir de si mesmo. E o mesmo acontece hoje em dia. Juntamente com a propagação homogeneizadora de uma cultura industrial a nível mundial, ele cria em seu interior uma nova pluralização das formas de vida, uma nova individualização dos estilos de vida e uma variedade multicultural acompanhada de novos endurecimentos fundamentalistas. Visto do exterior, ele se defronta com desafios inteiramente novos. Ao afirmar isso eu não compartilho do otimismo segundo o qual, onde desmorona a alternativa falsa do socialismo de Estado, o caminho está livre para uma civilização tanto mais rápida do capitalismo. Como se, a partir de agora, num momento em que podemos desviar a atenção de nossas próprias deficiências ocultando-as na sombra do concorrente mais fraco, não existissem mais barreiras no caminho em que sempre desejamos andar. Eu creio que existem realmente novas e arriscadas

tarefas; pois já é *passé* a crença da filosofia da história, segundo a qual o espírito do mundo só se coloca tarefas que ele realmente pode resolver. A situação tornar-se-á mais rica em tensões, e assim também mais interessante do ponto de vista intelectual. Eu digo isso, no entanto, sem qualquer entusiasmo pelo nihilismo heróico difundido pelos mercenários desempregados da guerra civil mundial. Os pós-estruturalistas se me afiguram muitas vezes como os últimos legionários estrangeiros demitidos da luta internacional de classes. Eu compartilho muito mais a impressão que Christian Meier tematizou da seguinte maneira: “desbotamento das orientações transmitidas pela tradição”. Ele constata que quase não há chances para o asilo de velhos, pós-histórico, onde, segundo Odo Marquard, “nada mais acontece e – por estarem ‘inertes’ – todos estão excitados”.

No mesmo caderno do “Merkur” (outubro/novembro de 1990) encontra-se uma análise de Ernst-Otto Czempiel sobre o cenário internacional modificado, a qual clareia muito bem um dos novos desafios. A forma de organização do Estado nacional e de qualquer instituição territorial do Estado está liquidada, da mesma maneira que o conceito da política determinado pelo primado da garantia da ordem – o conceito hobbesiano, que deduz o elemento político a partir da função de estabilização interna e externa do domínio. O mundo dos Estados europeus, que se formou em 1648, já naufragou há muito tempo. Mesmo assim, a constelação englobando o Estado, a economia e a sociedade, que se formara desde a época da paz westfaliana, conseguiu manter-se até o período das guerras mundiais, que agora está expirando. Essa constelação não consegue mais enfrentar a nova complexidade. Para compreender isso basta lançar um olhar sobre o estado de um império que, apesar de tudo, ainda dispõe do segundo maior potencial de destruição militar do mundo e que, mesmo assim, perdeu o seu espaço de ação. E felizmente parece que a União Soviética nem ao menos está em condições de, seguindo o caminho clássico, exportar conflitos internos; de qualquer forma, essa é a nossa esperança. Czempiel desenhou, antes da Guerra do Golfo, um cenário que, mesmo depois, não é inteiramente falso:

“A urdidura da política mundial não é a mesma de antes; o mundo não é mais um mundo *de Estados*, no qual a posse dos meios de força militar conferia poder e influência. Mesmo assim, ele ainda não é uma sociedade mundial que renuncia aos meios de

violência deixando-os entregues à responsabilidade de uma central de poder. Esse novo mundo é, antes de tudo, um mundo *de sociedade*, formado pelas organizações estatais, porém determinado pelos interesses das sociedades”.

Ele pensa que a “elevação econômica da sociedade só pode ser conseguida ao preço de uma dominação diminuída – no mundo todo as pessoas estão aprendendo esta lição, inclusive de modo negativo”.

Por trás dessas afirmações é possível reconhecer nitidamente Saint-Simon e Marx, bem como tendências que reaparecem em sociedades do tipo da nossa. No entanto, estaríamos falseando o sentido atual desse diagnóstico se tomássemos unicamente a perspectiva da teoria do sistema para explicar a dominância dos problemas do bem-estar em relação aos da garantia do poder militar. A “sociedade” modifica a sua posição tanto com relação ao Estado, como com relação à economia: na esfera pública política ela reclama de ambos os lados os valores de uso, não somente em categorias de bem-estar e liberdade subjetiva, mas também em categorias de justiça e participação política. É mais fácil formular isso de modo normativo: a sociedade deve constituir-se como “sociedade civil” num quadro que é constituído a partir das liberdades radicalizadas da comunicação política. Através disso, a divisão dos poderes da integração social deslocar-se-ia, de um lado, para o dinheiro e o poder administrativo e, de outro, para a solidariedade. Esta perspectiva de uma “despolitização” da administração do Estado em favor de uma sensibilização da economia para os seus custos externos pode fazer surgir também no Ocidente a necessidade de uma *Perestroika*. As formas de organização do moderno sistema de Estados, orientadas pela segurança militar e pela estabilização do domínio, são caducas; isso continua sendo verdade, apesar da Guerra do Golfo.

4.7.

HALLER: *A caducidade reina também na Europa do Leste, principalmente nos Estados industriais da Polônia, Tchecoslováquia e Hungria: lá a transformação dos sistemas leva atualmente a uma cristalização de diferentes grupos, basicamente conservadores, que elogiam o modelo do Estado da ordem, não intervencionista, voltado para o desenvolvimento de um capitalismo não dirigido. Certos críticos*

destas tendências afirmam que a Europa Ocidental será um dia a parte da Europa mais evoluída do ponto de vista social e os antigos Estados socialistas os mais atrasados – uma situação grotesca?

HABERMAS: Mesmo assim, esses Estados têm recordações de uma curta fase republicana ocorrida entre as duas guerras e de uma pertença cultural e econômica à velha Europa antes da Primeira Guerra – ao passo que na União Soviética, mais de sete décadas de socialismo real criaram um outro ponto de partida. Mesmo assim, em todos esses países, também na Iugoslávia, na Romênia e na Bulgária, coloca-se hoje a alternativa da recaída em *outros* passados, no nacionalismo e no anti-semitismo, em todas as possíveis lendas etnocêntricas, que se levantam do submundo do século XIX e que em épocas de grande depressão representam comportas psicológico-sociais muito conhecidas (e compreensíveis) para a transferência de agressões. Para os países eslavos o prenúncio sinistro do *passado como futuro* tem um sentido muito palpável. É mais um caso de sorte do que de mérito o fato de a Europa Ocidental, que se encontra numa situação relativamente mais favorável, não ser atraída pelos encantos dessas vozes regressivas.

4.8.

HALLER: *Como é que o senhor avalia esses processos de transformação, que transcorrem atualmente nos Estados da Europa do Leste? Será que a passagem democrática poderá acontecer?*

HABERMAS: É correto afirmar que a passagem do socialismo de Estado para um capitalismo tecnicamente avançado de mercados entrelaçados eletronicamente a nível mundial, é sem precedentes na história. Além disso, eu não sou um especialista para assuntos da Europa Central ou do Leste. Mesmo assim, não devemos fechar os olhos perante os fatos que levaram à instauração do socialismo – e devemos fazer isso não somente na forma de uma autocrítica que se torna efetiva no capitalismo, mas também na figura de um programa alternativo de desenvolvimento. O mundo do Ocidente não é formado apenas pelas suas pontas de lança do Atlântico Norte, mas também, pela América do Sul, pela África negra, pela África do Sul, pela Índia e pelo Sudeste Asiático. Mesmo que tenhamos podido observar, durante a última década, mudanças para sistemas políticos pluralistas, por exemplo, na Namíbia, no Chile, na Argentina e na

Nicarágua, avolumam-se assim mesmo nessas partes da Terra as evidências de que não existe um nexos automático entre modernização capitalista e democracia, entre crescimento econômico e liberdade política. Nos países onde não existem equivalentes suficientes para as condições culturais marginais da modernidade européia, sublinhadas acertadamente por Max Weber, entrelaçam-se a pobreza decorrente do crescimento capitalista, a destruição ecológica, a opressão política e a desapropriação cultural, num círculo negativo, cada vez mais desesperador. Um outro círculo vicioso instalou-se na política do desenvolvimento. As experiências com o fracasso de velhos programas de ajuda para o desenvolvimento forneceram razões e pretextos para a decrescente disposição de exportar capital para os países em desenvolvimento. No entanto, basta contemplar as condições de vida bárbaras, onde a modernização não consegue propiciar bem-estar e nem liberdade.

Ernst Bloch mostrou em seu livro “Direito natural e dignidade humana” que é talvez o livro mais belo por ele escrito, que é preciso manter bem separadas duas dimensões: as utopias sociais, que retratam condições nas quais os “fatigados e sobrecarregados” passam melhor, e o direito natural, que constrói condições nas quais os “humilhados e ofendidos” podem novamente levantar-se. Os progressos numa dessas dimensões não correspondem necessariamente aos da outra. A Índia oferece o grande exemplo de uma democracia de concorrência introduzida na amplidão de um subcontinente, a qual, no entanto, em nada contribui para eliminar as condições que causaram horror a Günter Grass em Calcutá. De outro lado, o conflito em torno do Kuwait nos traz à memória os emirados do Oriente Médio que prosperam na base do petróleo, cuja economia moderna, porém, permanece atrelada a condições políticas do feudalismo. Até mesmo exemplos de um desenvolvimento capitalista bem-sucedido – Coréia do Sul ou Taiwan, logo mais a Tailândia e talvez as Filipinas – revelam que é extremamente difícil encontrar um caminho de desenvolvimento econômico sob condições democráticas.

Por isso, é muito difícil saber antecipadamente se a Europa do Leste conseguirá construir uma passagem democrática para o bem-estar capitalista. Será que esses países, cuja população estava acostumada a uma segurança social num nível relativamente baixo, conseguirão atravessar o próximo período, onde haverá seguramente necessidades insatisfeitas, aumento das discrepâncias sociais, desemprego em massa, projetos de vida confrontados com

novas estruturas sociais e biografias amarrotadas, sem colocar em risco as instituições da liberdade há pouco conquistadas? Será que as populações aguardarão com paciência até que os Walesas tenham aprendido com os Michniks? Pelo menos essas nações não serão obrigadas a recuperar a primeira fase da acumulação, caso o capital obtido no socialismo de Estado não venha a ser malbaratado durante o período da passagem – é o problema da sociedade como fiel depositária na ex-República Democrática Alemã.

Essas nações têm também uma vantagem em relação a países como o Brasil, a Argentina ou o Chile, que é a da relativamente pequena diferença no nível dos salários, a da existência de uma classe trabalhadora constituída há mais tempo e melhor qualificada, a dos valores igualitários mais difundidos nas massas, etc. No entanto, quanto mais democrático é o quadro, tanto mais difícil é a introdução de reformas sociais econômicas dolorosas que exigem o desmonte das subvenções e das realizações sociais, o desentrelaçamento das companhias estatais monopolistas, a contenção das elites manipuladoras, etc. Ora, condições democráticas favorecem as chances de sucesso para as objeções e a oposição daqueles que mais têm o que perder. Adam Przeworski enumera os perigos que ameaçam países como a Polônia, a Hungria ou a Iugoslávia:

“O Estado enquanto organização é fraco, a economia protegida demais e dominada por empresas monopolistas, a administração inchada..., a economia rural ineficiente, os partidos e outros tipos de associação fracos. Em tais condições florescem governos predispostos a uma série de males: pressões políticas e econômicas por parte das grandes firmas, movimentos populistas cuja ligação com instituições democráticas é duvidosa, forças militares marginalizadas, porém preparadas e ameaçadoras, hierarquias eclesiásticas que oscilam de cá para lá entre autoritarismo e engajamento pela injustiça social, sentimentos nacionalistas que se transformam em ódio pelos estrangeiros” (In: Transit. janeiro de 1990, p. 206).

4.9.

HALLER: *Quando visitamos as capitais dos países da Europa Oriental e falamos com pessoas importantes da cultura e da política, recebemos a informação de que a camada dos intelectuais é muito pequena. Falta aparentemente uma classe média comparável à nossa. Ouve-se dizer que é preciso reconstruir antes nesses países a sociedade burguesa para que o sistema da sociedade burguesa ocidental possa*

funcionar. Será que a Europa Central está passando por um processo de recuperação, a fim de conseguir a reintegração?

HABERMAS: A palavra “recuperar” atinge certamente aquilo que as elites e as massas desejam e querem: conseguir a reintegração no nível de bem-estar, segurança social e liberdade política, já atingidos pelo Ocidente. Ora, nesse processo desempenha um importante papel aquilo que se pode chamar de reconstrução da sociedade burguesa. Entretanto, o que significa mais precisamente “sociedade burguesa”? Se prescindirmos da situação especial da Alemanha dividida, podemos afirmar que houve antes de tudo uma camada de intelectuais. Além disso, não parece ser possível, nem desejável, restituir as burguesias que havia antes da guerra. “Sociedade civil” ou “sociedade burguesa” tornaram-se conceitos centrais para o auto-entendimento político dos dissidentes na Europa do Leste e uma palavra-chave para os seus amigos democratas radicais no Ocidente, porque neles se articulam experiências *de perda* específicas. E inclusive experiências de sucesso durante o processo de liberalização. Pois é possível entender o socialismo de Estado, caso se renuncie a avaliações normativas, como uma superpretensão inflacionária do poder administrativo. Nas sociedades desse tipo os mecanismos de regras burocráticas destruíram não somente o sentido próprio de um processo econômico comandado de modo descentralizado através dos mercados, mas também a *racionalidade comunicativa do mundo da vida* – eles destruíram a lógica das condições de entendimento público e privado, introduzindo a devastação nos domínios da reprodução cultural, da integração social e até da própria socialização. Não porque o poder administrativo, tomado em si mesmo, fosse algo mau, mas porque através dele deveriam ser preenchidas certas funções e outras fontes de integração social substituídas, as quais não podem ser preenchidas ou substituídas sem que se instaurem patologias.

Elemer Hankiss descreveu uma dessas patologias como sendo a sistemática “perda da consciência de responsabilidade” (in: coletânea publicada por MacLean, Montefiori e Winch, intitulada “*The political Responsibility of Intellectuals*”, Cambridge, 1990, p 29 ss.). Sua análise nos conduz ao âmago daquilo que o senhor caracterizou como destruição e reconstrução da sociedade burguesa. Eu creio que nós ainda não temos uma idéia correta sobre as proporções da decomposição da infra-estrutura moral da vida do dia-a-dia entre conhecidos e parentes, na família e na escola, na

vizinhança e no meio comunal, no trabalho, etc, produzida pela supervisão e intervenção administrativa. A destruição de relações informais, de grupos sociais, a dissolução de identidades sociais, a doutrinação planejada de novos valores, a erosão de normas de comportamento costumeiras, a paralisação da iniciativa e da atividade autônoma em esferas de ação intransparentes que se caracterizam simultaneamente através da super-regulamentação e da insegurança quanto ao direito, o isolamento e a exclusão da comunicação pública espontânea: esses são alguns dos tópicos que Hankiss utiliza para analisar as condições sociais e estruturais que levam à subtração de possibilidades, motivações e capacidades de decidir *de modo responsável* entre opções diferentes que implicam conseqüências previsíveis. Perante esse pano de fundo torna-se possível entender a revalorização da “Civil Society”, que se tornou entre os intelectuais da Europa Oriental o contraconceito puro e simples.

A partir do momento em que se instaurou a primeira fase da liberação e os controles das burocracias estatais amoleceram, irromperam inúmeros grupos autônomos, uniões, círculos, clubes, alianças e organizações, que se definiram através de sua oposição ao Estado, mais precisamente, como “sociedade”. Esse fato acabou modificando o significado do conceito “sociedade burguesa”, que Marx tinha recebido de Hegel. Ora, a semântica é menos importante do que a realidade. Novamente se coloca a questão, se as esferas públicas políticas surgidas espontaneamente podem estruturar-se junto com a nova estrutura dos movimentos de cidadãos e de associações e se consolidar numa forma institucional, e durante quanto tempo elas podem sobreviver o instante do desligamento do regime totalitário. Um bom exemplo neste sentido foi oferecido na República Democrática Alemã pelo Novo Fórum, que se auto-interpretou com movimento social, não pretendendo transformar-se num partido. O próprio fracasso dessa tentativa revela que na República Democrática Alemã, por enquanto, o passado domina o futuro.

4.10.

HALLER: *Tomo isso como ocasião para recolocar em foco a sociedade ocidental. Nós poderíamos entender os movimentos de base, democráticos e radicais, tal como surgiram nos anos 70, como o oposto do conceito de Estado do Leste: a razão não age no aparelho*

de Estado, mas nas pessoas atingidas, que articulam sua vontade e se solidarizam, a fim de poderem exercer influência no sistema político. Um sopro de dialética em nossa vida política?

HABERMAS: As teorias democrático-radicalis no Ocidente inspiraram-se nos deslocamentos semânticos do conceito “sociedade civil”, provocados na autocompreensão política dos dissidentes. No entanto, é preciso separar as realidades que temos aqui das de lá. Eu temo que na Europa Oriental as estruturas da sociedade civil são ainda o reflexo de um aparelho estatal panóptico, ou seja, temo que elas surjam na fase em que esse Estado se decompõe, e que também desapareçam junto com ele. Nas sociedades do tipo ocidental os novos movimentos sociais possuem uma outra base. Elas são o resultado de outros motivos, situam-se num contexto distinto e possuem outras finalidades, pelo próprio fato de que o grau de liberalidade, que é objeto de luta no Leste, aqui já está realizado. Essas diferenças tornaram-se visíveis, como num tubo de ensaio, quando os verdes e especialistas em direito civil da República Democrática Alemã encontraram-se com os “verdes” da República Federal da Alemanha.

4.11.

HALLER: *No início dos anos 80 formaram-se os movimentos de base das alternativas para o partido dos Verdes. Eles passaram a agir, a partir de então, como parte do sistema político – e tentam, não obstante, fugir às regras desse sistema. Hoje, no início dos anos 90, descobrimos que as regras são rígidas demais; o experimento da política de base continua a ser tido como fracassado. Qual o significado que o senhor atribui a esse fracasso?*

HABERMAS: Em primeiro lugar, é preciso constatar que “Os Verdes” foram tão bem-sucedidos no âmbito da Alemanha, quanto lhes era permitido pela sua posição de oposição: eles conseguiram impor a ecologia como um dos seus temas centrais; o outro tema, a paz e o desarmamento, ficou na penumbra até a eclosão da Guerra do Golfo, devido à nova constelação mundial. Os Verdes não conseguiram impedir a exportação criminosa de armas. Mesmo assim, deram impulso ao feminismo – na própria classe política. Finalmente, eles influenciaram na formação de um estilo, seja na atividade política, seja no parlamento, alargando fortemente o

espaço de tolerância. O senhor deve lembrar-se, por exemplo, do conceito pudibundo “fidelidade à constituição”, que nos anos 70 era comum e que ninguém mais repete. Os Verdes influenciaram principalmente as formas de intercâmbio político, os espaços de participação, uma mobilidade heterodoxa, a cultura da disputa em público. Quem teria sequer imaginado que um partido que se apresenta caoticamente, internamente dividido, tivesse conseguido obter durante anos os votos e as simpatias dos bravos cidadãos alemães? Seu maior mérito: eles *não* reproduziram o modelo de um populismo de esquerda, porque entenderam a política muito menos como sentimento do que como discurso. Mesmo o discurso mais ríspido é sempre mais democrático do que um afeto inflamado pela propaganda e incitado pela demagogia. Apesar de tudo, os Verdes são uma força civilizadora. Eu canto esse Cântico dos Cânticos pelos Verdes, apesar de eu jamais ter votado neles: a moldura da esquerda nacional e os resíduos dos quadros não me inspiravam confiança. Hoje, porém, reconsiderando essa atitude, eu a tenho como produto de uma preocupação democrático-social exagerada. Além do mais, não foi culpa dos Verdes o fato de não termos tido, a nível da república, uma coalizão verde-vermelha. Os efeitos preponderantemente regressivos a nível de política interna, resultantes da unificação pelo caminho administrativo atingiram fortemente os Verdes, da mesma maneira que o Partido Democrático-social da Alemanha (SPD), que se encontra dividido entre Rappe e Lafontaine.

Em síntese, só se pode falar em fracasso do experimento da democracia de base, se se o entende de modo demasiadamente concretista, como foi o caso de muitos entre os próprios Verdes. Pois os novos movimentos sociais não são mais do tipo daqueles movimentos de massa que nos séculos XIX e XX ocuparam as ruas – e os sonhos dos teóricos da Revolução. Os modelos tradicionais eram, de um lado, a greve geral das massas e, de outro, a população fascista uniformizada. Quanto mais a civilização de massas avança, tanto mais se esmaece esse romantismo da ação das massas – apesar de Leipzig e Wenzelsplatz. Isso não tem nada a haver com números absolutos. As correntes humanas com mais de cem quilômetros, as vivazes demonstrações de massa do ano de 1983 em Bonn e noutros lugares, e inclusive a gigantesca demonstração pela paz no Hofgarten de Bonn logo após a irrupção da Guerra do Golfo, foram um desmentido vivo da fé na violência, na massa em ação, diluída num sujeito superdimensionado. Essas observações são feitas

naturalmente do ângulo da velha República Federal da Alemanha. As demonstrações nas quais se tematiza a indignação sobre a penúria social na antiga República Democrática Alemã são preponderantemente do tipo tradicional – como os lemas do Partido Social Democrata da Alemanha (PDS) e dos sindicatos que canalizam a cólera. Mesmo assim, parece que a fé em sujeitos superdimensionados e no aproveitamento direto de grandes sistemas, não tem mais vez.

Os novos movimentos sociais tornaram-se eles mesmos um motor para a multiplicação e a individualização. Eles exprimem um processo de abstração que a idéia atual de democracia precisa seguir se quiser continuar realista. O veículo para a realização da participação democrática e do pluralismo não é a psicologia das massas, mas a dinâmica das correntes da comunicação pública que atinge as massas. As instituições da liberdade necessitam de comunicação públicas para serem preenchidas com a substância de uma formação racional e política da opinião e da vontade.

4.12.

HALLER: *Entre nós o interesse nas teorias políticas decresceu, não somente com o final do socialismo realmente existente, mas também com a derrota política dos grupos alternativos. Costuma-se dizer hoje que a teoria política julga saber tudo melhor porque conclama à crítica do status quo levada pelo interesse em algo melhor. Realmente, porém, nada vai melhor do que aquilo que já atingimos: quem afirma isso não são somente os da direita, mas também os que uma vez foram da esquerda. Será que esse fato revela algo mais do que um simples desencanto com as promessas dos dias passados?*

HABERMAS: Os processos de aprendizagem também derivam de teorias melhores; em todo o caso, eles não resultam da inimizade contra o trabalho intelectual. Além do mais, eu não sei se posso concordar com sua descrição. Na América, por exemplo, estamos assistindo a uma verdadeira explosão de teorias políticas normativas. Os protagonistas são Rawls e Dworkin, Charles Taylor e Michael Walzer, Bruce Ackerman e Allister McIntyre. Na Inglaterra e entre nós discute-se acaloradamente sobre a *Civil Society*. Para dizer a verdade, eu não consigo imaginar que as pessoas estejam cansadas de teorias!

HALLER: Talvez seja um sentimento de resignação, levado pela idéia de que a transformação social e política na Europa é algo secundário em relação aos problemas colocados num ritmo cada vez mais acelerado pela progressiva destruição do meio ambiente. Alguns tópicos: poluição do ar e das águas, morte das florestas, efeito-estufa. Muitos jovens, cansados de política, manifestam esse sentimento carregado de tons quase apocalípticos. O que o senhor pensa disso?

HABERMAS: O senhor fala de sentimentos sismográficos. É bem verdade que as bombas-relógio de uma natureza explorada sem nenhum comedimento emitem silenciosa e constantemente o seu tique-taque. No entanto, enquanto que a natureza exterior procede, à sua maneira, vingando as mutilações que lhe impomos, *também* a natureza que está em nós levanta a sua voz. Adorno falou de modo conjuratório sobre a “recordação da natureza – em nós”. A tristeza paralisadora, que nos assalta em meio a uma paisagem sufocada em sua expressão, envenenada, destruída pela mão do homem e pelo entulho da civilização, é infalível. De outro lado, a voz de nossos sentimentos perde sua força admoestadora quando nos entregamos melancolicamente a essa tristeza ou quando as advertências são reprimidas pelas pressões das necessidades e carências mais imediatas. Não conseguiremos escapar do dilema resultante do confronto entre ecologia e economia de mercado se simplesmente nos deixarmos levar na esteira de sentimentos intuitivos que nos colocam perante o fim do mundo, ao invés de *aprendermos* com os nossos sentimentos. Somente um esclarecimento maior – *docta spes* – é páreo para as devastações do iluminismo. Para mim, uma crítica total da razão, que confunde a própria razão, não vale grande coisa. *Nemo contra Deum nisi Deus ipse* – com isso eu não quero endeusar a razão e sim, ao contrário, dizer que nós só poderemos ter clareza sobre os limites de nossa razão, se agirmos de modo racional. Não podemos lançar fora a modernidade, que é determinada por *esta* figura básica do pensamento kantiano, como se ela fosse uma camisa suja. As condições de vida moderna, que nós não escolhemos por nós mesmos, e sob as quais nos encontramos, são inevitáveis do ponto de vista existencial; mesmo assim, aos olhos despertados da modernidade, elas significam um desafio a mais, não uma simples fatalidade.

HALLER: Isso tudo não soa de uma forma um tanto alienada? A transformação política e social na Europa, sobre a qual acabamos de falar, perde talvez muito de seu significado e importância se a compararmos com os crescentes problemas derivados da Guerra do Golfo, sobre os quais nós falamos na primeira parte desta entrevista. Eis alguns dos tópicos mais marcante: empobrecimento crescente de muitos países do Terceiro Mundo, penúria de muitos povos, principalmente na Ásia e na África – apesar de nossa assim chamada ajuda para o desenvolvimento, ou até devido a ela. É por isso que muitos intelectuais no Terceiro Mundo consideram nosso modo de debater política como sendo um eurocentrismo grotesco.

HABERMAS: De modo nenhum; o eurocentrismo que se espalhou pelo Atlântico Norte também possui algo de objetivo. Como seus descendentes, nós podemos ver hoje de modo bastante claro as destruições que a propagação global e violenta da cultura industrial produziu – e ainda continua a produzir diariamente nas culturas tribais mais distantes. O mercado mundial e a televisão refazem hoje de modo anônimo o papel representado pelos antigos missionários e senhores coloniais, mesmo que não aconteça a barbárie de uma guerra altamente tecnificada. A dominação imperialista tornou-se amplamente anônima, “conservada” na dominação de coações sistemáticas – inclusive no currículo secreto de uma forma de vida inscrita na infra-estrutura das metrópoles mundiais do século XXI, superando todas as representações da velha Europa – seja em São Paulo, no Cairo ou em Tóquio. Ora, essa queda no anonimato mostra também que ali se instalou um círculo vicioso – que as necessidades nacionais e estrangeiras entraram numa fusão inquietante e nefasta. Foi esta ligação que transformou a cultura material mundial, que saiu da Europa, numa violência muda e sem alternativas, pelo menos *for the time being*. Constatar esse fato não significa *considerá-lo bom*. Pois ninguém nos pergunta, se nós poderíamos ter querido *isso*. Essa seria uma questão abstrata, segundo Hegel. Nós somos questionados se a Europa irá aproveitar a segunda chance que hoje se lhe oferece para a civilização do globo terrestre, para romper o círculo vicioso desesperador da política do poder imperial.

Com isso eu não pretendo afirmar que, a partir do momento em que a cultura material mundial, que se encontra hoje sem alternativas, deva ser seguida por uma segunda missão no sentido da

submissão intelectual. O racionalismo ocidental precisa cair em si mesmo e superar suas próprias cegueiras, a fim de poder abrir-se dialogicamente para aquilo que pode aprender das tradições das outras culturas. Um encontro intercultural digno desse nome teria a capacidade de trazer à tona elementos de nossa própria tradição que foram soterrados. A Europa precisa servir-se de um de seus pontos fortes, a saber, o seu potencial de autocrítica, sua força de autotransformação, a fim de relativizar-se mais radicalmente a si mesma, em contato com o outro, o estranho. E isso é o contrário do eurocentrismo. Esse somente poderá ser vencido por *nós* através daquilo que o espírito da Europa tem de melhor. Se tivermos sucesso nesse empreendimento, será possível ao menos tratar as feridas que o eurocentrismo, transformado na cultura material universal, abriu num mundo que vive dele e sofre por causa dele – sará-las talvez seja impossível.

Essas são talvez palavras demasiado sublimes para caracterizar a perspectiva na qual deveríamos proceder *piece-meal* e de modo inteiramente profano. Eu não tenho um órgão especial para captar melodias heideggerianas: “Somente um Deus pode ajudar-nos” – esse é o tom elegante, que já fazia Kant ficar nervoso. Os filósofos não são capazes de transformar o mundo. O que nós necessitamos é de um pouco mais de práticas solidárias; sem isso, o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem conseqüências. No entanto, tais práticas necessitam de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim, elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum.

O resto de utopia que eu consegui manter é simplesmente a idéia de que a democracia – e a disputa livre por suas melhores formas – é capaz de cortar o nó górdio dos problemas simplesmente insolúveis. Eu não pretendo afirmar que iremos ser bem-sucedidos nesse empreendimento. Nós nem ao menos sabemos se é dada a possibilidade desse sucesso. Porém, pelo fato de não sabermos nada a esse respeito, devemos ao menos tentar. Sentimentos apocalípticos não produzem nada, além de consumir as energias que alimentam nossas iniciativas. O otimismo e o pessimismo não são as categorias apropriadas a esse contexto.

5. SOBRE O ALCANCE E AS LIMITAÇÕES DAS TEORIAS

Resumo:

- 5.1. A aversão pelas teorias. O que podemos esperar delas?
- 5.2. Pretensões da teoria habermasiana.
- 5.3. A emancipação no contexto do paradigma da comunicação.
- 5.4. A questão do “Idealismo dissimulado” na Teoria do Agir Comunicativo.
- 5.5. Vestígios do processo de emancipação política nos tempos atuais.
- 5.6. Será que uma sociedade democraticamente organizada dispõe de mais racionalidade do que outros tipos de sociedade organizada?
- 5.7. Equilíbrio de interesses versus procedimentos morais nas sociedades democráticas.
- 5.8. A sociedade emancipada delineada conforme o modelo da Teoria do Agir Comunicativo: não mais um conjunto de sujeitos e sim um conjunto de máquinas de pensar, totalmente racionalizadas? A idéia da “intersubjetividade ílesa”.
- 5.9. Será que a Teoria do Agir Comunicativo, que visa à emancipação, é adequada aos problemas de sobrevivência da sociedade industrial? Sobre a capacidade da Teoria do Agir Comunicativo em diagnosticar os tempos atuais.
- 5.10. Sobre as possibilidades de substituir a tradicional filosofia da consciência pela filosofia da comunicação.
- 5.11. O que é mais importante hoje em dia: a teoria ou a prática? Sobre a nova dialética do esclarecimento: a razão em busca de sua unidade.

5.1.

HALLER: *Senhor Habermas, o pensamento interessado na teoria social procura trazer para um contexto mais amplo as experiências atuais abordadas pelo senhor: ele se questiona acerca das condições e da validade dessas experiências e, num segundo passo, acerca da história do desenvolvimento de nossa sociedade.*

Será que a resignação que se pode observar em muitas pessoas, sobretudo nas mais sensíveis, que estão cansadas de teorias, representa uma perda de historicidade? E se este for o caso, será que tal rejeição tem algo a ver com o medo perante o futuro?

Eu amplo ainda mais esse arco: será que uma certa aversão pelas teorias não deriva do fato de as pessoas tentarem fugir a um medo pânico de que a sociedade industrial, apesar das boas teorias, se encontra no caminho da destruição das bases naturais da existência humana?

HABERMAS: O senhor me coloca perante uma enxurrada de questões! No entanto, o primeiro tópico foi o das pessoas, especialmente os jovens, cansados de teorias. Eu não sei que fatos o senhor toma para apoiar sua análise. Há décadas que alguns dos meus livros têm boa saída; outros não. Meus estudantes me proporcionam alegria; eles são interessados, revelam um certo grau de instrução e estão sempre dispostos a discutir. É verdade que a filosofia atrai hoje em dia mais expectativas do que a sociologia. Os jovens de hoje esperam algo mais da filosofia e se sentem especialmente frustrados quando não conseguem aprender, durante a fase de seus estudos, como resolver os seus próprios problemas existenciais – ora, pelo menos em Frankfurt, ninguém tem a pretensão de lhes ensinar isso! Como a sociologia, a filosofia é simplesmente uma ciência que segue a dinâmica de seus próprios problemas, pelo menos é assim que nos representamos as coisas. Para que se consiga obter algo do trabalho teórico, é preciso exercitá-lo inicialmente em função dele próprio; e isso acarreta frustrações salutares. Contrariamente a certas lendas, eu sempre considerei absurda a perquirição de interesses do conhecimento, antes de se dedicar às coisas em si mesmas. Isso não significa, porém, que não devamos perguntar pelas raízes que qualquer teoria lança na vida concreta. Refletir, por exemplo, se o sobe e desce das modas nas ciências sociais e do espírito não tem algo a ver com experiências pré-teóricas e

contextos históricos. Os membros amedrontados da sociedade de riscos consideram plausíveis os princípios estruturalistas e da teoria do sistema, que expulsam de seus conceitos fundamentais os sujeitos, bem como sua subjetividade; mas isso talvez tenha algo a ver com o fato de que a complexidade social os atinge *antes de* qualquer ciência, como uma segunda natureza. Como o senhor pode ver, eu modifiquei um pouco a sua pergunta. O sentimento da época nada tem a ver com o abandono da teoria em geral; no entanto o *appeal* de certas teorias faz com que o sentimento da época incline-se para elas – o interesse pela assim chamada teoria do caos, por exemplo, tem algo a ver com aquele “medo pânico” do qual o senhor falou.

Além do mais, é melhor que não esperemos das teorias mais, mas também não menos, do que elas podem fazer – e isso já é alguma coisa!

5.2.

HALLER: *Sua teoria da sociedade não é destituída de pretensões. Ela reflete as condições dominantes à luz de uma formação ideal da sociedade, na qual os homens querem agir como sujeitos dotados da capacidade de ação e concretizar em conjunto a racionalidade. Esse ponto de referência torna possível ao senhor iluminar criticamente as condições encontráveis na sociedade – condições nas quais o senhor mesmo, enquanto teórico, está envolvido. Isso me traz à lembrança a comparação que o senhor fez, tempos atrás, com o psicanalista que, enquanto está ligado a seu paciente no diálogo terapêutico, orienta-se pelo ideal de uma relação de comunicação bem-sucedida.*

HABERMAS: Em “Conhecimento e interesse” eu comparei a teoria da sociedade à psicanálise. Ao fazer isso, no entanto, eu tinha ante os olhos a estrutura metódica e os conceitos fundamentais. Em nenhum caso é-nos permitido representar os destinatários ou a própria sociedade como um sujeito em tamanho grande, cujos olhos precisam ser abertos pelo teórico; num processo de esclarecimento existem somente participantes. De qualquer maneira, nessa época eu reagi imediatamente contra um certo tipo de mal-entendidos, frutos talvez de minhas próprias colocações (por exemplo, numa introdução à reedição do texto “Teoria e prática”, no ano de 1971). Isso já faz muito tempo.

No tocante à “sociedade ideal”, que eu tomo, segundo se diz, para criticar o *statu quo*, as coisas são um pouco diferentes. Eu jamais tive a pretensão de meus famosos colegas americanos – Rawls e Nozick – de desenvolver uma teoria política normativa. Eu não contesto a validade de tal projeto, porém eu não tento construir na escrivania as normas fundamentais de uma “sociedade bem organizada”. O meu interesse fundamental está voltado primordialmente para a reconstrução das condições realmente existentes, na verdade sob a premissa de que os indivíduos socializados, quando no seu dia-a-dia se comunicam entre si através da linguagem comum, não têm como evitar que se empregue essa linguagem *também* num sentido voltado ao entendimento. E ao fazerem isso, eles precisam tomar como ponto de partida determinadas pressuposições pragmáticas, nas quais se faz valer algo parecido com uma razão comunicativa. É tudo muito simples: sempre que nós pensamos no que estamos dizendo, levantamos com relação ao que é dito a pretensão de que é verdadeiro, correto ou sincero; e através disso irrompe em nosso dia-a-dia um fragmento de idealidade. Pois essas pretensões à validade só podem ser resgatadas, no final das contas, através de argumentos; ao mesmo tempo nós sabemos, porém, que certos argumentos, que hoje nos parecem consistentes, poderão revelar-se falsos no futuro, à luz de novas experiências e informações.

A prática cotidiana orientada pelo entendimento está permeada de idealizações inevitáveis. Estas simplesmente pertencem ao *médium* da linguagem coloquial comum, através do qual se realiza a reprodução de nossa vida. É verdade que cada um de nós pode decidir-se a qualquer momento a manipular os outros ou a agir abertamente de modo estratégico. Contudo, nem todos conseguem portar-se continuamente dessa maneira. Caso contrário, a categoria “mentira” perderia o seu sentido e, no final de tudo, a gramática de nossa linguagem desmoronaria. A apropriação da tradição e a socialização tornar-se-iam impossíveis. E nós teríamos que modificar os conceitos que utilizamos até aqui para caracterizar a vida social e o mundo social. Com isso eu quero apenas dizer o seguinte: quando eu falo de idealizações, não me refiro a idéias que o teórico solitário erige *contra* a realidade tal qual é; eu apenas tenho em mente os conteúdos normativos *encontráveis* em nossas práticas, dos quais não podemos prescindir, porque a linguagem, junto com as idealizações que ela impõe aos falantes, é constitutiva para as formas de vida socioculturais.

5.3.

HALLER: *Em seus escritos o senhor caracterizou como “emancipação” o modelo determinante seguido pela sociedade industrial dos dois últimos séculos: as pessoas querem poder decidir sobre o seu próprio bem de modo cada vez mais autônomo, portanto livres da intromissão de interesses alheios. Esse processo de emancipação, pelo menos é assim que eu entendo o senhor, resulta do fato de os homens quererem se entender, ou seja, superar o egoísmo é criar espaços para que o melhor argumento se imponha através de sua validade. Mais um belo pensamento?*

HABERMAS: Em 1967 o Rias solicitou de Adorno uma conferência sobre os “Ideais estéticos da atualidade”. Adorno respondeu que o problema residia exatamente no conceito popularizado de “ideal”. Os “ideais” continuam a sugerir o tipo de orientações substanciais e obrigatórias, que a modernidade já enterrou. Eles foram substituídos por elementos formais, pela racionalidade dos modos de proceder, os quais se limitam a ensinar como devemos fazer algo para que consigamos obter um bom resultado.

Desde o final do século XVIII, quando Kant falou da saída do homem de sua “culposa minoridade”, os conceitos tais como “esclarecimento” e “emancipação” referem-se a processos nos quais a gente experimenta em si mesma como se transforma quando aprende a se comportar racionalmente sob pontos de vista formais. Esclarecimento (*Aufklärung*) é um reflexo da auto-experiência no decurso de processos de aprendizagem. Emancipação tem a ver com libertação em relação a parcialidades que, pelo fato de não resultarem da causalidade da natureza ou das limitações do próprio entendimento, derivam, de certa forma, de nossa responsabilidade, mesmo que tenhamos “caído” nelas por pura ilusão. A emancipação é um tipo especial de auto-experiência porque nela os processos de auto-entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia. Nela se ligam idéias “éticas” e “morais”. Se for verdade que nas questões “éticas” nós procuramos obter clareza sobre quem nós somos e quem nós gostaríamos de ser, e que nas questões “morais” nós gostaríamos de saber o que é igualmente bom para todos, então é possível afirmar que na conscientização emancipatória as idéias morais estão conectadas a uma nova autocompreensão ética. Nós descobrimos quem nós somos porque aprendemos, ao mesmo tempo, a nos ver numa relação com os outros. Inovações desse tipo

fazem-nos remontar, muitas vezes, até a fase da adolescência. É uma fase da vida na qual muitas vezes conseguimos vencer – por este caminho – crises dolorosas. Portanto, a expressão “emancipação” tem o seu lugar no âmbito do intercâmbio dos sujeitos consigo mesmos, ou seja, ele se refere a transformações descontínuas na autocompreensão prática das pessoas.

Entretanto, quando alguém pretende retraduzir essa expressão para o domínio social do qual ele originariamente descende – enquanto expressão jurídica “emancipação” significava a libertação de escravos ou o momento em que a criança passava para a fase adulta – é preciso precaver-se para não recobrir as condições sociais com conceitos de uma filosofia do sujeito, que não servem para aquelas. Não se pode representar os coletivos sociais, nem as sociedades em sentido global, como se fossem sujeitos em tamanho grande. Essa é a razão que me leva a ser muito cauteloso quanto ao emprego da expressão “emancipação” fora do contexto das experiências biográficas. No seu lugar eu coloquei os conceitos “entendimento” e “agir comunicativo”, que passaram a ocupar o centro de minhas reflexões. Esses conceitos têm um sentido mais trivial; pois eles referem-se àquilo que acontece constantemente na prática do cotidiano – sem o brilho poético ou falsamente romantizador da experiência *extraordinária*. E isso nada tem a ver, num primeiro momento, com a moral. Prescindindo, inclusive, do fato de que o agir moral não pode ser explicado, como o senhor mesmo afirma, pela oposição entre egoísmo e altruísmo: muitas vezes aquilo que sentimos como sendo a nossa obrigação coincide legitimamente com aquilo que é de nosso interesse, inclusive a curto prazo.

5.4.

HALLER: *Mesmo assim, eu farejo em sua “Teoria do agir comunicativo” um idealismo dissimulado, que passa por alto as forças que dominam a prática política, por exemplo, as intenções estratégicas. Podemos tomar a incorporação da República Democrática Alemã, imposta forçadamente no ano de 1990, sobre a qual falamos mais acima, como exemplo típico da força manipuladora da própria política democrática. Seria possível até escrever uma história plausível do século XX, na qual se narra o fracasso continuado do argumento racional!*

HABERMAS: Em primeiro lugar, nós temos que estar em condições de poder explicar por que consideramos as transformações ocorridas

na República Democrática Alemã e em toda a Europa do Leste, como sendo um processo desejável. Esse processo quase poderia ser descrito através da categoria kantiana da emancipação. Em todo o caso, o que ocorreu foi a instauração de instituições democráticas do Estado de direito contra as repressões de um fantástico Estado policialesco. Essa instituição política propicia validade a princípios de justiça e de direito, que podem ser fundamentados racionalmente. E isto significa precisamente o seguinte: eles poderiam, num discurso prático, obter o assentimento consciente de todos os envolvidos.

No que respeita ao desenrolar fático do processo de unificação, uma constatação sóbria revela que as coisas aconteceram grosso modo em sintonia com nossa ordem política. Pois uma ordem conforme ao direito existe precisamente para abrir espaços legítimos de agir estratégico. A política da chancelaria, sobre a qual discutimos politicamente, era legal, apesar de tudo, movimentando-se no âmbito que a Carta Fundamental garante ao governo. E a partir do momento em que a política partidária passou a predominar e quase todos os partidos começaram a utilizar o direito de escolha como massa de manobra para especulações próprias, o Supremo Tribunal Federal pôs um fim nisso tudo. Esse é o lado constitucionalmente legítimo do processo. Os acordos políticos receberam, mesmo que em forma de pacotes, a anuência dos parlamentos. Houve eleições democráticas, etc. É verdade que eu lamentei o déficit normativo do ponto de vista político e de política constitucional. No entanto, esta crítica não é feita no ar. Pois ela apela a princípios que não foram simplesmente inventados por mim, mas que obtiveram o reconhecimento social durante um século de lutas e de experiências coletivas, sendo no final incorporadas em nossa cultura política. Aqui é possível falar até de um história da emancipação política.

5.5.

HALLER: *Que tendências o senhor tem em mente quando pretende mostrar que esse processo de emancipação existe também em nossa época?*

HABERMAS: Eu penso na liberdade individual, na segurança social e na co-gestão política, existentes nas regiões mais mimadas de nosso planeta, que conquistaram para a vida do indivíduo um valor maior, uma maior consideração. Antes da Revolução Francesa, antes dos movimentos dos operários europeus, antes da propagação da

escolaridade formal, antes dos movimentos feministas, antes da domesticação das condições violentas no interior das famílias, prisões, hospitais, etc., a vida de uma mulher ou de um homem singular era menos valiosa – naturalmente não na nossa visão, mas na perspectiva dos contemporâneos. Esse é certamente apenas um dos lados da medalha. Horkheimer e Adorno falam numa “Dialética do esclarecimento”. Esta lança pelo menos uma certa luz sobre o outro lado da medalha, sobre o lado cinzento do espelho do iluminismo. No entanto, esta crítica e autocrítica continuam a alimentar-se elas mesmas do esclarecimento – nós não possuímos outras medidas da crítica a não ser estas. Para que os conceitos morais fundamentais, tais como, por exemplo, autonomia e dignidade humana, solidariedade e igualdade *continuem sendo* convincentes, é necessário que se apresentem como modificáveis em processos de auto-aplicação, isto é, na aplicação crítica ao seu próprio uso. A emancipação – em sentido categórico – torna os homens mais independentes mas não necessária e automaticamente mais felizes.

É certo que não temos escolha entre uma conduta de vida mais consciente e outra menos consciente, uma vez que as possibilidades de escolha surgem somente com o ato de conscientização. Ao passo que as medidas para a felicidade, para a avaliação clínica de uma vida mais ou menos alienada, mais ou menos perdida constituem um tema bastante precário. E quem ainda se arrisca a tomar *essas* medidas – o que não é de forma nenhuma um assunto da teoria da sociedade – provavelmente não chegará à conclusão de que as formas de vida modernas, nesse sentido clínico, são melhores do que outras. O conceito da modernidade não está mais ligado a nenhuma promessa de felicidade. Todavia, apesar de todo o palavrorio sobre a pós-modernidade, ainda não temos alternativas racionais para as formas de vida da modernidade. O que nos resta então a não ser procurar ao menos melhoramentos práticos *no interior* dessas formas de vida?

5.6.

HALLER: *Tendo em mente o pano de fundo das experiências mais recentes, há pouco discutidas, é plausível entender o parlamentarismo desenvolvido pela sociedade burguesa como institucionalização do discurso, que serve à autocondução da sociedade. Será que a sociedade democraticamente organizada – no sentido da teoria do agir comunicativo – dispõe nitidamente de mais racionalidade do que as*

sociedades organizadas de modo feudal, totalitário ou de outras maneiras?

HABERMAS: Ela dispõe de uma racionalidade superior no sentido do nível no qual nós podemos aprender. Todavia, nós somente aprendemos na dimensão cognitiva – pensemos no desenvolvimento das forças produtivas – ou em dimensões morais e práticas, e aqui podemos pensar nas nossas idéias jurídicas e morais fundamentadas num contexto pós-metafísico. E neste caso nós poderíamos até ter perdido certas sensibilidades que são próprias a outras dimensões...

5.7.

HALLER: *Entretanto, a história do surgimento do parlamentarismo e a sua análise funcional ensinam que esse instrumento não serve para o comando do discurso e sim, para o equilíbrio de interesses. O cenário político em Bonn ou em Washington segue (na melhor das hipóteses) as regras do jogo da solução de conflitos e da busca do compromisso; muito poucas vezes o melhor argumento é levado em conta.*

HABERMAS: Ninguém ousaria contestar que a formação do compromisso determina amplamente, em sistemas do tipo do nosso, os processos de decisão política. Todavia, esses compromissos só podem ser tidos como racionais no sentido de uma racionalidade de procedimentos morais e práticos, se forem estabelecidos conforme as regras de um ajuste leal e correto de interesses. Pois, para decidir se as regras são leais e corretas e se as negociações em torno das condições de poder existentes e das situações de interesses estão corretamente institucionalizadas, só mesmo entrando num discurso sobre questões de justiça. Com essa indicação, porém, eu não gostaria de turvar a diferença importante que existe entre discursos nos quais, pelo menos na idéia, conta mais a força do melhor argumento, e compromissos, aos quais os partidos, apoiando-se em razões *diferentes*, podem dar assentimento. Onde quer que a formação da vontade política se realize, em comunicações públicas informais ou institucionalizada em corporações que tomam decisões, em nenhum caso ela se *esgota* na agregação e na sintonização de interesses parciais concorrentes. Os compromissos formam apenas uma parte desse processo.

Hoje em dia as próprias informações, previsões, projetos e em geral qualquer tipo de consideração empírica e pragmática que

serve como base para a escolha de qualquer política, são objetos de acaloradas controvérsias. Pois nenhuma destas interpretações é neutra e imune a avaliações. No entanto, é preciso perguntar: existe um caminho melhor para se questionar as interpretações de estados de coisas, quase sempre preparadas por especialistas, que não seja o da crítica que opera com melhores argumentos? Além disso, existe um número suficientemente grande de temas políticos de grande alcance que tocam realmente em questões de justiça. Eles quase sempre são discutidos nas vestes de abordagens jurídicas, mas também de modo direto, como o que são realmente: como questões prático-morais. No tratado da unificação foi preciso regulamentar uma série de tais matérias; e por se tratar também de questões complicadas de justiça distributiva – como, por exemplo, do princípio controverso da “restituição ou indenização” – todos sentiram como problemático o fato de os “senhores com a pasta” terem combinado *isso* somente entre si. Outros temas, em compensação, tocam questões da autocompreensão ético-política, questões da forma de vida, que nós consideramos como desejáveis, ou ao menos suportáveis. Muitos temas ecológicos entram nesta categoria. Conflitos de minorias, questões do direito de asilo, da promoção de novas tecnologias, etc., obrigam-nos a ter consciência clara de certas decisões graves que precisamos tomar sobre valores, dentre as quais poderíamos tomar como exemplo as seguintes: qual deve ser a nossa autoconsciência enquanto cidadãos desta República Federal da Alemanha, em que tipo de sociedade desejaríamos viver?

Quando analisamos os tipos destas diferentes questões pragmáticas, morais e éticas e refletimos sobre as formas de comunicação que seriam promovidas por uma formação racional da opinião e da vontade, então podemos ver que as abordagens não são monolíticas, não correm *somente* nos trilhos da formação do compromisso, o que torna necessária uma rede de formas variadas de argumentação e de negociações. Não é puro acaso o fato de os discursos jurídicos terem desenvolvido tanto as coordenadas de uma teoria do discurso; no entanto, é possível estendê-la para os processos de decisão política. Aqui também se encontra um fragmento de “razão existente”, como na institucionalização jurídica de procedimentos judiciais, nas regulamentações estabelecidas e nas práticas de formação da opinião e da vontade, nos regulamentos parlamentares e na organização da Carta Fundamental. É possível fazer aí um engate crítico. O princípio da teoria do discurso permite o engate da crítica na autocompreensão das culturas políticas

costumeiras, das instituições e dos sistemas de direito existentes com o objetivo de esgotar o potencial de autotransformação neles depositado.

5.8.

HALLER: *O senhor designa como “agir comunicativo” a fala dos homens dirigida ao consenso. Em sua teoria esse agir vale como forma básica de comportamento social, pois esse agir, assim eu entendo o senhor, sempre vem junto com um interesse em entendimento: as pessoas falam umas com as outras porque desejariam entender-se. Em seu conceito, as pessoas agem per se como seres racionais, ou seja, como sujeitos capazes de consenso e preparadas para ele. Na realidade, é verdade, só excepcionalmente elas aparecem como racionais; via de regra a sua fala revela uma paleta colorida de motivos e intenções as mais diversas, que têm muito a ver com desejos de dominação e de submissão, ou seja, em terminologia política: com a aquisição do poder e com a imposição de fins particulares. Seria errado pensar que na sociedade delineada conforme o seu modelo os sujeitos não se comportariam mais como pessoas, mas como máquinas de pensar totalmente racionalizadas?*

HABERMAS: Em primeiro lugar, eu não afirmo que as pessoas gostariam de agir comunicativamente, mas que elas *são obrigadas* a agir assim. Quando os pais querem educar os seus filhos, quando as gerações que vivem hoje querem se apropriar do saber transmitido pelas gerações passadas, quando os indivíduos e os grupos querem cooperar entre si, isto é, viver pacificamente com o mínimo de emprego de força, são obrigados a agir comunicativamente. Existem funções sociais elementares que, para serem preenchidas, implicam necessariamente o agir comunicativo. Em nossos mundos da vida, compartilhados intersubjetivamente e que se sobrepõem uns aos outros, está instalado um amplo pano de fundo consensual, sem o qual a prática cotidiana não poderia funcionar de forma nenhuma. O estado natural hobbesiano, no qual cada sujeito burguês isolado é estranho ao outro – onde cada um é o lobo do outro (mesmo que os lobos reais, apesar de tudo, sempre andem em alcatéias!) – não deixa de ser uma construção *artificial*, na verdade, *a* construção.

Em seguida, não podemos equiparar o agir comunicativo à argumentação. O agir comunicativo realiza-se normalmente numa linguagem comum e num mundo explorado pela linguagem,

pré-interpretado, em formas de vida compartilhadas culturalmente, em contextos normativos, em tradições, rotinas, etc.; em resumo: em mundos da vida que são porosos uns em relação aos outros, que se interpenetram e se interligam. Tal agir comunicativo não significa a mesma coisa que a argumentação. As argumentações são formas de comunicação inverossímeis, ou seja, formas de comunicação repletas de pressupostos, verdadeiras ilhas em meio ao mar da praxis. Isso já é suficiente para mostrar que algo está errado com as supostas “máquinas de pensar inteiramente racionalizadas”. A *institucionalização* de um certo tipo de argumentações, como por exemplo, argumentações jurídicas, científicas ou de crítica estética, que implica em que certas argumentações podem ser esperadas socialmente de certas pessoas, em certas épocas, em determinados lugares, é uma conquista histórica relativamente tardia.

Além do mais, a grande realização domesticadora do direito moderno consiste precisamente em determinar consensualmente esferas do agir estratégico (tais como as da aquisição da propriedade privada e do poder político), ou seja, presumindo o assentimento de todos os cidadãos. Isso vale tanto para a instauração da circulação do mercado comandado pelo direito privado, como para a regulamentação pelo direito público da concorrência entre os partidos ou do poder político. Ora, as normas do direito só podem obrigar duradouramente quando os procedimentos que comandaram o seu surgimento forem reconhecidos como legítimos. Nesse momento de reconhecimento faz-se valer um agir comunicativo que, por assim dizer, aparece no outro lado do sistema de direito, no lado da formação democrática da vontade e da legislação política enquanto tal. Enquanto que os sujeitos do direito privado podem perseguir os seus próprios interesses particulares, os cidadãos devem orientar-se pelo bem comum e entender-se sobre os seus interesses comuns. As reservas do senhor resultam do fato de compreender de forma demasiado concretista o pensamento condutor da teoria do agir comunicativo. Realmente a “sociedade emancipada” é um ideal que causa mal-entendidos. Eu prefiro falar da idéia da intersubjetividade ílesa. Essa idéia pode ser obtida a partir da análise de condições necessárias do entendimento em geral – ela caracteriza a manifestação de condições simétricas do reconhecimento recíproco e livre de sujeitos que agem comunicativamente entre si. Entretanto, não podemos *colorir* esta idéia como se fora a totalidade de uma forma de vida reconciliada, nem projetá-la no futuro como se fora uma utopia. Ela não contém

mais, mas também não menos, do que a caracterização formal de condições necessárias para formas não antecipáveis de uma vida não fracassada.

O próprio socialismo não deveria ter sido entendido como a totalidade concreta de uma determinada forma de vida futura – e esse foi talvez o maior erro *filosófico* dessa tradição. Eu sempre afirmei que o “socialismo” serve apenas como um resumo das condições necessárias para formas de vida emancipadas, sobre as quais os participantes precisam entender-se *por si mesmos*.

5.9.

HALLER: *Eu gostaria de retomar a seguinte questão: será que uma teoria como a sua, que no sentido mais amplo visa à emancipação e que está equipada com uma pretensão de validade tão radical ainda é apropriada aos urgentes problemas de sobrevivência da sociedade industrial? Como pode uma teoria que argumenta nesse nível de abstração abordar de modo suficientemente concreto os perigos inerentes àquilo que se subentende no lugar-comum “sociedade de riscos”?*

HABERMAS: Vamos deixar cada coisa em seu respectivo lugar. Através de suas perguntas o senhor procura detectar, em última instância, se meus trabalhos teóricos estão em condições de propiciar um diagnóstico dos tempos atuais. Isso faz surgir a impressão de que eu esteja oferecendo uma teoria monolítica destinada a solucionar todos os problemas vitais. O senhor sabe que estou bem longe *disso*. De forma nenhuma eu correspondo à imagem tradicional do “filósofo”, o qual explica o mundo a partir de um único ponto. Ambos nos entretivemos até aqui sobre assuntos políticos – e um pouco sobre aquilo que eu entendo por “razão comunicativa”. Meu trabalho cotidiano, no entanto, é bem diferente; aí se trata de problemas particulares, já “destrinchados”, que têm o seu lugar em contextos bem distintos. Eu procuro os problemas particulares em seu respectivo lugar, isto é, nos discursos científicos que encontro diante de mim. A seguir, eu desenvolvo uma contribuição sobre um tema ou outro, digamos, por exemplo, na teoria das ações de fala ou na teoria moral, na filosofia do direito, na discussão sociológica sobre a racionalização social, na discussão filosófica sobre o conceito da modernidade, sobre o pensamento pós-metafísico, etc.

Eu não espremo tudo no mesmo quadro teórico, como também não assimilo tudo aos mesmos conceitos básicos de uma grande teoria holística. Naturalmente, minhas contribuições são feitas a partir da minha perspectiva; no entanto, sobre questões filosóficas é preciso falar de modo filosófico, sobre questões sociológicas, de modo sociológico e sobre questões políticas, de modo político. Temos que saber qual é o discurso no qual nos movemos respectivamente, em que nível de generalidade nos encontramos e com que instrumentos estamos agindo no momento. O aspecto filosófico disso tudo está somente na tentativa de não perder a visão de conjunto ao se passar de um discurso para o outro, de impedir que as categorias se congelem, de manter as linguagens das teorias liquefeitas e, finalmente, na tentativa de saber onde, por exemplo, devemos aplicar conceitos tais como “*autopoiesis*”, ou “autoconsciência”, ou “racionalidade” – e, principalmente, onde não podemos aplicá-los.

Devemos evitar o risco de sermos seduzidos por entrevistadores inteligentes, que procuram obter nossa opinião sobre todo e qualquer assunto: eu jamais participei de pesquisas sobre os riscos pelos quais passa a sociedade. O conceito de risco goza hoje de uma certa popularidade em diferentes contextos de pesquisa; isso tem a ver, em primeiro lugar, com uma mudança de temas na esfera pública política – os perigos da ecologia, da técnica atômica, da tecnologia genética, etc., estão em todos os lábios. Em segundo lugar, essa é uma forma de reagir a transformações objetivas. As crescentes interdependências entre eventos mundiais e os horizontes de expectativas que se abrem simultaneamente desencadeiam experiências correspondentes de contingência e de desilusão, deslocam as perspectivas temporais, modificam estruturas da consciência do tempo em geral, etc.

5.10.

HALLER: *Será que a tradicional filosofia da consciência não torna as coisas muito mais simples, uma vez que ela pode falar à consciência das pessoas através do postulado da ética da responsabilidade?*

HABERMAS: A filosofia da consciência, que vem de Descartes, passando por Kant e chegando até Husserl, que tomou como ponto de partida uma questão fundamental da teoria do conhecimento e que colocou em jogo a subjetividade, portanto a relação do sujeito

representador com suas próprias representações dos objetos, constitui uma tradição fecunda à qual todos nós continuamos a referir-nos. Quem poderia arriscar-se a passar sem o seu Kant? Os grandes críticos da filosofia da consciência, Heidegger de um lado e Wittgenstein de outro, iniciaram uma guinada pragmática da linguagem, que nos dias de hoje, de certa forma, se volta sobre si mesma, desembocando na figura de interpretações contextualistas, num segundo historicismo. Em geral, a filosofia da linguagem não toma mais como ponto de partida um sujeito criador de mundos – ou um sistema que copia internamente o seu meio ambiente. Por isso, é preciso questionar se ela, com o seu novo paradigma do entendimento entre sujeitos socializados comunicativamente, que sempre se encontram previamente em mundos da vida compartilhados intersubjetivamente e explorados pela linguagem, se ela conseguiu atingir novamente o antigo nível do problema. Como é possível falar sobre o tema da autoconsciência, ou da auto-referência de sistemas fechados recursivamente em si mesmos, em termos de uma teoria da intersubjetividade? Essa é a discussão palpitante, à qual o senhor se refere.

No entanto, eu evitaria unir imediatamente essa discussão com os problemas da ética da responsabilidade. Senhor Haller, no fundo o senhor está interessado principalmente no problema das teorias que se encasulam em seus próprios problemas e que na esteira da divisão do trabalho social se retraíram no sistema das ciências, a tal ponto que é preciso perguntar: como podem tais empreendimentos autistas manter um nexos com a prática e desenvolver uma força capaz de orientar a ação? Colegas como Luhmann opinam que as sociedades modernas se decomuseram inteiramente em seus diferentes sistemas parciais, os quais passam a formar unicamente meios ambientes, uns para os outros, não dispondo mais de uma linguagem comum; uns podem observar os outros, sem, no entanto, chegar a uma comunicação recíproca. Neste caso, sua pergunta teria ficado sem conteúdo; ora, eu não posso crer nisso. O ceticismo da teoria do sistema desconhece a eminente capacidade de realização da linguagem comum coloquial que circula pela sociedade, a qual, do mesmo modo que a mão humana – um monopólio antropológico – é capaz de resolver tarefas especialmente complexas exatamente porque não se especializou, nem foi unilateralizada em códigos especiais. De outro lado, nós não podemos saltar por cima dos problemas cada vez mais complexos, que são colocados pelas mediações entre teoria e praxis, apelando para princípios éticos.

Hoje em dia todas as teorias da sociedade são extremamente abstratas. Na melhor das hipóteses, elas conseguem nos sensibilizar para a ambivalência dos desdobramentos históricos; elas podem contribuir para que aprendamos a compreender as ambivalências que vêm ao nosso encontro como se fossem outros tantos apelos para as crescentes responsabilidades em meio a espaços de ação minguantes. Elas são capazes de abrir-nos os olhos para os dilemas dos quais não podemos fugir e os quais precisamos superar.

Já falamos sobre as conseqüências políticas de *um* desses dilemas. O socialismo burocrático surgiu na sua época como resposta dialética às cegueiras estruturais do sistema econômico capitalista. Marx pensou que toda a civilização que se entrega como um todo aos imperativos da autovalorização do capital, traz em si mesma o germe da destruição, porque com isso ela se torna cega em relação a todas as relevâncias que não podem ser expressas em preços. Esta tese não se torna falsa pelo fato de Marx, por seu turno, ter ficado cego para o potencial da autotransformação, principalmente para as forças democráticas inseridas nas instituições do Estado de direito. Hoje estamos diante do – já esperado – monte de cacos de um experimento que percorreu um caminho cruel, orlado pelas barbáries stalinistas. Porém o vencedor não pode considerar-se simplesmente justificado, mesmo que entretimes tenha modificado consideravelmente sua posição inicial através de processos de aprendizagem em termos de um Estado social. Face aos problemas do século XXI retorna, numa nova figura, a velha dúvida, que no passado tantas reações falsas tem desencadeado – a dúvida se uma civilização *como um todo* deve deixar-se atrair pelo redemoinho das forças impulsionadoras de apenas um de seus subsistemas, mesmo que este tenha se transformado no pioneiro da evolução; na esteira de um sistema econômico recursivamente fechado, cuja auto-estabilização depende da transformação de todas as informações relevantes na linguagem da rentabilidade econômica: somente estas ele pode aceitar e elaborar. Mesmo assim, as vítimas evidentes da alternativa monstruosamente fracassada nos seduzem – e era isso o que eu queria mostrar com o dilema – a sufocar essa dúvida, a qual, no entanto, deveria *continuar* sendo um aguilhão produtivo.

5.11.

HALLER: *Numa sociedade cujos cenários se modificam constantemente, pintados com as cores do naufrágio – ou das*

quimeras – muitas pessoas se inclinam a estatuir o valor prático de uma teoria como única medida, passando ao largo a questão acerca das relações entre teoria da sociedade e prática de vida. Neste contexto veio-me à mente uma frase de Adorno. No artigo intitulado “Educação para a maioria” (Erziehung zur Mündigkeit) ele escreveu as seguintes palavras:

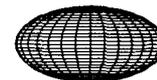
“Eu creio que é bem possível criticar filosoficamente o conceito da razão absoluta. Nem por isso, no entanto, podemos negar que sem o pensamento ou, mais precisamente, sem o pensamento insistente e firme, não é realizável algo como a determinação daquilo que é correto fazer, a praxis correta em geral”.

E aqui vai minha última pergunta: Será que esta frase de Adorno poderia encimar também o pensamento do senhor e a obra que dele resultou?

HABERMAS: É certo que o pensamento insistente não é suficiente. Porém, sem ele, as coisas andam menos ainda. Os pensamentos filosóficos – não somente os dos filósofos oficiais, mas também os dos cientistas produtivos – não se esgotam inteiramente nas empresas anônimas de pesquisa. O final do século XX também produz pensamentos filosóficos, que surgem distanciados, travestidos esotericamente. No entanto, por maior que seja a sua distância em relação ao que é concreto, eles comunicam com experiências da história contemporânea de modo mais íntimo do que o trabalho de pesquisa, continuado e progressivo. Os pensamentos filosóficos são expressão de uma sensibilidade para com os fenômenos ainda não decompostos. Na sofisticada teoria do sistema, de Luhmann, por exemplo, está refletida também a experiência bem ingênua, pré-científica, de um jato de complexidade, através do qual a história mundial deu um salto em direção a uma sociedade mundial, produzindo interdependências inteiramente novas, mais precisamente, entrelaçamentos, que ultrapassam as intenções e ações dos sujeitos, tornando obsoletas as idéias que tínhamos acerca da auto-organização e do comando da sociedade. Nos pensamentos sutis de Derrida sobre a diferença – que não por acaso encontram o eco mais forte nos Estados Unidos – exprime-se um outro aspecto da mesma experiência, a saber, a abertura inaudita de culturas, formas de vida, estilos e interpretações do mundo, que hoje não apenas se encontram, mas também se abrem reciprocamente,

interpenetram-se através do *médium* das interpretações recíprocas, misturam-se, contraindo laços híbridos e criativos, produzindo um pluralismo dominador, uma pluralidade intransparente, porque descentrada, um verdadeiro caos de sons e de textos encadeados, porém contingentes, de difícil decifração. Do lado oposto, a microanálise do poder, de Foucault, chama-nos a atenção para uma dialética imperceptível que existe entre as tendências igualitárias da época e as novas servidões que vêm aninhar-se nos poros de comunicações, ao mesmo tempo liberadas e sistematicamente distorcidas. Não foi por acaso que o encontro tardio de Foucault com a “Dialética do esclarecimento” o fascinou, como ele mesmo me disse. Por outro lado, o pensamento estético de Adorno, que gira sem descanso em torno das constelações do não-idêntico, nos diz uma outra coisa. Nesse pensamento está impressa de modo indelével a experiência do emigrante, o qual somente por acaso escapou da destruição nos campos de concentração. Eu, como os outros, faço parte de uma geração mais nova. Quando o choque *dessas* imagens e notícias me atingiu, eu tinha dezesseis anos. Eu sabia que nós, apesar de tudo, tínhamos que continuar a viver com medo de regressões e, mesmo assim, tentar ir para a frente. Desde esta época eu estou esgaravatando, um pouco aqui, um pouco acolá, à procura dos vestígios de uma razão que reconduza, sem apagar as distâncias, que una, sem reduzir o que é distinto ao mesmo denominador, que entre estranhos torne reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro a sua alteridade.

Sua citação, senhor Haller, mostra que minha intenção pode ser acoplada à de Adorno. O Não-idêntico seria definido através da vulnerabilidade de sua integridade, caso fosse possível defini-lo. É um pseudônimo para o conceito enfático do Individual, que até hoje foi conservado pela linguagem religiosa. Adorno, porém, sabia que “nada do conteúdo teológico manter-se-á inalterado; tudo terá que se submeter à prova da emigração para o secular, profano”.



Diagramação e Editoração:
VIDA – Editoração por Computador
Tel.: (021) 248-7506 – 571-9535